

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE CÉU AZUL

2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**CÉU AZUL - PR
2025**

EXPEDIENTE

Laurindo Sperotto
Prefeito Municipal

Vera Lucia Consoli
Vice-prefeita

Hermes Roberto Correa
Secretário Municipal de Assistência Social

Eliana Salete Ravaneli
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Jeferson Antônio da Silva
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Contribuições

Andréia Cristina de Oliveira
Andreia Srinta dos Santos Elias
Jeferson Antônio da Silva
Lize Laine Zimmermann Dorne
Neusa da Cunha Chiusa
Rosicléia Rodrigues de Oliveira
Roseli Rosso Stadler
Ruthe Coutinho de Souza

Assessoria Técnica

Luciana Pavowski Franco Silvestre
Empresa Conexões

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BE	Benefícios Eventuais
CADÚNICO	Cadastramento Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CF	Constituição Federal
CH	Carga horária
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDPI	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MP	Ministério Público
MSE	Medida Socioeducativa
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCD	Pessoa com deficiência
PIA	Plano Individual de Atendimento
PJ	Poder Judiciário
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social

PNI	Parque Nacional do Iguaçu
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RMA	Registro Mensal de Atendimento
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPIA	Sistema para a Infância e Adolescência
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de habitantes no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em 2010 e em 2022.	17
Tabela 2 - Percentual de habitantes no Brasil, no Paraná e em Céu Azul por ciclo de vida entre 2010 e 2022.....	19
Tabela 3 - Taxa de mortalidade infantil a cada 1.000 nascidos vivos no Brasil, no Paraná e em Céu Azul.....	20
Tabela 4 - Percentual de pré-natal, vacinação, aleitamento materno e de pais ausentes no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em 2023.....	21
Tabela 5 - Percentual de crianças de 0 - 3 anos e de 4 - 5 anos inseridas em creche e pré escola no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em 2024.....	22
Tabela 6 - Taxa de aprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade e série por etapas de ensino em Céu Azul em 2023.....	23
Tabela 7 - Percentual de cumprimento das condicionalidades da política de Educação no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em julho de 2025.....	24
Tabela 8 - IDH no Brasil, no Paraná e em Céu Azul.....	25
Tabela 9 - Composição do IDH de Céu Azul de 2010.....	25
Tabela 10 - Composição das famílias com renda 0 inseridas no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025.....	45
Tabela 11 - Número de pessoas por faixa etária no município, número de pessoas e percentual com Cadastro Único e número de pessoas e percentual beneficiárias do Programa Bolsa Família em Jaguariaíva em março de 2025.....	48
Tabela 12 - Tipo de ação e quantitativo de ações realizadas no âmbito do PAIF no 1º e no 2º semestre de 2024 através da equipe do CRAS.....	82
Tabela 13 - Atendimentos particularizados realizados no 1º e no 2º semestre de 2024 através da equipe do CRAS	85
Tabela 14 - Benefícios eventuais acessados no 1º e no 2º semestre de 2024 através da equipe do CRAS de Céu Azul.....	85
Tabela 15 - Tipo de repercussão diante do não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em Céu Azul em setembro de 2025.....	87
Tabela 16 - Capacidade de atendimento e usuários inseridos por ciclo de vida das unidades que executam SCFV em Céu Azul em outubro de 2025.....	91
Tabela 17 - Unidades e serviços de Proteção Social Especial em Céu Azul.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistemas ou instrumentos utilizados para a consulta e análise dos indicadores de Céu Azul.....	13
Quadro 2 - Divisão dos espaços geográficos de Céu Azul para aproximação com a perspectiva territorial.....	30
Quadro 3 - Composição da equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social de Céu Azul em outubro de 2025.....	69
Quadro 4 - Número total de propostas por eixo do PMAS de Céu Azul 2022/2025.....	71
Quadro 5 - ID Conselho do CMAS de Céu Azul em 2024.....	75
Quadro 6 - Unidades através das quais são executados serviços e benefícios vinculados à Proteção Social Básica em Céu Azul.....	77
Quadro 7 - Composição da equipe do CRAS de Céu Azul.....	78
Quadro 8 - Número de famílias acompanhadas através do PAIF por território no CRAS.....	83
Quadro 9 - Composição da equipe da PSE de média e alta complexidade de Céu Azul...	112
Quadro 10 - Quantitativo de encaminhamentos recebidos por órgão entre fevereiro e junho de 2025.....	114
Quadro 11 - Quantitativo de casos por violação de direitos e quantitativo de atendimentos realizados pela equipe da PSE de Céu Azul entre fevereiro e junho de 2025.....	114
Quadro 12 - Número de famílias em acompanhamento por território na PSE.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número total de domicílios pelo Censo do IBGE, de famílias inseridas no CadÚnico e porcentagem de famílias inseridas no CadÚnico em relação à quantidade de domicílios por território de Céu Azul em 2025.....	40
Gráfico 2 - Número total de famílias no CadÚnico, número de famílias no PBF e porcentagem de inserção das famílias no PBF em relação ao CadÚnico por território de Céu Azul em outubro de 2025.....	42
Gráfico 3 - Faixa de renda familiar per capita das famílias inseridas no CadÚnico com renda até ½ salário mínimo por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	44
Gráfico 4 - Número de famílias sem banheiro na residência, inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	46
Gráfico 5 - Número de famílias das áreas urbana e rural inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto 2025.....	47
Gráfico 6 - Número de pessoas por domicílio inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul agosto de 2025.....	51
Gráfico 7 - Percentual de pessoas por sexo, inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	52
Gráfico 8 - Número de responsável familiar por sexo, inseridos no CadÚnico, por território de Céu azul em agosto de 2025.....	53
Gráfico 9 - Faixa etária do responsável familiar feminino inserido no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025.....	54
Gráfico 10 - Faixa etária do responsável familiar masculino inserido no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025.....	55
Gráfico 11 - Número de pessoas que não sabem ler nem escrever acima de 16 anos inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em 2025.....	56
Gráfico 12 - Faixa etária das pessoas que compõem as famílias unipessoais inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	57
Gráfico 13 - Número de pessoas idosas com deficiência, em famílias unipessoais por território inseridos no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025.....	59
Gráfico 14 - Número de pessoas com deficiência e porcentagem em relação ao total de pessoas inseridas no CadÚnico, por territórios de Céu Azul em agosto de 2025.....	60
Gráfico 15 - Número de pessoas com deficiência por faixa de idade inseridas no CadÚnico de Céu Azul, em agosto de 2025.....	61
Gráfico 16 - Número de pessoas por tipo de deficiência inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	62
Gráfico 17 - Número de pessoas por raça ou cor, inseridas no CadÚnico, nos territórios de Céu Azul em agosto de 2025.....	63
Gráfico 18 - Número de famílias por grupos populacionais, tradicionais e específicos, inseridos no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	64
Gráfico 19 - Tempo em que vivem na rua, as pessoas em situação de rua inseridas no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025.....	65
Gráfico 20 - Motivo pelo qual as pessoas identificadas através do CadÚnico de Céu Azul, em agosto de 2025, informaram estar em situação de rua.....	66
Gráfico 21 - Número de pessoas em situação de rua por grau de instrução inseridas no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025.....	67
Gráfico 22 - Número de famílias em acompanhamento através do PAIF, em acompanhamento através da equipe da proteção social especial de média complexidade e	

inseridas no CadÚnico por território.....	80
Gráfico 23 - Renda familiar per capita das famílias inseridas no CadÚnico que acessaram o benefício eventual de cesta básica em Céu Azul em agosto de 2025.....	86
Gráfico 24 - Nível de satisfação geral com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido no CRAS de Céu Azul em outubro de 2025.....	93
Gráfico 25 - Unidade em que atua o profissional que respondeu o formulário.....	105
Gráfico 26 - Bairro de moradia da pessoa idosa ou com deficiência.....	106
Gráfico 27 - Característica da pessoa idosa ou com deficiência.....	107
Gráfico 28 - Característica da situação de vulnerabilidade/violação de direito identificada em relação à pessoa idosa ou da pessoa com deficiência.....	107
Gráfico 29 - Com quem reside a pessoa idosa ou pessoa com deficiência.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Céu Azul no estado do Paraná.....	18
Figura 2 - Pirâmide etária e por gênero de Céu Azul conforme o CENSO do IBGE/2022.....	19
Figura 3 - Dimensões do Índice de Vulnerabilidade das Famílias em Céu Azul em agosto de 2025.....	27
Figura 4 - Mapa dos territórios de Céu Azul.....	31
Figura 5 - Mapa com a identificação da incidência de domicílios conforme o Censo de 2022 e conforme o número de famílias inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	41
Figura 6 - Mapa com a incidência do número de famílias inseridas no CadÚnico e número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por território de Céu Azul em outubro de 2025.....	43
Figura 7 - Mapa com a incidência do número de famílias com renda familiar per capita de até R\$89,00 e famílias com renda 0 por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	45
Figura 8 - Mapa com a identificação da incidência de pessoas de 7 a 15 anos e de 16 e 17 anos, inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	49
Figura 9 - Mapa com a identificação da incidência de pessoas no Programa Bolsa Família e de crianças de 0 a 6 anos, inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	50
Figura 10 - Mapa com a identificação da incidência de pessoas idosas e pessoas idosas em famílias unipessoais, inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025.....	58
Figura 11 - Descrição do que significa o SCFV/CRAS para os usuários/crianças e adolescentes.....	94
Figura 12 - Sugestões apresentadas pelos usuários para melhorar o SCFV/CRAS - Faixa etária de adultos e de pessoas idosas.....	95
Figura 13 - Sugestões apresentadas pelos usuários para melhorar o SCFV/CRAS- crianças e adolescentes.....	95
Figura 14 - Descrição das sugestões realizadas pelas crianças e adolescentes para melhorias no SCFV da ACAZUL de Céu Azul em outubro de 2025.....	97
Figura 16 - Descrição das sugestões para melhorias no SCFV do CPI de Céu Azul em outubro de 2025.....	100
Figura 17 - Descrição do que significa para os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da APMI de Céu Azul em outubro de 2025.....	102
Figura 18 - Descrição das sugestões dos usuários do SCFV da APMI de Céu Azul em outubro de 2025.....	103

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Foto da Secretaria Municipal de Assistência Social de Céu Azul/2025.....	68
Imagem 2 - Foto do CRAS de Céu Azul/2025.....	78
Imagem 3 - Foto do CRAS de Céu Azul/2025.....	92
Imagem 4 - Foto do Centro de Convivência ACAZUL de Céu Azul/2025.....	96
Imagem 5 - Foto do Centro Multi Uso de Céu Azul/2025.....	98
Imagem 6 - Foto da APMI de Céu Azul/2025.....	101

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 O MUNICÍPIO DE CÉU AZUL NO CONTEXTO ESTADUAL E NACIONAL.....	16
2 DIVISÃO DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS E APROXIMAÇÃO DA PERSPECTIVA TERRITORIAL PARA ATUAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CÉU AZUL.....	29
2.1 A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS PARA APROXIMAÇÃO DA PERSPECTIVA TERRITORIAL.....	32
2.1.1 O território 1:.....	32
2.1.2 O território 2:.....	33
2.1.3 O território 3:.....	34
2.1.4 O território 4:.....	35
2.1.5 O território 5:.....	37
3 NECESSIDADES DE PROTEÇÃO EXPRESSAS ATRAVÉS DOS DADOS DO CADÚNICO NOS TERRITÓRIOS DE CÉU AZUL.....	39
4 PREVISÕES E REFLEXÕES SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA TERRITORIAL.....	68
4.1 A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CÉU AZUL.....	68
4.1.1 O Conselho Municipal de Assistência Social de Céu Azul.....	73
4.2 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM CÉU AZUL.....	76
4.2.1 A Execução do PAIF e a Gestão Territorial no CRAS de Céu Azul.....	78
4.2.2 A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento Céu Azul.....	89
4.2.3 A gestão do CadÚnico e o acesso ao Programa Bolsa Família.....	108
4.3. A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM CÉU AZUL.....	111
4.3.1 A Equipe de Referência para a Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade em Céu Azul.....	112
4.3.2. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

APRESENTAÇÃO

Apresenta-se o Diagnóstico Socioterritorial de Céu Azul de 2025. Trata-se de um estudo que expressa diferentes dimensões para análise e sistematização do contexto municipal na relação com o contexto regional, estadual e nacional considerando-se a atuação da política pública de Assistência Social.

Foram realizadas análises de modo a reconhecer na perspectiva territorial as situações de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos vivenciados, formas de vida, convivência, estratégias de sobrevivência e cuidado que expressam as potencialidades presentes nas relações familiares e comunitárias.

A política de Assistência Social é uma das políticas públicas previstas através da Constituição Federal de 1988, enquanto parte da Seguridade Social. Previsão legal que ampliou as responsabilidades estatais na implantação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção social e garantia de direitos.

A previsão da política de Assistência Social como um direito é um marco no reconhecimento das desigualdades e riscos sociais presentes no contexto nacional como consequência da características da formação social e econômica do país e dos caminhos a serem percorridos coletivamente para uma maior equidade nas relações e no acesso a oportunidades que permitam condição de dignidade e cidadania nos diferentes territórios.

Definindo-se através do artigo 1º da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS (2012), enquanto funções da política de Assistência Social, a Proteção Social, a Garantia de Direitos e a Vigilância Socioassistencial, prevendo-se que os entes federados devem *estruturar, implantar e implementar* a Vigilância Socioassistencial em seu âmbito de atuação.

Para o planejamento e execução das ações cotidianas da Vigilância Socioassistencial devem ser consideradas as macroatividades previstas no Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2012) conforme segue:

- Organização, estruturação e padronização de informações;
- Gerenciamento e consulta de sistemas informatizados;
- Elaboração de diagnósticos e estudos;
- Notificações de Violências e Violações de Direitos;
- Monitoramento e avaliação.

- Planejamento e organização de ações de busca ativa.

Enquanto parte das ações da Vigilância Socioassistencial, apresenta-se o Diagnóstico Socioterritorial de Céu Azul, estudo que se refere ao período de 2024/2025, e tem como objetivos:

- Analisar o perfil populacional, especialmente no que se refere aos usuários da política de Assistência Social;
- Considerar o aspecto territorial, reconhecendo-se as especificidades, as demandas e as potencialidades para a definição de estratégias assertivas de atuação da política de Assistência Social;
- Identificar as situações de vulnerabilidade e risco social por violação de direitos vivenciados nos territórios do município;
- Mapear a presença e o padrão da oferta dos serviços, dos benefícios, dos programas e dos projetos;
- Identificar os diferentes vazios protetivos a serem considerados para o planejamento e para a qualificação das ofertas;
- Fortalecer a relação entre as funções da política da Assistência Social, buscando a efetivação da defesa dos direitos e da proteção social a partir da Vigilância Socioassistencial;
- Contribuir para a tomada de decisões por evidências no âmbito da política de Assistência Social do município;
- Subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Céu Azul 2026 - 2029.

Conforme o Art. 20 da NOB/SUAS (2012) o Diagnóstico Socioterritorial é a primeira fase de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, tendo sido utilizadas como referência para a realização do estudo informações registradas nos seguintes sistemas ou instrumentais:

Quadro 1 - Sistemas ou instrumentos utilizados para a consulta e análise dos indicadores de Céu Azul

Identificação	Descrição
---------------	-----------

Cadastro Único	É a principal ferramenta de cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade financeira do país. Criado em 2001, tinha como objetivo inicial a inserção em programas de transferência de renda existentes no período. Tornou-se referência para acesso a benefícios de diversas políticas públicas, programas habitacionais, serviços, programas e projetos da Assistência Social. Em outubro de 2025, o país contava com 44% da população inserida no CadÚnico. Em Céu Azul, no mesmo período, 36% da população estava cadastrada. O sistema gera informações relativas ao perfil populacional, características da composição das famílias, gênero, idade, renda, populações tradicionais e específicas, pessoas com deficiência, condições de moradia e escolaridade dentre outras.
Censo SUAS	Sistema de monitoramento anual instituído pelo Governo Federal desde 2007. Visa a identificação da estrutura e da forma de atuação da gestão, CMAS e equipamentos da Assistência Social. Possibilita o mapeamento, o monitoramento e a avaliação da estrutura da rede SUAS no país, contribuindo para a tomada de decisões no âmbito dos municípios, do estado e do próprio Governo Federal.
Registro Mensal de Atendimento do CRAS	Sistema eletrônico do Governo Federal criado em 2011 visando o registro e monitoramento das características de acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social nos CRAS do país.
SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Sistema disponibilizado pelo Governo Federal nos marcos do reordenamento do SCFV em 2013. Passou por uma revisão em 2025. Permite a identificação dos grupos e do número de usuários inseridos por grupo do SCFV, são identificadas informações que permitem apontar o público prioritário inserido.

O Diagnóstico Socioterritorial de Céu Azul foi construído coletivamente, com a participação das equipes que atuam na gestão e na rede socioassistencial, de modo integrado a implementação das ações da Vigilância Socioassistencial no município, que contou com a realização de uma capacitação e de assessoria para as equipes, contribuindo para a elaboração do plano de ação da Vigilância Socioassistencial, de estudo para o dimensionamento da composição das equipes e realização da avaliação dos serviços junto aos usuários dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Enquanto processo articulado de trabalho realizado pela equipe, teve caráter pedagógico, na medida em que foram estabelecidos diálogos, estudos e reflexões acerca dos conceitos, previsões legais e técnicas e contexto de execução das ações da política de Assistência Social no município, o que contribuiu para a identificação e o reconhecimento dos avanços conquistados e dos desafios ainda presentes. Resultados a serem sistematizados e considerados para o planejamento e definição de novas estratégias a serem pactuadas através do Plano Municipal de Assistência Social.

O estudo foi organizado na seguinte sequência:

- O município de Céu Azul no contexto estadual e nacional;
- Divisão dos espaços geográficos e aproximação com a perspectiva territorial;
- Necessidades de proteção expressas através dos dados do Cadastro Único de Céu Azul;
- Previsões e reflexões sobre a proteção social e a garantia de direitos no âmbito da política de Assistência Social na perspectiva territorial;
- Considerações finais.

O Diagnóstico Socioterritorial constitui-se como um marco importante de reconhecimento do que foi construído até o presente momento no âmbito do SUAS em Céu Azul, e guiará os caminhos a serem trilhados visando a efetivação dos compromissos públicos assumidos desde a Constituição Federal/1988, quando atribuiu-se o acesso a esta política pública como uma condição de cidadania.

1 O MUNICÍPIO DE CÉU AZUL NO CONTEXTO ESTADUAL E NACIONAL

O presente Diagnóstico Socioterritorial refere-se a Céu Azul, um dos 399 municípios do estado do Paraná. Tendo sido criado através da Lei Estadual 5.407 de 08 de outubro de 1966, completou 59 anos de emancipação política em 2025, sendo este período contabilizado a partir do desmembramento de Matelândia.

O início da ocupação das terras que posteriormente constituíram o município de Céu Azul se deu a partir de 1950. No referido período o Governo Federal realizou ações para incentivar o povoamento e desenvolvimento das regiões Oeste e Norte do Brasil, movimento que ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”.

Um dos marcos da formação do município foi a chegada em 1952 da Colonizadora “Pinho e Terras LTDA”, através da qual teriam dado início ao processo de ocupação das terras e exploração madeireira, que constituíram-se como as primeiras atividades econômicas realizadas na região.

Com extensão territorial de 1.180,361 Km², é o 36º município em dimensão territorial do estado. Tem apenas 27% do território na área urbana, apesar disso 81% da população reside na área urbana, com um total de 8.986 habitantes nesta condição, o que representa um aumento da concentração da população urbana se comparado ao CENSO do IBGE de 2010, quando este indicador foi de 76%. (SIDRA/IBGE, 2010 e 2022).

Destacando-se que Céu Azul faz parte do Parque Nacional do Iguaçu¹, sendo identificado como “Polo Rio Azul”, administrado pelo ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, com potencial ecológico, turístico e econômico para o município e para a região.

A população do município conforme o CENSO do IBGE de 2022 era de 11.087 habitantes, com estimativa de 11.287 habitantes conforme os dados do IBGE de 2025. (SIDRA/IBGE, 2022).

Registra-se através das tabelas apresentadas na sequência os dados relativos ao Brasil, ao Paraná e a Céu Azul referente ao número de habitantes e taxa de crescimento populacional.

¹ O Parque Nacional do Iguaçu foi criado via Decreto Presidencial em 10/01/1939, abrange os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul. Com um total de 185.260 Ha, dos quais somente 0,5% estão situados em Foz do Iguaçu. Ao todo foram criados cinco polos, sendo estes o Cataratas, o Silva Jardim, o Ilhas do Iguaçu, o Foz do Gonçalves Dias e o Rio Azul, que tem como objetivos, conforme Honorato, 2022, o planejamento e a gestão das áreas de visitação. (HONORATO, 2022).

Tabela 1 - Número de habitantes no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em 2010 e em 2022

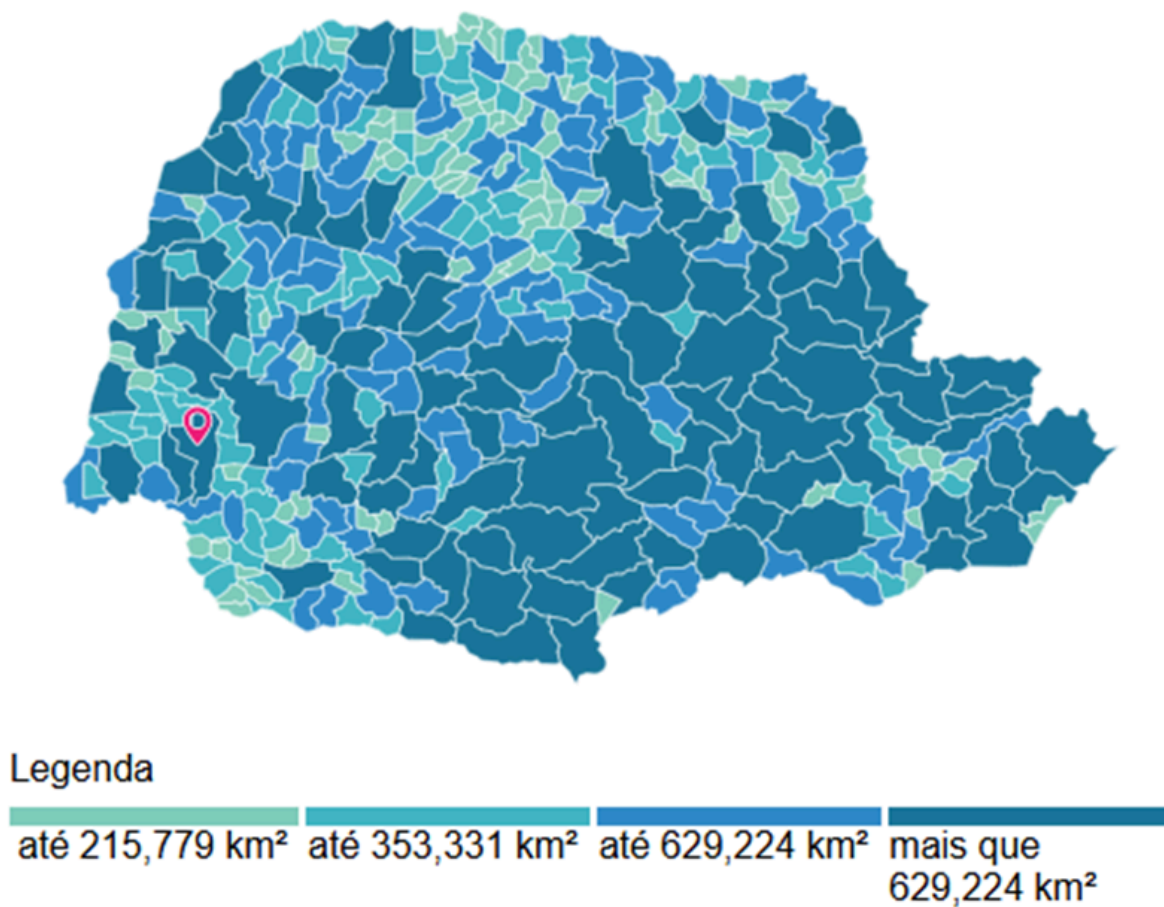
Ano	Brasil	%	Paraná	%	Céu Azul	%
2010	190.755.799	+6,5%	10.444.526	+9,6%	11.032	+0,5%
2022	203.080.756		11.444.380		11.087	

Fonte: IBGE/CENSO 2010 e 2022

A densidade demográfica de Céu Azul é de 9,4 habitantes por Km², menor do que a média nacional que é de 23,86 habitantes por Km² e menor do que a do Paraná que é de 57,42 habitantes por Km².

Céu Azul está situado na Região Geográfica Imediata - RGI de Cascavel, juntamente com outros vinte e dois municípios. O Paraná está subdividido em 29 RGI, destas, obtiveram aumento populacional, sendo uma delas a RGI de Cascavel, que conforme estudo elaborado pelo IPARDES (DELGADO; SOUZA, 2023) teve entre os períodos do Censo 2010 e do Censo de 2022, uma taxa anual de crescimento de 1,21.

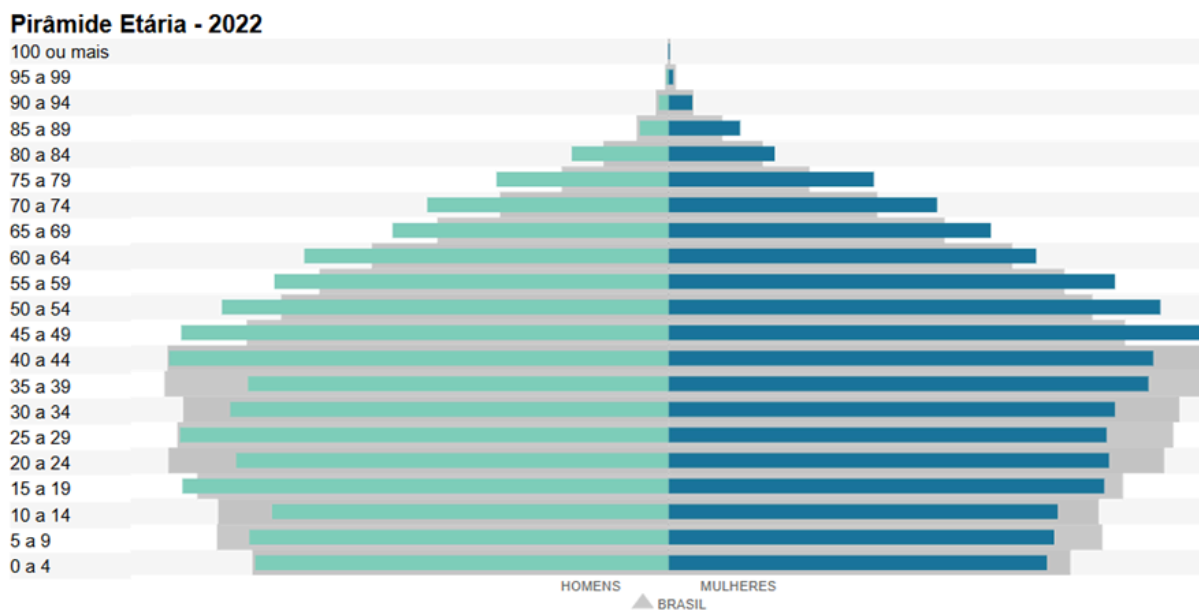
Figura 1 - Localização de Céu Azul no estado do Paraná



Fonte: Censo do IBGE, 2022.

Apresenta-se na sequência a pirâmide etária de Céu Azul por sexo conforme os resultados do Censo do IBGE de 2022, identificando-se que 51% da população no referido período era do sexo feminino.

Figura 2 - Pirâmide etária e por gênero de Céu Azul conforme o CENSO do IBGE/2022



Fonte: Censo do IBGE, 2022.

A pirâmide etária e as séries históricas contribuem para identificar as alterações que vêm ocorrendo em termos de características da composição populacional. Serão apresentados na próxima tabela as informações que se referem ao percentual da população por ciclo de vida no Brasil, no Paraná e em Céu Azul, permitindo a identificação das alterações ocorridas, aspecto relevante a ser considerado para o planejamento e atuação das diferentes políticas públicas e também para a política de Assistência Social.

Tabela 2 - Percentual de habitantes no Brasil, no Paraná e em Céu Azul por ciclo de vida entre 2010 e 2022

	2010			2022		
	Brasil	Paraná	Céu Azul	Brasil	Paraná	Céu Azul
Crianças e adolescentes	29%	28%	27%	24%	23%	22%
Pessoas adultas	60%	61%	60%	60%	60%	59%
Pessoas idosas	11%	11%	13%	16%	17%	19%

Fonte: CENSO do IBGE 2010 e 2022.

Os dados apresentados na tabela anterior permitem identificar que entre 2010 e 2022 ocorreu a diminuição do percentual de crianças e adolescentes nos três espaços geográficos analisados e aumento do percentual de pessoas idosas. No referido período identificou-se a permanência do percentual da população adulta no país, no Paraná e em Céu Azul. Entre as crianças e adolescentes a diminuição foi de 5%, enquanto entre as pessoas idosas o aumento foi de 5% a 6%.

O número de nascidos vivos em Céu Azul até 2019 foi em média 132 por ano. Com exceção do ano de 2023 que identificou-se 152 nascimentos por ano, a partir de 2020 vem ocorrendo uma queda do número de nascimentos em Céu Azul passando para uma média de 112 nascimentos por ano, o que representa uma queda de 9% se comparado com a média obtida até 2019. (PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO, 2025).

A redução da taxa anual de nascimentos é identificada também no Brasil e no Paraná, com redução de 10% e 8% respectivamente entre 2019 e 2023. (PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO, 2025).

A taxa de mortalidade infantil apresenta certa estabilização entre os períodos nos indicadores relativos ao Brasil e ao Paraná e um aumento considerando os indicadores de Céu Azul, conforme é possível identificar através da tabela a seguir.

Tabela 3 - Taxa de mortalidade infantil a cada 1.000 nascidos vivos no Brasil, no Paraná e em Céu Azul

Ano	Brasil	Paraná	Céu Azul
2013	13,42	10,96	7,69
2018	12,18	10,33	14,49
2023	12,62	10,81	26,32

Fonte: Primeira Infância Primeiro, 2025

Importa registrar que a taxa de mortalidade infantil é calculada a partir dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade a cada 1.000 nascidos vivos. Em números absolutos foram registrados em Céu Azul 4 ocorrências em 2023, 2 ocorrências em 2018 e 1 em 2013.

A taxa de mortalidade infantil é monitorada de forma sistemática e divulgada anualmente pelo Ministério da Saúde, propondo-se a criação de Comitês Municipais

e Regionais de Combate a Mortalidade Materno Infantil, a ser composto por profissionais de diferentes áreas de formação e que possam analisar os fatores que podem ter contribuído para a ocorrência das referidas situações, bem como indicar ações que possam contribuir para a diminuição da ocorrência de mortes que eram evitáveis.

A ação mencionada mostra-se protetiva e ao mesmo tempo preventiva, pois apresenta potencial para evitar certas condutas ou garantir a atuação proativa no cuidado em saúde. As ações preventivas e protetivas geram impactos importantes em relação às pessoas e comunidades em maior situação de vulnerabilidade social, registrando-se a diminuição do percentual de parto de mães adolescentes em Céu Azul desde 2013 quando foi de 22,31% (29 nascimentos), passando para 9,21% em 2023 (14 nascimentos). No mesmo período, a alteração ocorrida no Brasil foi de 19,28% para 11,95% e no Paraná de 18,61% para 9,48%. (PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO, 2025).

Consideram-se relevantes os indicadores relativos ao pré-natal, à vacinação, ao aleitamento materno e de pais ausentes, sendo estes vinculados à política de Saúde e de cuidado relativos à primeira infância.

Tabela 4 - Percentual de pré-natal, vacinação, aleitamento materno e de pais ausentes no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em 2023

	Brasil	Paraná	Céu Azul
Gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal	77,18%	87,13%	90,79%
Aleitamento Materno de menores de 6 meses de idade	56,79%	56,45%	25%
Percentual de pais ausentes no registro de nascimento	6,49%	4,78%	5,41%

Fonte: Primeira Infância Primeiro, 2025.

O município apresentou indicador de acompanhamento de gestantes com 7 ou mais consultas superior ao percentual de acompanhamento realizado no Paraná e no Brasil, apresentando-se esta ação como preventiva e protetiva para a gestante e para as crianças.

Chama a atenção o baixo percentual de aleitamento materno em relação às crianças com menos de 6 meses de idade, sendo esta uma informação relevante

que pode ser pautada entre as políticas públicas visando a identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência da referida situação.

Em 2016 foi aprovada a Lei 13.257, que dispõe sobre as políticas para a Primeira Infância e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de reconhecer a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento da criança, ressaltando a necessidade da soma de esforços da família, da sociedade e das diferentes políticas públicas para atuação preventiva, protetiva e proativa de forma articulada visando a garantia dos direitos fundamentais, com prevenção e rompimento da ocorrência de situações de violência.

Para o desenvolvimento e garantia de direitos e oportunidades, identifica-se a necessidade de atuação e investimentos em diferentes campos de atuação, sendo possível analisar em uma perspectiva estrutural e contextualizada elementos que são significativos neste sentido.

Serão apresentados na sequência dados relativos à política de educação e de acesso ao trabalho e renda.

Tem-se investido nos últimos anos na ampliação de vagas e qualificação da oferta de CMEIs e pré-escolas para o acesso das crianças visando o desenvolvimento, a socialização e o cuidado que permitam inclusive a divisão desta função com as famílias considerando-se as características do mercado de trabalho e a importância desta política pública para diminuir a sobrecarga de responsabilidades das famílias.

Através da tabela abaixo identifica-se que o Brasil apresentou o menor percentual de inserção em creche e em pré-escola no período analisado, seguido do Paraná e do município que apresentou o maior percentual de inserção entre as áreas comparadas.

Tabela 5 - Percentual de crianças de 0 - 3 anos e de 4 - 5 anos inseridas em creche e pré escola no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em 2024

	Brasil	Paraná	Céu Azul
Percentual de atendimento em creche da população de 0 - 3 anos	38%	43%	54%
Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 - 5 anos	89%	91%	97%

Fonte: Primeira Infância Primeiro, 2025.

O monitoramento de indicadores relativos ao ensino fundamental e médio contribuem para sinalizar as situações de vulnerabilidade e necessidade de investimento e atuação.

Tabela 6 - Taxa de aprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade e série por etapas de ensino em Céu Azul em 2023

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Taxa de aprovação	99,3	94,9
Taxa de abandono	0,1	1,3
Taxa de distorção idade e série	6	19

Fonte: MEC/INEP/Caderno Estatístico Municipal do IPARDES, 2025.

Os dados permitem identificar o aumento do risco de evasão e distorção idade e série entre os estudantes do ensino médio, sendo importante realizar ações preventivas entre as crianças para evitar estas ocorrências nos anos seguintes, bem como, identificar os fatores que contribuem para que esta violação ocorra, sendo comum situações de evasão para o acesso ao trabalho e renda, gravidez na adolescência, casamento de adolescentes e vivência de violência.

O Programa Bolsa Família constitui-se como um programa de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade financeira. Como parte do programa são previstas condicionalidades que tem como objetivo a garantia de direitos relativos à política de Saúde, da Educação e da Assistência Social .

O sistema de acompanhamento contribui para o monitoramento de possíveis situações de risco ou violações de direitos que dificultem ou impeçam o acesso a determinados serviços que possam afetar as condições de vida e dignidade das crianças e dos adolescentes.

Conforme informado através da Cartilha do Programa Bolsa Família, as condicionalidades previstas a serem consideradas pelas famílias e operadores das políticas públicas são:

- Realização do acompanhamento pré-natal;
- Acompanhamento do calendário nacional de vacinação;
- Realização do acompanhamento do estado nutricional das crianças menores de 7 anos;

Para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

Os dados apresentados na tabela a seguir contribuem para a identificação do aumento do risco de evasão escolar entre os adolescentes, reiterando-se que a previsão de cumprimento da referida condicionalidade e a necessidade de monitoramento e atuação das políticas que fazem parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente contribuem para o reconhecimento e proposição planejada e qualificada de ações diante destes fatores.

Tabela 7 - Percentual de cumprimento das condicionalidades da política de Educação no Brasil, no Paraná e em Céu Azul em julho de 2025

	Brasil	Paraná	Céu Azul
Crianças de 4 a 5 anos	94,65%	96,19%	100%
Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos	95,14%	95,47%	98,77%
Adolescentes e jovens de 16 e 17 anos	85,99%	74,5%	81,82%

Fonte: Relatório de Informações Sociais, julho de 2025.

Para análise das condições de trabalho e acesso à renda existem indicadores simples e compostos que possibilitam o comparativo de séries históricas, entre diferentes espaços geográficos e de modo a relacionar diferentes dimensões que contribuam para o reconhecimento das características de desenvolvimento e acesso à oportunidades e situações de vulnerabilidade e risco social presentes.

A renda média mensal dos trabalhadores formais em Céu Azul conforme o Censo do IBGE de 2022 era de 2,2 salários mínimos, período em que o Produto Interno Bruto - PIB per capita no Brasil foi de R\$49.638,29, o que representaria uma renda mensal per capita de R\$3.983,50. Indicador que não pode ser analisado de forma isolada por apresentar uma limitação em relação às condições de acesso a renda por parte da população.

Em setembro de 2025 identificou-se que 36% da população total do município estava inserida no CadÚnico. Entre estas 164 (1,5% da população do município) possuíam renda per capita de até R\$89,00 e 1.198 pessoas (11% da população do

município) possuía renda per capita entre R\$89,00 e ½ salário mínimo, o que no período mencionado era de R\$759,00, sendo identificado através do Observatório do Cadastro Único 391 famílias em situação de pobreza no município.

Devido a estes fatores os índices compostos apresentam um potencial para expressar de uma forma mais condizente às situações vivenciadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH indica o resultado da correlação dos indicadores relativos à renda (PIB per capita), saúde (expectativa de vida) e educação (alfabetização e grau de instrução).

Tabela 8 - IDH no Brasil, no Paraná e em Céu Azul

Brasil (2021)	Paraná (2021)	Céu Azul (2010)
0,766	0,769	0,732

Fonte: IPARDES, 2025; Censo IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O IDH do país, do estado e do município são classificados como alto, situação em que situa-se entre 0,700 e 0,799. As demais possibilidades de classificação situam-se entre os países, estados ou municípios com índice entre 0,800 e 1 considerado muito alto, entre 0,555 e 0,699 considerados médio e menos que 0,555 considerados com baixo IDH.

O último IDH publicado em relação aos municípios no Brasil é de 2010, período que conforme mencionado na tabela anterior o resultado em Céu Azul foi de 0,732. O IDH de 2000 referente ao município foi de 0,644, identificando-se a ocorrência de melhora no referido indicador.

O resultado de 2010 expressa os seguintes resultados obtidos no período:

Tabela 9 - Composição do IDH de Céu Azul de 2010

Aspecto analisado	Indicador
IDHM Longevidade	0,812
IDHM Educação	0,659
IDHM Renda	0,732

Fonte: IPARDES, 2025; Censo IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

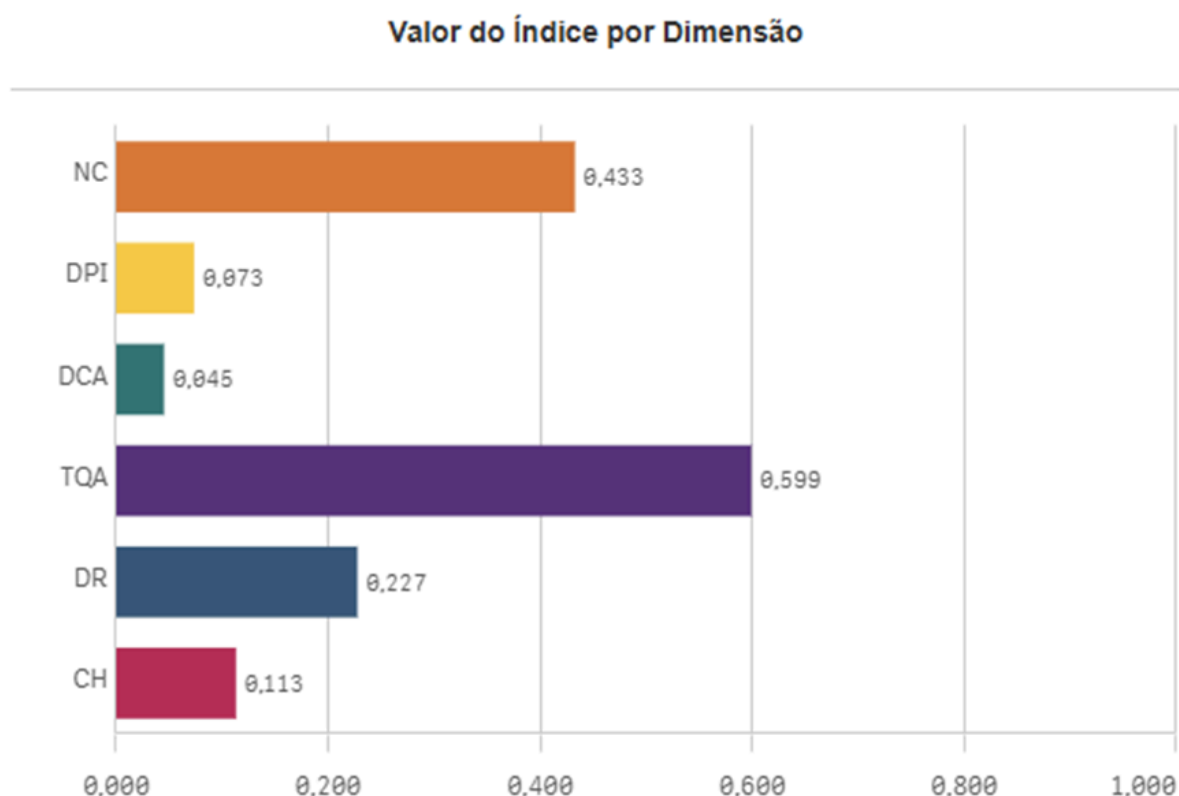
Identifica-se que o aspecto longevidade que considera a esperança de vida ao nascer é o melhor indicador, sendo os relativos à educação e renda os que apresentam maior vulnerabilidade.

O Governo Federal disponibilizou desde 2024 o Observatório do Cadastro Único, uma ferramenta digital para uso das informações de forma sistematizada. Entre as informações disponibilizadas encontra-se o IVCAD - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único.

Através do Observatório foram definidas referências para gerar o Índice de Vulnerabilidade das Famílias - IVCAD, trata-se de um indicador composto calculado através da correlação de 40 indicadores em 6 dimensões de análise, gerando um índice que varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo do 1. São consideradas as informações das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de famílias que não recebem o benefício mas que possuem a renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, desde que não estejam com o cadastro desatualizado há mais de 2 anos. As dimensões analisadas são:

- NC - Necessidades de cuidado;
- DPI - Desenvolvimento da Primeira Infância;
- DCA - Desenvolvimento de Criança e Adolescente;
- TQA - Trabalho e qualificação de adultos;
- DR - Disponibilidade de recursos;
- CH - Condições habitacionais.

Figura 3 - Dimensões do Índice de Vulnerabilidade das Famílias em Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: Observatório do Cadastro Único, agosto de 2025.

As situações de maior vulnerabilidade identificadas através do IVCAD foram o “Trabalho e qualificação de adultos”, seguido da “Necessidade de Cuidados” e “Disponibilidade de recursos”, que em conjunto indicam a presença de famílias compostas por pessoas com necessidade de cuidado, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência

Os dados relativos ao trabalho permitem identificar que em 2023, dos 3.005 empregos existentes em Céu Azul, 57% eram ocupados por pessoas do sexo masculino, o que representava 1.725 empregos com esta condição. (IPARDES/Ministério do Trabalho e Emprego, 2025). Os dados apresentam uma pequena desigualdade em relação ao acesso aos postos de trabalho no município, lembrando que a população é composta 51% por pessoas do sexo feminino.

As principais atividades econômicas do município são a Agropecuária (34%), Indústria de Transformação (29%), Comércio e Serviços (29%) e Administração Pública (8%).

Os dados apresentados permitem a sistematização e reconhecimento do contexto municipal na sua relação com aspectos regionais, do estado e do país. Contribuem para que o Diagnóstico Socioterritorial seja elaborado de modo mais condizente com os elementos estruturais, sejam eles sociais e ou econômicos.

Na sequência serão apresentados os dados de modo a realizar uma aproximação com os aspectos territoriais do município, visando a identificação e análise das situações de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos presentes e a capacidade de respostas da política de Assistência Social diante das demandas de proteção apresentadas, sinalizando-se para as ações necessárias de gestão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais.

2 DIVISÃO DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS E APROXIMAÇÃO DA PERSPECTIVA TERRITORIAL PARA ATUAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CÉU AZUL

O território apresenta centralidade para a política de Assistência Social. Na LOAS (1993) estabeleceu-se que “As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.” e que “A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da Assistência Social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.”, o que se complementa com o previsto na NOB/SUAS (2012), ao definir que “[...] a implantação da vigilância socioassistencial, estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades e riscos e das violações de direito nos territórios, que oriente e avalie a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários”.

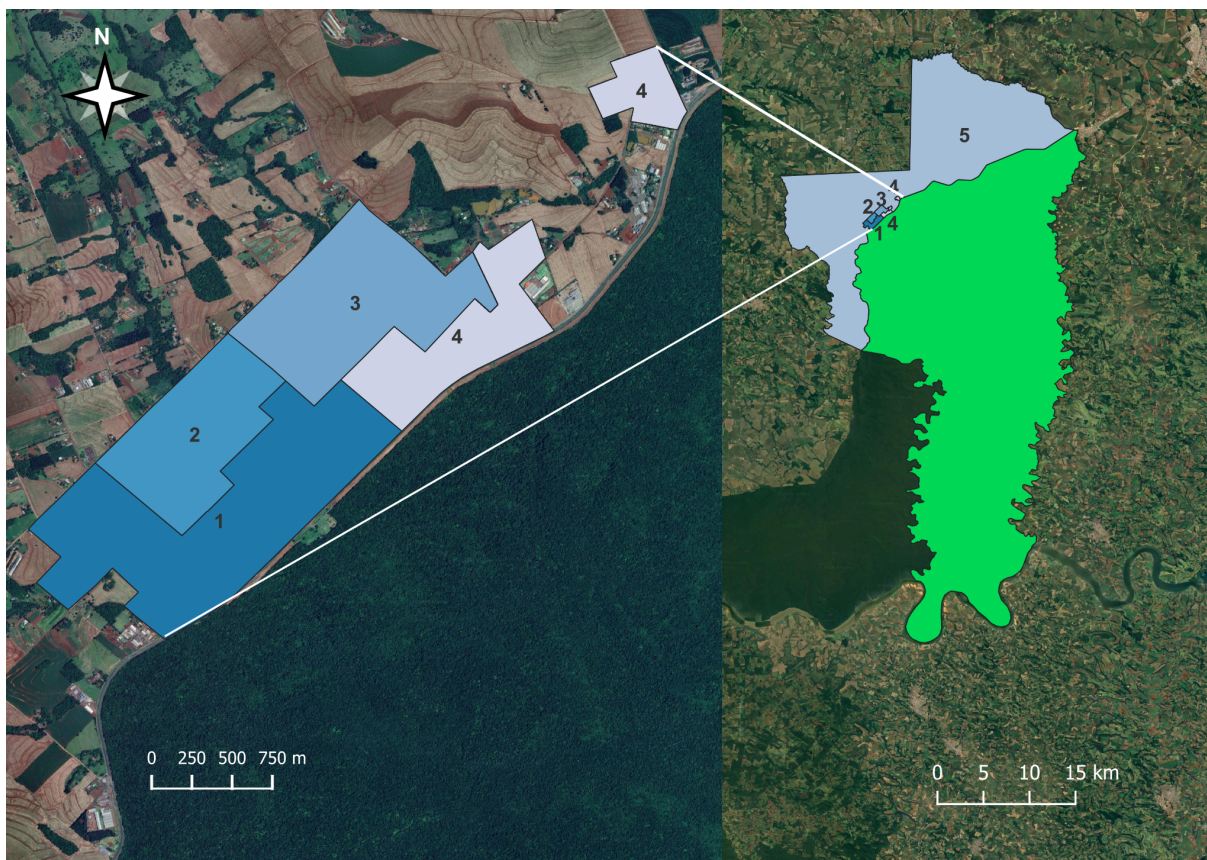
Trazer a questão territorial para a pauta da Vigilância Socioassistencial, do Diagnóstico Socioterritorial e principalmente para o dia a dia da atuação das equipes da gestão, do controle social e da execução dos serviços e benefícios socioassistenciais mobiliza e impulsiona as equipes para o reconhecimento das necessidades de proteção, avaliação da capacidade de respostas e necessidades de planejamento, reordenamento e ampliação de ofertas que possibilitem a materialização da garantia de direitos e proteção social no âmbito do SUAS.

Para aproximação com a perspectiva territorial, as equipes que atuam na gestão e na rede socioassistencial fizeram uma análise das localidades existentes na área urbana e rural, considerando-se as características e proximidade geográfica, definindo-se pela divisão de 5 espaços geográficos, sendo 4 com bairros da área urbana e 1 com localidades da área rural, conforme apresentado na tabela e mapas disponibilizados na sequência.

Quadro 2 - Divisão dos espaços geográficos de Céu Azul para aproximação com a perspectiva territorial.

TERRITÓRIO 1	TERRITÓRIO 2	TERRITÓRIO 3	TERRITÓRIO 4	TERRITÓRIO 5
EQUIPAMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Secretaria Municipal de Assistência Social Equipe de referência da PSE de média complexidade e do Serviço de Acolhimento Familiar Centro de Convivência APMI Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias - APAE	CRAS Clube da Pessoa Idosa		Centro de Convivência ACAZUL	
BAIRROS OU LOCALIDADES REFERENCIADOS A CADA TERRITÓRIO				
Centro Iguaçu	São Cristóvão São Lucas	Parque Verde União	Boa Vista Industrial Primavera	Rural

Figura 4 - Mapa dos territórios de Céu Azul



Fonte: Divisão territorial realizada pela equipe da política de Assistência Social de Céu Azul, setembro de 2025.

O primeiro mapa apresenta a divisão do espaço geográfico e territórios na área urbana do município e o segundo mapa apresenta na área rural, destacando-se que no segundo mapa identifica-se parte do Parque Nacional do Iguaçu em verde no mapa.

2.1 A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS PARA APROXIMAÇÃO DA PERSPECTIVA TERRITORIAL

2.1.1 O território 1:

Integram este território os bairros Centro e Iguaçu, ambos da área urbana, sendo o bairro Iguaçu o último a ser implantado no município, com novos loteamentos agregados ao referido bairro.

Trata-se do território do município com o maior número de domicílios identificados através do Censo do IBGE de 2022, 1.537 domicílios (32% do total de domicílios do município), e com o maior número de famílias inseridas no CadÚnico, 501 famílias (30% do total de famílias inseridas no CadÚnico). O território 1 apresentou 8% das famílias inseridas no CadÚnico do território vinculados à transferência de renda. (CECAD, agosto de 2025).

Tem uma infraestrutura que atende a necessidade dos moradores, com saneamento básico, iluminação e asfalto. Na área da Saúde contam com o Hospital Bom Samaritano, a Unidade Básica de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, na área de lazer com o Estádio Municipal de Futebol e um Centro Comunitário.

No bairro Iguaçu foi implantada a capela mortuária e o cemitério municipal, com serviço privado de funerária.

Em relação a estrutura para geração de trabalho e renda contam com indústrias de alimentos e produtos para festas, metalúrgicas, loja de utilidades, reforma de caminhões e montagem de carretas, supermercado com padaria e mercearias, inclusive no entorno do Hospital Bom Samaritano foram estabelecidos pequenos comércios para vendas de lanches e bebidas.

O Centro possui boa infraestrutura. Trata-se de uma localidade existente há bastante tempo no município, com maior concentração de comércio como lojas de roupas, móveis e eletrodomésticos.

Como possibilidades de lazer e convivência contam com o calçadão, que além de constituir-se como um espaço para a prática de atividades esportivas, oferece uma variada oferta de serviços de alimentação, como lanchonetes e restaurantes. O calçadão fica às margens da BR 277, que margeia o Parque Nacional do Iguaçu, área de preservação ambiental que conta com um mini Museu, pista de caminhada, mini campo de futebol, academia ao ar livre, um espaço de lazer e convivência que a população utiliza diariamente.

Em termos de políticas públicas, foram instaladas no Centro uma Unidade Básica de Saúde, Delegacia, ginásio de esportes, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Escolas Municipais, CEMEIs, Centro de Convivência através do qual é executado o SCFV para crianças, adolescentes e para pessoas adultas, Correio, academia ao ar livre, rodoviária intermunicipal e interestadual, duas praças, Biblioteca Municipal, Bosque e o Lago Municipal que encontra-se na divisa com o bairro São Lucas.

Enquanto parte dos serviços privados, possui o Bolão, que é um centro de lazer com cancha de bocha e outros jogos, academias de ginástica, artes marciais, igrejas, agências bancárias, farmácias, laboratórios, supermercados, açougue, cartório

Na região central iniciou-se recentemente um projeto de revitalização das calçadas. Este território possui maior concentração populacional do município, contendo unidades habitacionais em sua maioria próprias, mobilidade urbana, concentração do comércio em geral, com baixo nível de vulnerabilidade e risco social.

2.1.2 O território 2:

O território 2 é constituído pelos bairros São Cristóvão e São Lucas, ambos da área urbana.

Trata-se do 4º território do município em número de domicílios identificados através do Censo do IBGE de 2022, com um total de 804 domicílios (17% do total de domicílios do município), é o 2º território em relação ao número de famílias inseridas no CadÚnico, com 435 famílias (26% do total de famílias inseridas no CadÚnico), com 12% das famílias inseridas no CadÚnico do território vinculados à transferência de renda. (CECAD, agosto de 2025).

O São Cristóvão é um bairro existente há muito tempo no município, é um bairro que recebeu muitos moradores novos de outros municípios da região e do Paraná. É descrito como uma localidade que contribui para a convivência familiar e comunitária, sendo considerado seguro e tranquilo.

Em termos de estrutura e políticas públicas, contam com o Clube da Pessoa Idosa, com o Conjunto Habitacional Severino Romani, Escola Municipal, CEMEI

Santa Clara e Unidade de Saúde. Uma das vulnerabilidades do bairro refere-se a ausência de asfaltamento na rua Colombo, região conhecida como Vila Sapo.

Na área de comércio tem um mercado, a Madeireira Cavallari, Igreja e bares.

São Lucas é um bairro antigo do município, era conhecido como Buraco Quente devido ao declive presente no território e alta temperatura.

Neste território está situado o CRAS do município, sendo o local do equipamento desde que foi implantado. Registra-se que durante 2 anos o CRAS ficou instalado em um imóvel locado no Centro, durante o período de construção da sede nova.

O bairro apresentava uma situação de vulnerabilidade que foi sendo modificada no decorrer dos anos, tanto no que se refere à estrutura, das vulnerabilidades de acesso à renda e nas relações comunitárias que, muitas eram permeadas por violência e conflito. Identifica-se que estas situações mostram-se presentes, mas com uma alteração importante ocorrida a partir do investimento nas políticas públicas e acesso a oportunidades.

No território está inserido o Centro Comunitário, espaços de uso compartilhado entre a Associação de moradores do bairro São Lucas e da Prefeitura, local de referência para a realização de oficinas do CRAS, sendo estas, a oficina de artes circenses, artes marciais, oficina de artes visuais, manuais, de recreação e de yoga abertas para a comunidade.

No bairro São Lucas foi implantada a piscina térmica do município, onde são realizadas atividades de hidroginástica abertas para a comunidade e hidroterapia como parte dos serviços de Saúde.

No referido território está presente o Lago Municipal, espaço de lazer e de convivência utilizado para a realização de caminhadas e brincadeiras para as crianças. O Lago está situado na divisa entre os bairros São Lucas e São Cristóvão.

2.1.3 O território 3:

O território 3 é constituído pelos bairros Parque Verde e União, ambos da área urbana.

Trata-se do 3º território do município em número de domicílios identificados através do Censo do IBGE de 2022, com um total de 932 domicílios (20% do total de domicílios do município), e o 3º território em relação ao número de famílias inseridas

no CadÚnico, 400 famílias (24% do total de famílias inseridas no CadÚnico), com 10% das famílias inseridas no CadÚnico do território vinculados à transferência de renda. (CECAD, agosto de 2025).

O bairro Parque Verde, é descrito como uma localidade que possibilita a convivência familiar e comunitária, com tranquilidade para que as crianças brinquem na rua, com interação entre os vizinhos e construção de uma rede de apoio entre estes.

Apresenta boa infraestrutura e fácil acesso para os serviços e políticas públicas, tendo recebido muitos moradores novos nos últimos anos. No bairro contam com a Igrejinha do Carmelo, com o antigo campinho de areia, que agora é sintético e com um super mercado.

O bairro União tem um CEMEI e uma Escola Municipal em tempo integral, sendo a primeira com esta modalidade no município. O território tem uma Associação de Moradores, uma academia ao ar livre, uma quadra coberta para a prática de atividades esportivas, a sede do Clube de Mães, uma capela mortuária e uma Unidade Básica de Saúde em construção. Não possui uma rede de comércio, somente uma mercearia.

2.1.4 O território 4:

O território 4 é constituído pelos bairros Boa Vista, Industrial e Primavera, todos localizados na área urbana do município.

Trata-se do território do município com o menor número de domicílios identificados através do Censo do IBGE de 2022, com um total de 465 domicílios (10% do total de domicílios do município), e o 4º território em relação ao número de famílias inseridas no CadÚnico, 189 famílias (11% do total de famílias inseridas no CadÚnico). Trata-se do território com o menor percentual de famílias inseridas no Programa Bolsa Família, com 7% das famílias do CadÚnico do território vinculadas à transferência de renda. (CECAD, agosto de 2025).

Boa Vista é uma região que existe há bastante tempo no município, com moradores que se conhecem e que mantêm postura acolhedora.

Em termos de estrutura de políticas públicas, contam com uma Escola Municipal, um Colégio Estadual com turmas até o 9º ano, Unidade Básica de Saúde, quadra esportiva e um loteamento habitacional recente. Tem uma praça vinculada a

Igreja Católica que nos finais da tarde é ponto de encontro de algumas famílias e principalmente crianças, que deslocam-se até o local para jogar bola e andar de bicicleta na rua e com um Centro Comunitário com uma cancha de bocha.

O ponto negativo é que trata-se de um bairro distante do Centro, com poucas unidades de comércio, constituídos por duas mercearias, um posto de combustível e um restaurante, sendo comum precisarem se deslocar até o Centro para acessarem o comércio e serviços e outros serviços privados.

Primavera é um bairro novo, as primeiras casas surgiram em 2019/2020, a população é composta a grande maioria de jovens, que trabalham o dia todo, sendo parcela significativa dos seus moradores trabalham na fábrica de colchões e moinho que ficam na região.

A atividade de comércio conta com uma conveniência e dois restaurantes, as crianças que residem nesse bairro estudam em Boa Vista e utilizam o transporte escolar. Em relação aos atendimentos da política de Saúde, os moradores do bairro se dividem entre a UBS do Boa Vista e o bairro União, onde também está localizado o Centro de Convivência ACAZUL, onde é executado do SCFV para crianças e adolescentes com idade entre 06 e 14 anos, porém, poucas crianças do bairro utilizam este espaço.

Contam com restaurante com espaços abertos que possibilitam o contato com a natureza.

O Industrial é um bairro existente há bastante tempo no município, contando com moradores que vivem na região há muitos anos. O bairro dispõe de casas para locação, com rotatividade de moradores. É considerado um bairro acolhedor, em que os moradores se conhecem e as crianças brincam na rua.

As famílias são constituídas por muitas crianças e pessoas idosas.

Em termos de políticas públicas acessam a UBS, a Escola Municipal e o CEMEI do bairro União.

No Industrial tem o Parque de Exposições Emílio Gomes que abarca os grandes eventos como exposições, rodeios, festas juninas e bailes, próximo do que tem um hotel cuja a construção não foi concluída e está abandonada, mas reside uma família que toma conta do local, e ao lado do hotel tem “um shopping” na mesma condição do hotel que serve como abrigo para algumas pessoas.

O bairro Industrial tem este nome devido ao fato de historicamente contarem com muitas indústrias implantadas no território. Atualmente um dos Parques Industriais do município está no referido espaço geográfico.

2.1.5 O território 5:

O território 5 é constituído por todas as localidades da área rural do município.

Trata-se do 2º território com o maior número de domicílios identificados através do Censo do IBGE de 2022, com um total de 1.004 domicílios (21% do total de domicílios do município), abaixo somente o território 1. É o território com o menor número de famílias inseridas no CadÚnico, 148 famílias (9% do total de famílias inseridas no CadÚnico), 14% das famílias do CadÚnico do território vinculadas à transferência de renda. (CECAD, agosto de 2025).

Referente a área rural do município de Céu Azul, identificamos diversidades atinentes a cada região geográfica. A região norte e noroeste, são estabelecidas por pequenas propriedades, pois trata-se de regiões menos planas, com acentuadas propriedades com áreas de aclave e declive. Grande parte das propriedades desenvolvem a agricultura familiar, e detêm granjas de aves e suínos, também apresentam atividades de lavoura. A vantagem da região é a proximidade da área urbana do município.

Pertinente a região sudoeste do território, nota-se a existência de grandes propriedades, o local é composto por diversas fazendas, abrangendo áreas de lavoura e pecuária, tendo a criação de bovinos demonstrada como mais abrangente. Ainda referente à região sudoeste, nota-se uma peculiaridade, pois tem-se todo o território cercado pelo Parque Nacional do Iguaçu.

A região sudoeste (Comunidade da Picada e Benjamin Constant) também contempla a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, sendo uma área de turismo religioso, reconhecida pelo Ministério do Turismo.

Referente a região nordeste, mais precisamente na comunidade de Alto Alegre, deste respectivo território, é observado a existência de grandes propriedades agrícolas, que apresentam o plantio de soja e milho como atividade principal.

Ainda em relação à extrema região nordeste do território, nas regiões de divisa do município, (Nova União) identificamos um Distrito com número maior de munícipes quando falamos da área rural, a localidade possui alguns equipamentos

públicos de atendimento, como Escola Municipal, Colégio Estadual e Unidade Básica de Saúde.

Dispõe também de filial da Cooperativa Coopavel, e da empresa Star Milk, que trata-se de uma fazenda considerada modelo de autossuficiência. A fazenda dispõe de laticínio incorporado, empregando grande parte dos moradores locais. Nova União também possui um Vila Rural, onde no passado apresentava considerada vulnerabilidade, não mais tão aparente nos dias atuais.

A região noroeste do território (comunidade de Tatu Jupy) possui um posto de combustível, o Posto Pepinão, um frigorífico, o Fricéu, e a praça de pedágios, locais estes responsáveis pelo emprego tanto de pessoas que residem nas proximidades quanto da área urbana do município.

As informações analisadas e descritas até o presente momento contribuem para a aproximação com a perspectiva territorial da política de Assistência Social, reconhecendo-se as características, diversidades e potencialidades existentes.

Na sequência serão sistematizadas as informações que referem-se ao CadÚnico de modo a considerar os territórios do município para o reconhecimento das necessidades de proteção a partir das situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas.

3 NECESSIDADES DE PROTEÇÃO EXPRESSAS ATRAVÉS DOS DADOS DO CADÚNICO NOS TERRITÓRIOS DE CÉU AZUL

Utilizando-se como referência os dados do CadÚnico de Céu Azul serão realizadas análises que contribuam para o reconhecimento do perfil das famílias inseridas e das situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas nos territórios do município, estabelecendo-se uma relação entre as referidas informações com os aspectos a serem trabalhados na sequência no se refere às atribuições e atuação da gestão, controle social, proteção social básica e proteção social especial.

Foi utilizada para a análise a planilha do CECAD do município, selecionando as informações relativas às pessoas e famílias inseridas no mês de agosto de 2025.

A planilha é extraída através do CECAD, sendo disponibilizada juntamente com um dicionário que permite a sistematização das informações registradas a partir dos cadastros vigentes em cada município, gerando 211 colunas de dados que permitem diferentes tipos de cruzamentos de informações considerando a perspectiva territorial.

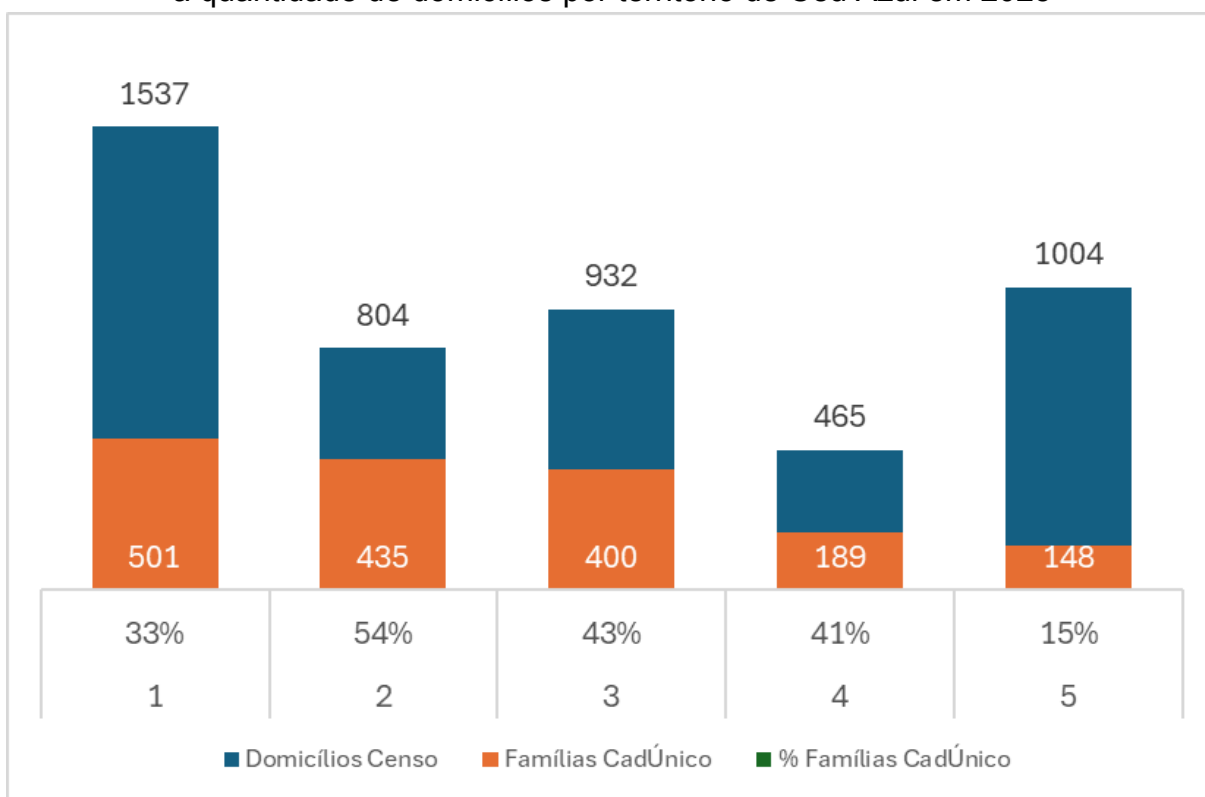
No período analisado, foram identificadas 3.966 pessoas em 1.673 famílias inseridas no CadÚnico de Céu Azul, o que corresponde a 36% da população do município, das quais 168 recebem o Programa Bolsa Família, correspondendo a 10% das famílias inseridas no CadÚnico.

Considerando-se a divisão dos espaços geográficos para aproximação com a perspectiva territorial identificou-se através dos dados do Censo do IBGE de 2022 o quantitativo de domicílios presentes e o comparativo com o número de famílias inseridas no CadÚnico, possibilitando reconhecer os territórios que apresentam maior densidade populacional e percentual de inserção no CadÚnico.

A maior incidência de inserção de famílias no CadÚnico ocorreu na área urbana do município, com 91% de ocorrência, vinculado ao fato de que 81% da população do município reside na área urbana.

Por território as maiores incidências de famílias no CadÚnico ocorreram nos territórios 1 e 2, destacando-se a presença da Secretaria Municipal de Assistência Social, da equipe de referência da PSE e do CRAS nos referidos espaços geográficos.

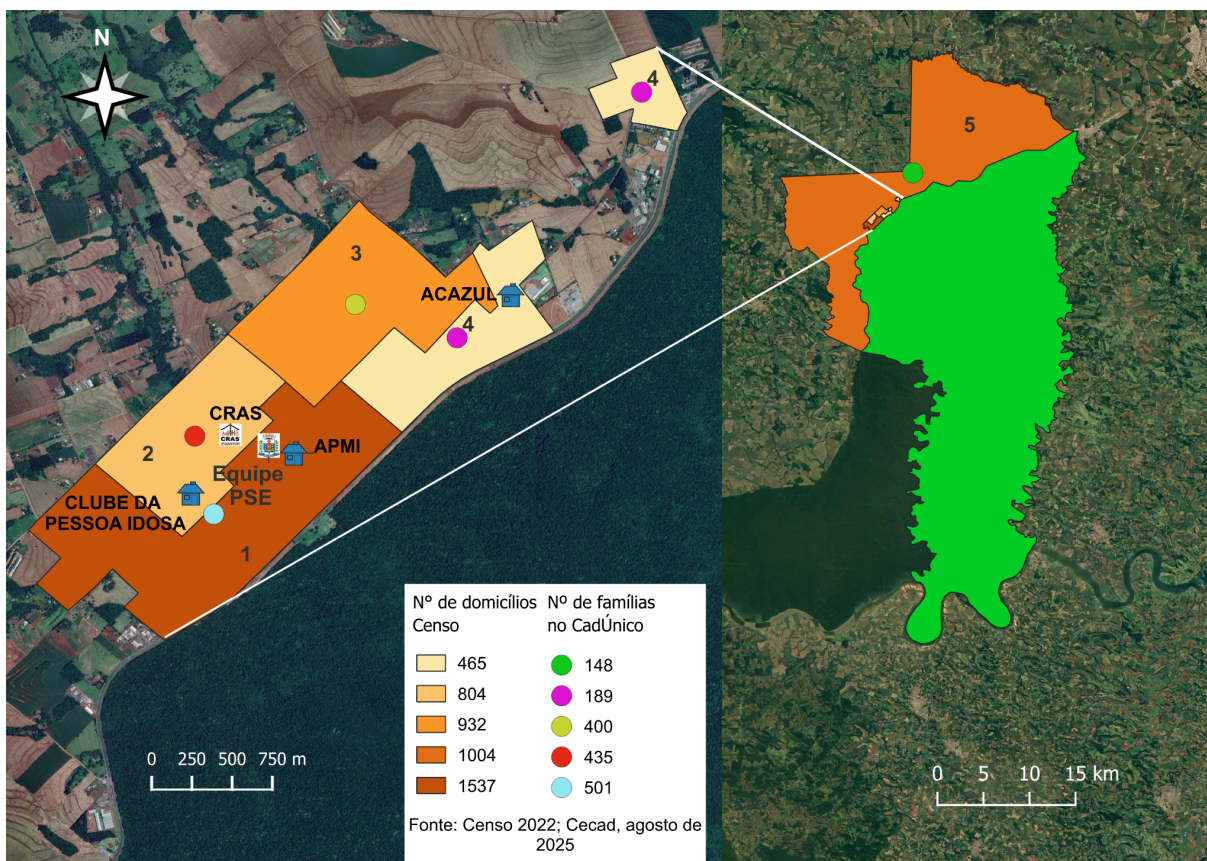
Gráfico 1 - Número total de domicílios pelo Censo do IBGE, de famílias inseridas no CadÚnico e porcentagem de famílias inseridas no CadÚnico em relação à quantidade de domicílios por território de Céu Azul em 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Os referidos aspectos foram apresentados na descrição das características dos territórios, sendo possível neste momento estabelecer as comparações e correlações através do gráfico apresentado, no que refere-se ao número total de domicílios identificados por território, número de famílias inseridas no CadÚnico e percentual de famílias inseridas no CadÚnico, o que pode ser identificado através do mapa apresentado a seguir, que contribui para a identificação da presença das unidades da política de Assistência Social por território.

Figura 5 - Mapa com a identificação da incidência de domicílios conforme o Censo de 2022 e conforme o número de famílias inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025

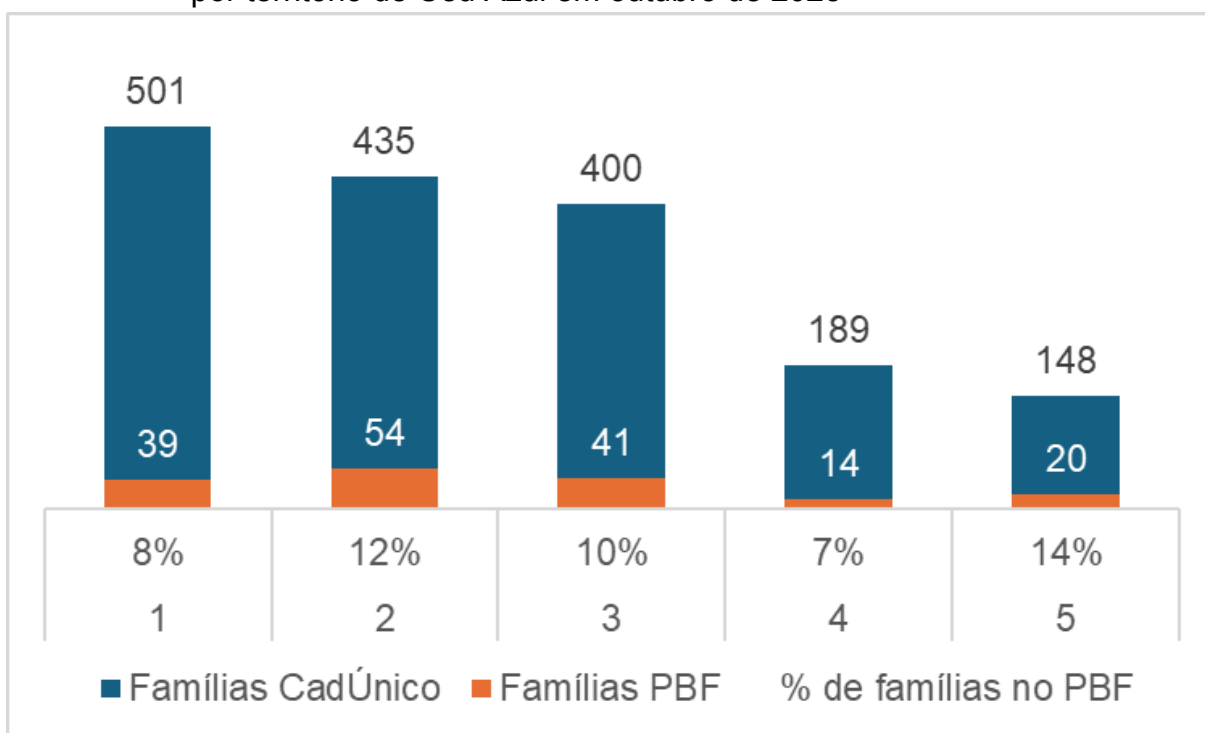


Fonte: Censo, 2022; CECAD, agosto de 2025.

Através do gráfico a seguir é possível identificar o quantitativo e percentual de inserção de famílias no Programa Bolsa Família no território, ressaltando-se que no município 10% das famílias inseridas no CadÚnico recebem o referido benefício de transferência de renda que tem como critério a renda per capita inferior a R\$218,00 mensais. São 489 pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 4,5% dos habitantes de Céu Azul. (CECAD, outubro de 2025).

Identifica-se variação do percentual de inserção de famílias no Programa Bolsa Famílias nos territórios, com as menores incidências percentuais nos territórios 4 e 1, identificando-se que os território 5 e 2 apresentaram percentual maior de inserção do que a média municipal de 10%, destacando-se que o referido território apresentou o 2º maior número de famílias inseridas no CadÚnico e é o 4º território em número de domicílios identificados através do Censo de 2022.

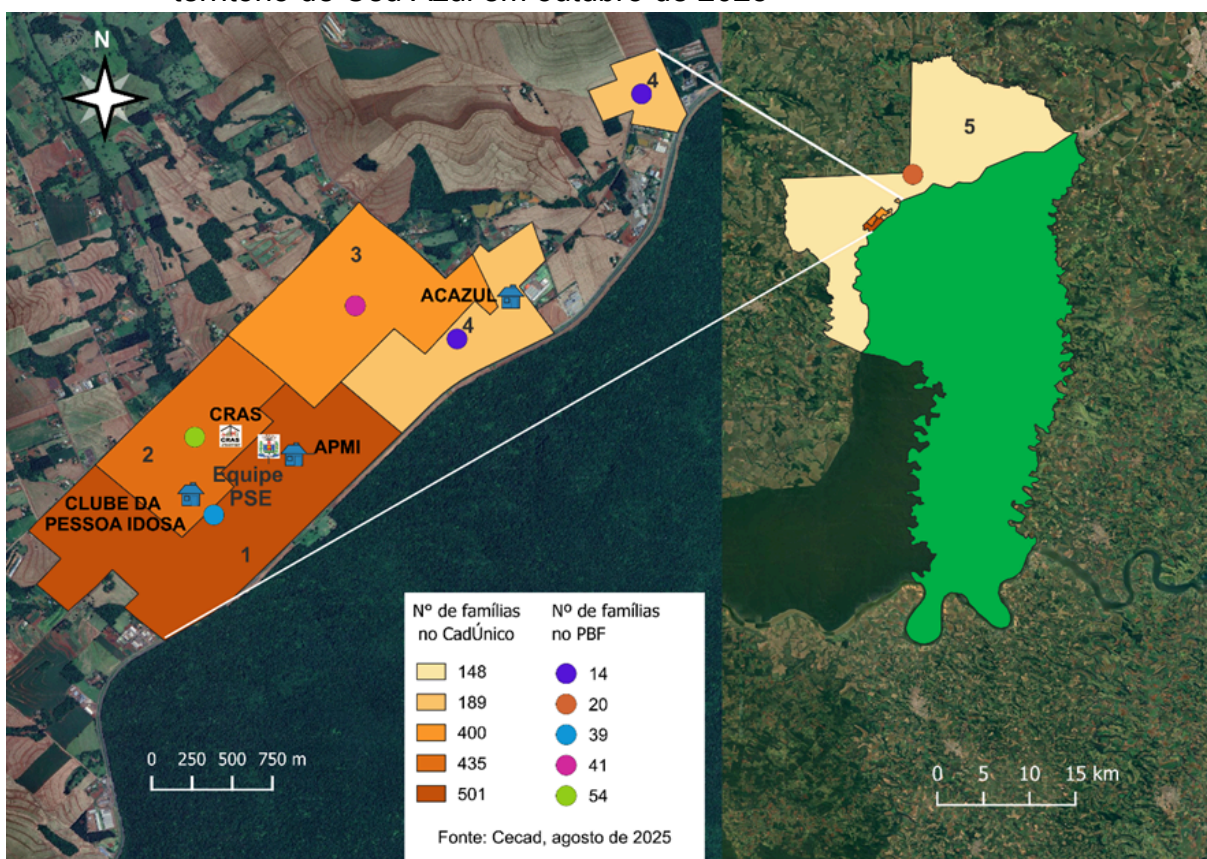
Gráfico 2 - Número total de famílias no CadÚnico, número de famílias no PBF e porcentagem de inserção das famílias no PBF em relação ao CadÚnico por território de Céu Azul em outubro de 2025



Fonte: CECAD, outubro de 2025.

Através dos mapas e do quadro apresentado a seguir identifica-se na perspectiva territorial a incidência de famílias inseridas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família e as faixas de renda familiar per capita, sendo possível estabelecer a relação das referidas informações com a localização dos CRAS do município, identificando-se que estão localizados em territórios com incidência de vulnerabilidade de acesso à renda, sendo estes os territórios 2 e 3.

Figura 6 - Mapa com a incidência do número de famílias inseridas no CadÚnico e número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por território de Céu Azul em outubro de 2025

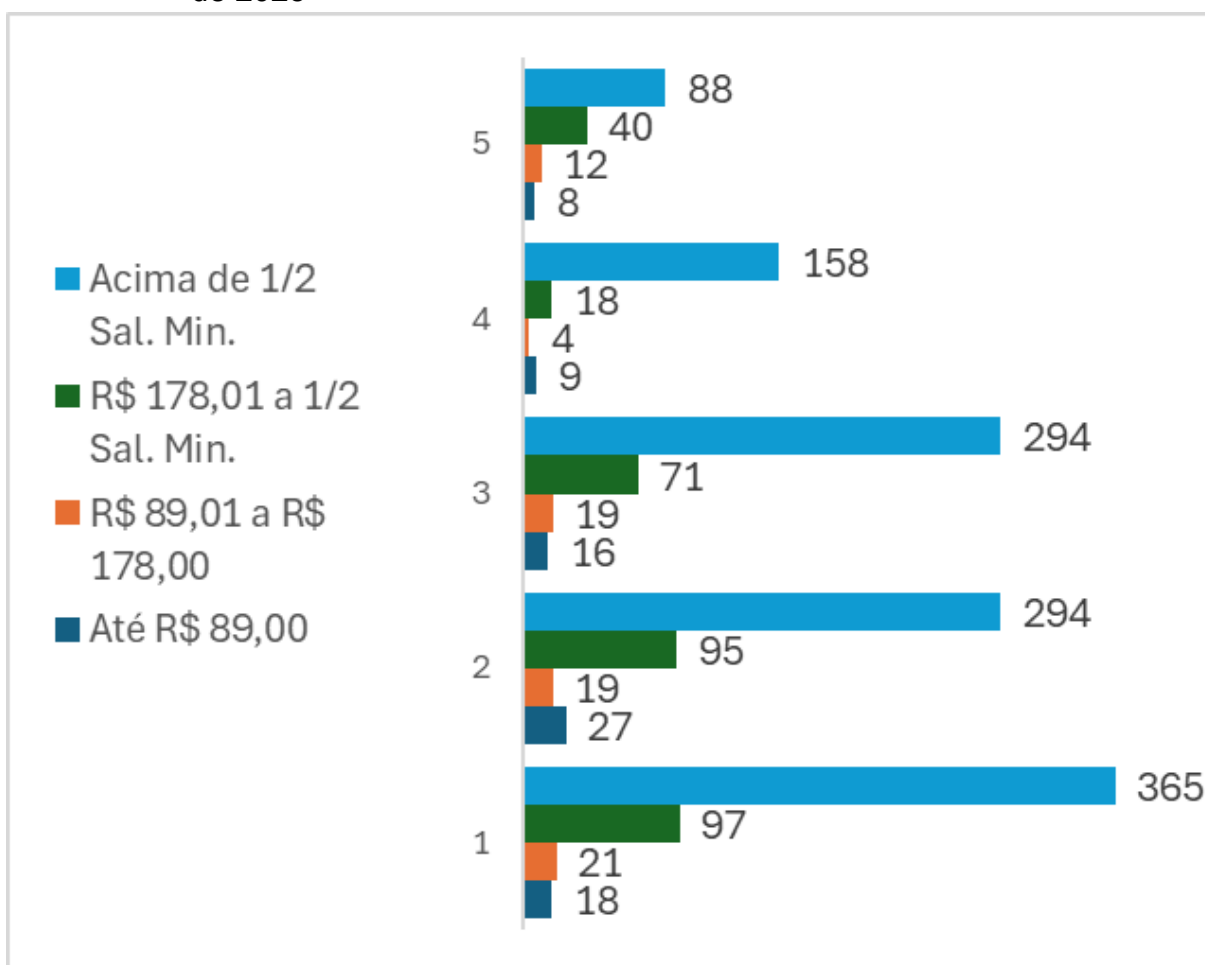


Fonte: CECAD, outubro de 2025.

Foram sistematizadas as informações relativas à renda familiar per capita das famílias inseridas no CadÚnico em Céu Azul, identificando-se os territórios com maior incidência de famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade material.

Através do gráfico a seguir apresenta-se o quantitativo de famílias por território com renda familiar per capita de até R\$89,00, entre R\$89,01 e R\$178,00 e entre R\$178,01 e ½ salário mínimo, o que corresponde a R\$759,00 considerando-se o valor do salário mínimo nacional vigente em agosto de 2025 de R\$1.518,00.

Gráfico 3 - Faixa de renda familiar per capita das famílias inseridas no CadÚnico com renda até ½ salário mínimo por território de Céu Azul em agosto de 2025

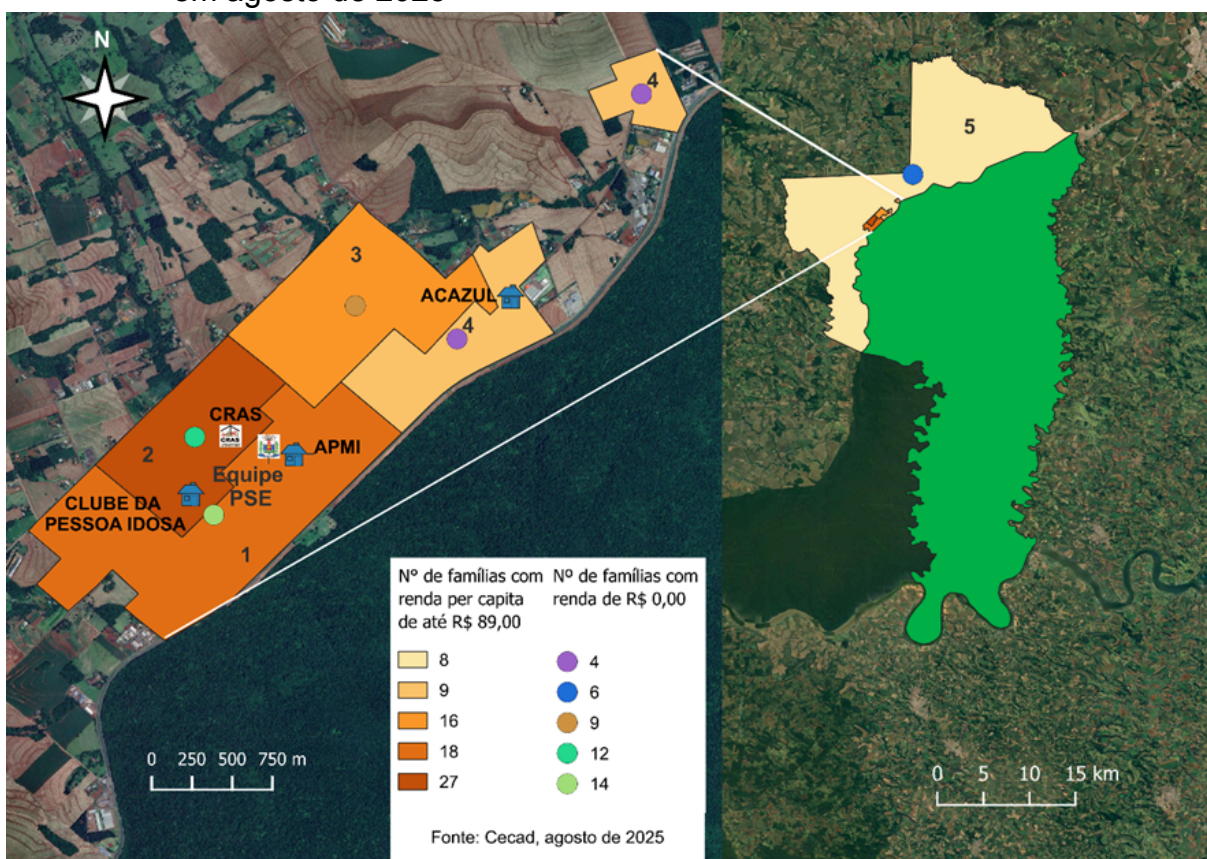


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

São ao todo 474 famílias com renda per capita até ½ salário mínimo, verificando-se que 68% destas possuem renda familiar per capita entre R\$178,01 e R\$759,00, as outras duas faixas de renda tem incidência equivalentes, famílias com renda familiar per capita de até R\$89,00 verifica-se 16% de ocorrência e as famílias com renda familiar per capita entre R\$89,01 e R\$178,00 também verifica-se os mesmos 16% de incidência.

Visando localizar nos territórios a incidência de vulnerabilidade material apresenta-se através do mapa a seguir a incidência de famílias com as menores faixas de renda no município, inclusive com renda 0, identificando-se 45 famílias na referida condição. Destaca-se que entre as famílias que possuem renda familiar per capita de até R\$89,00 identificou-se que 30 não recebiam o Programa Bolsa Famílias em outubro de 2025.

Figura 7 - Mapa com a incidência do número de famílias com renda familiar per capita de até R\$89,00 e famílias com renda 0 por território de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Foram identificadas famílias com renda 0 compostas entre 1 a 6 pessoas, com maior incidência entre as compostas entre 1 e 4 pessoas, sendo 82% das famílias compostas com este perfil.

Tabela 10 - Composição das famílias com renda 0 inseridas no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025

Nº de pessoas que compõem a família	1	2	3	4	5	6
Nº de famílias	25	2	5	6	6	1

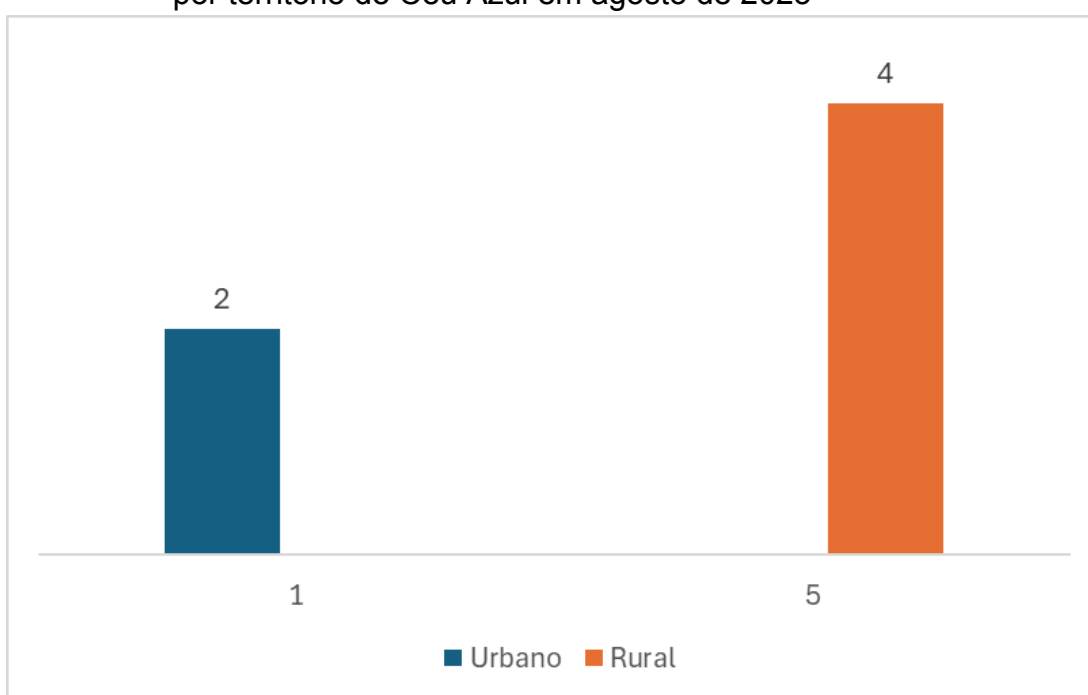
Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Entre as famílias inseridas no CadÚnico identificou-se 45 com renda 0, tendo sido identificado através da tabela apresentada o perfil da composição das referidas famílias, com incidência de 44% entre as que são compostas somente por 1 pessoa.

As demais famílias apresentam uma variação na composição familiar entre 2 e 6 pessoas.

As características e condições de habitação são informações identificadas através do CadÚnico, permitindo o reconhecimento de situações de vulnerabilidade vivenciadas, uma destas questões referem-se às famílias que não possuem banheiro na residência, sendo 6 ao todo, presentes no território 1 e no território 5, sendo este na área rural.

Gráfico 4 - Número de famílias sem banheiro na residência, inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025

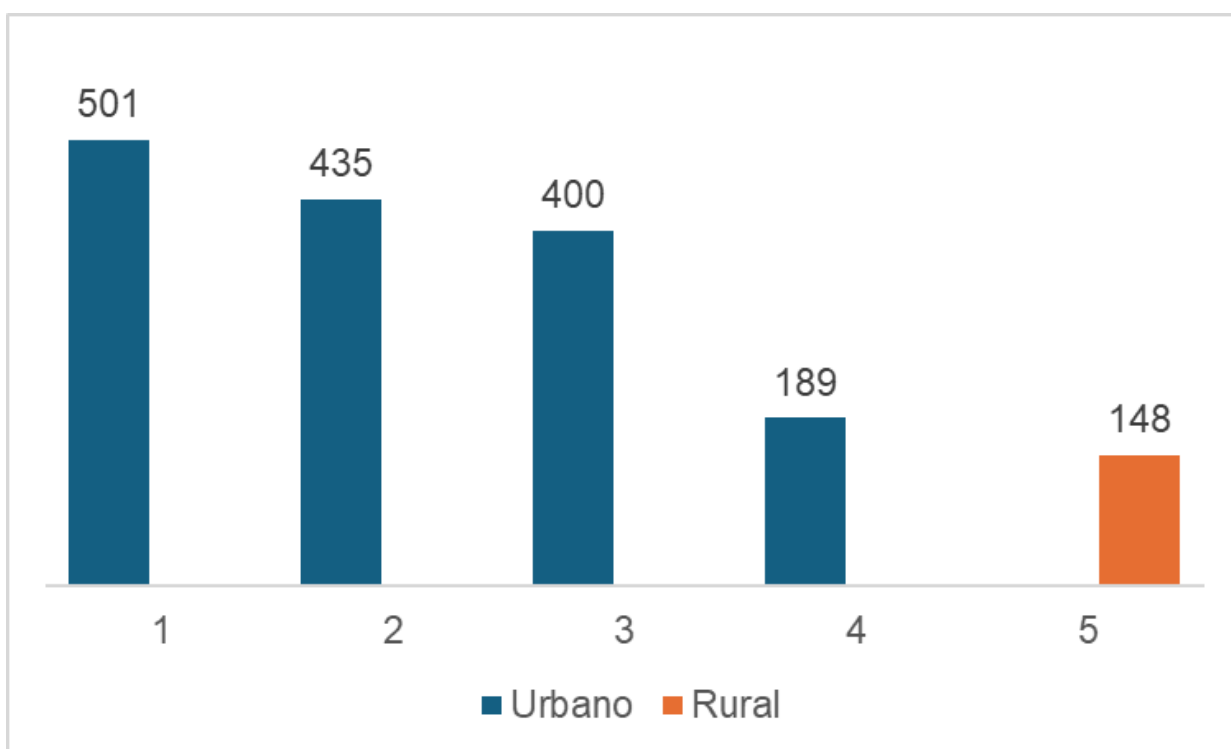


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

No tópico que tratou dos indicadores de contextualização do município no âmbito regional, estadual e nacional, sinalizou-se que conforme os dados do Censo do IBGE de 2022, o município contava com 81% da população residindo na área urbana. Entre as pessoas inseridas no cadÚnico 90% residem na área urbana.

Os gráficos apresentados na sequência contribuem para a identificação das informações relativas ao número de famílias e de pessoas inseridas no CadÚnico residentes na área urbana e rural por território.

Gráfico 5 - Número de famílias das áreas urbana e rural inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Estabelece-se a correlação entre o número total de habitantes do município por faixa de idade conforme os dados do Censo do IBGE de 2022 e o quantitativo e percentual de pessoas inseridas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família, reiterando o que havia sido apresentado através dos resultados do IVCAD sistematizado através do Observatório do CadÚnico, a incidência de vulnerabilidade material entre as famílias com a presença de crianças e adolescentes em sua composição, o que foi sinalizado através do IVCAD pela dimensão Necessidade de Cuidados.

Identifica-se que 52% dos beneficiários do Programa Bolsa Família são crianças e adolescentes. O percentual de pessoas inseridas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família diminui na medida em que o perfil das famílias é constituído por pessoas adultas e por pessoas idosas.

Tabela 11 - Número de pessoas por faixa etária no município, número de pessoas e percentual com Cadastro Único e número de pessoas e percentual beneficiárias do Programa Bolsa Família em Jaguariaíva em março de 2025.

Faixa Etária	Nº de habitantes no município	Nº de pessoas no CadÚnico	% no CadÚnico	Nº de pessoas que recebem o Bolsa Família	% no PBF
Entre 0 e 4	663	301	45%	77	12%
5 a 6	291	154	103%	43	26%
7 a 15	1187	593	25%	112	6%
16 e 17	305	116	99%	21	25%
18 a 24	1052	285	29%	31	7%
25 a 34	1517	437	20%	74	5%
35 a 39	754	266	40%	34	10%
40 a 44	824	234	37%	19	9%
45 a 49	858	214	35%	18	9%
50 a 54	786	189	38%	17	10%
55 a 59	704	174	43%	18	11%
Acima de 60	2.146	1.017	47%	25	1%

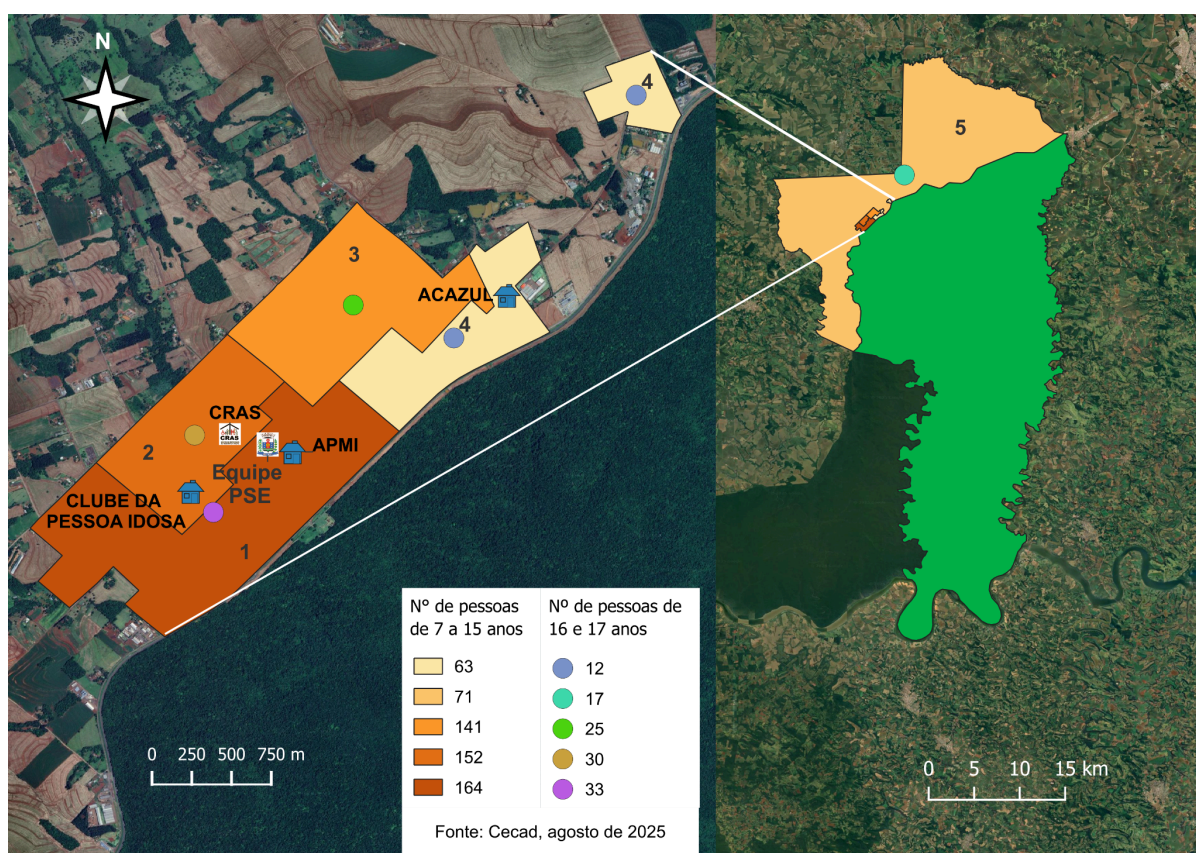
Fonte: IBGE Sidra 2022; CECAD, outubro de 2025.

Na tabela apresentada identifica-se o número de pessoas inseridas no CadÚnico por faixa de idade, identificando-se entre as crianças e adolescentes uma incidência representativa entre 0 a 4 e 7 a 15 anos. Entre as pessoas adultas a maior incidência identificada se deu entre as pessoas com idade entre 25 a 34 anos.

O acesso aos benefícios previdenciários e ao BPC constituem-se como fatores relevantes de proteção através do acesso à renda para a população idosa. Em junho de 2025 haviam 177 pessoas idosas com acesso ao BPC em Céu Azul, com repasse mensal de R\$406.825,48 diretamente para as famílias.

Através dos mapas apresentados na sequência é possível identificar de forma visual os territórios com maior incidência de crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos e adolescentes com idade entre 16 e 17 anos inseridas no CadÚnico por território do município, identificando-se nos territórios 1, 2 e 3 as maiores incidências.

Figura 8 - Mapa com a identificação da incidência de pessoas de 7 a 15 anos e de 16 e 17 anos, inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025

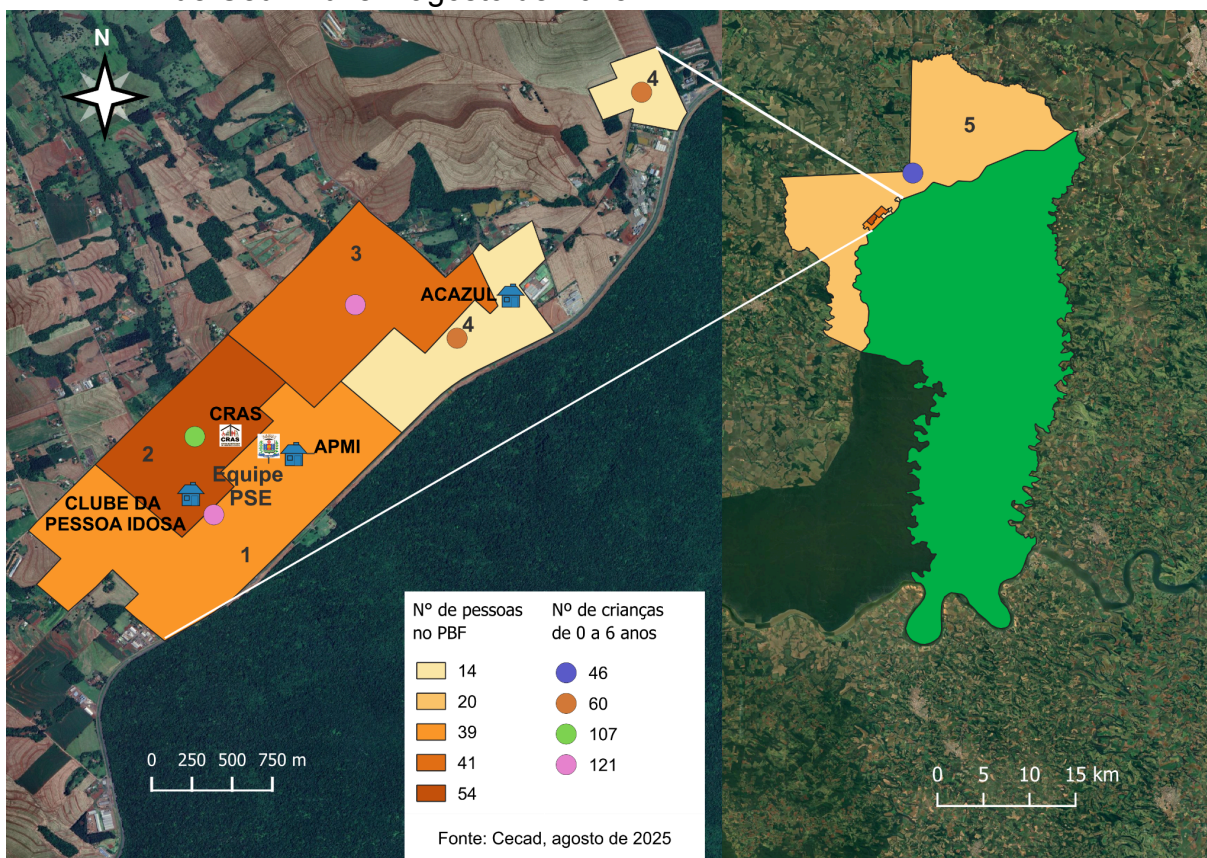


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

O mapa apresentado a seguir permite a correlação dos indicadores entre os territórios com a maior frequência de pessoas inseridas no Programa Bolsa Família e de crianças com idade entre 0 a 6 anos de idade, permitindo a identificação de situações de vulnerabilidade financeira em famílias com crianças e adolescentes na perspectiva territorial. Esta informação é importante também no sentido de considerar as ações para a implementação de políticas para a Primeira Infância considerando-se a Lei 13.257/2016, inclusive visando a articulação com as demais

políticas públicas que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e para o apoio às famílias.

Figura 9 - Mapa com a identificação da incidência de pessoas no Programa Bolsa Família e de crianças de 0 a 6 anos, inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025

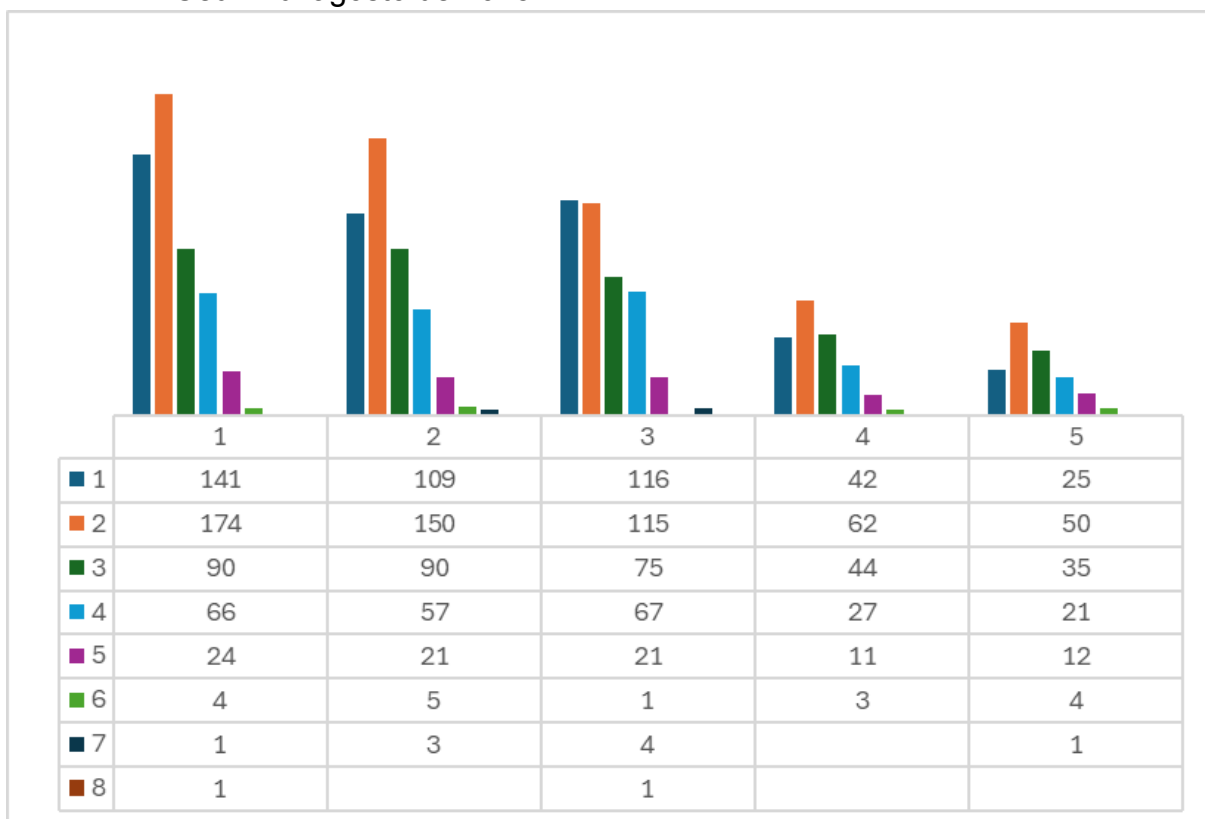


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Ao todo foram identificadas 1.163 crianças e adolescentes inseridas no CadÚnico, o que corresponde a 29% do total de pessoas inseridas, 1.802 pessoas adultas, 46% do total de pessoas inseridas e 1.001 pessoas idosas, o que representa 25% do total de pessoas inseridas.

O número de pessoas que compõem as famílias inseridas no CadÚnico foi apresentado através do gráfico a seguir, indicando a maior incidência entre as famílias compostas por dois membros. Entre os cinco (5) territórios, quatro (4) apresentaram a maior incidência entre as famílias compostas por duas (2) pessoas. Foi exceção o território 3, que com apenas 1 família a mais, superou as famílias com 2 membros, apresentando sua maior incidência entre as famílias compostas por uma (1) pessoa.

Gráfico 6 - Número de pessoas por domicílio inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul agosto de 2025

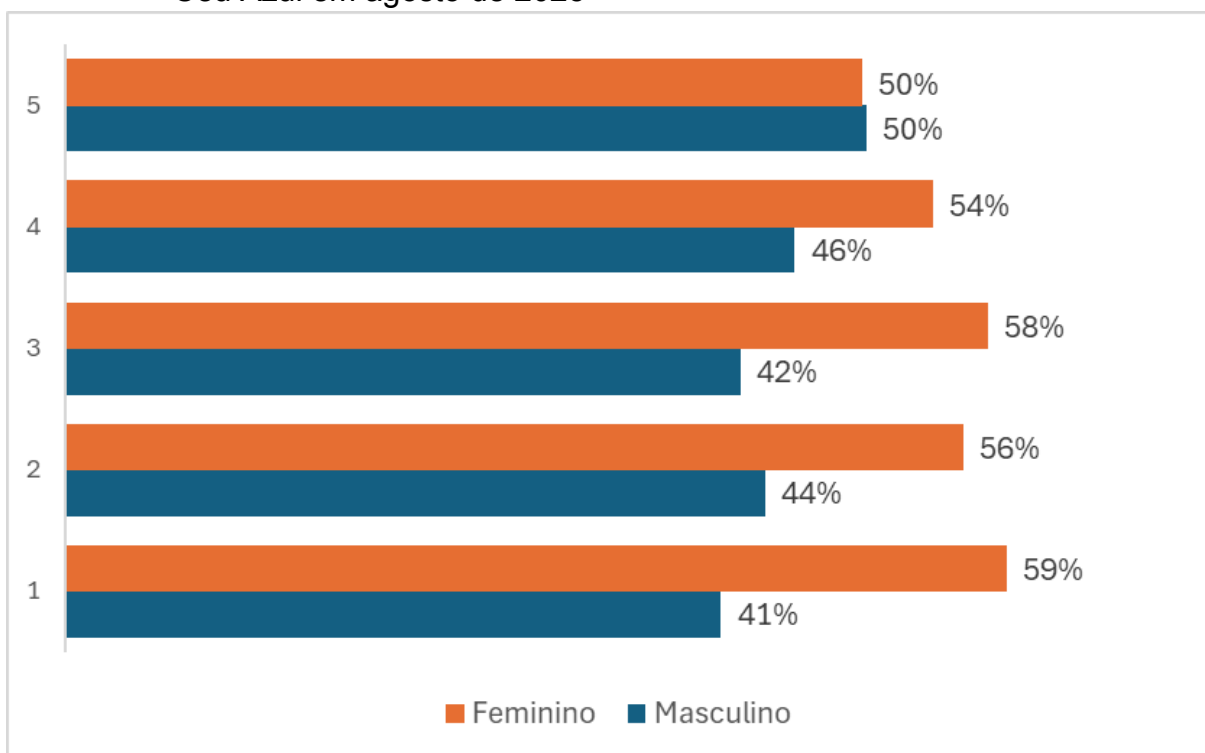


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Foram analisados os dados relativos ao número de pessoas por sexo e por território inseridas no CadÚnico do município, identificando-se em quatro (4) territórios a presença maior de pessoas do sexo feminino. O território 5 foi o único que apresentou maior incidência de pessoas do sexo masculino, com diferença pequena em relação ao sexo oposto.

Identifica-se em alguns territórios uma diferença bastante significativa entre o número de pessoas do sexo feminino e do sexo masculino, é o caso do território 1 em que 59% das pessoas são do sexo feminino, do território 3 em que 58% são do sexo feminino e dos territórios dois 2 e quatro 4 em que 57% e 54% das pessoas respectivamente são do sexo feminino.

Gráfico 7 - Percentual de pessoas por sexo, inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025

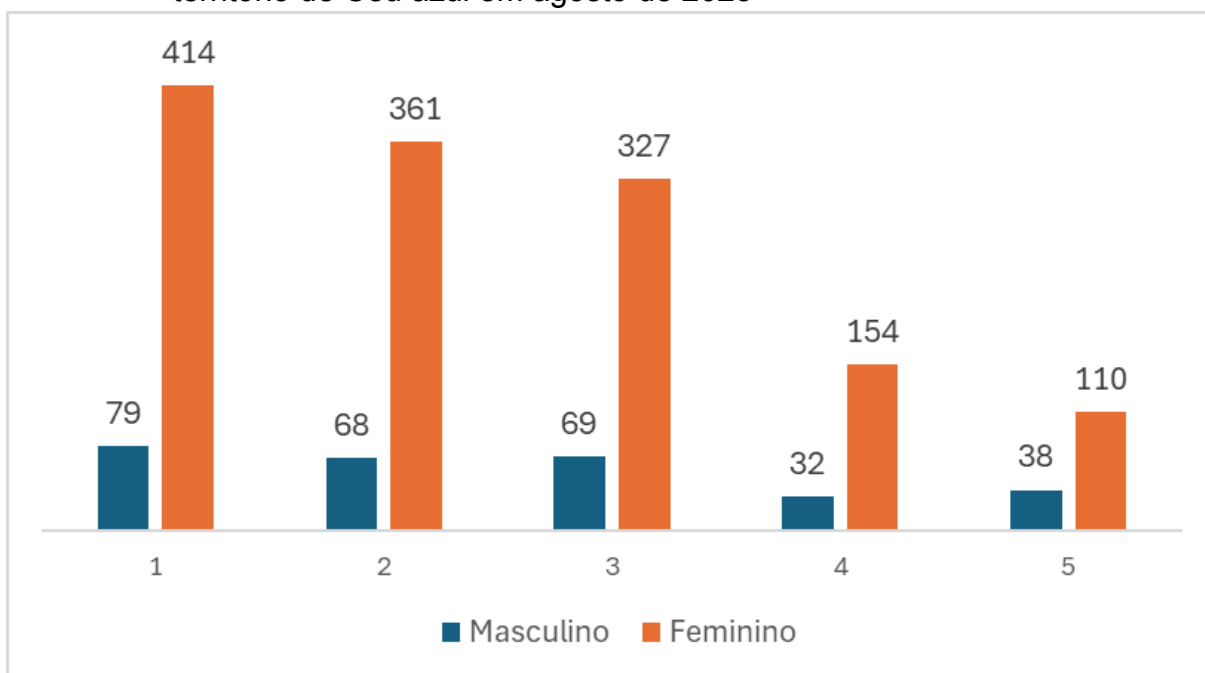


Fonte: CECAD, março de 2025.

Ao realizar o CadÚnico a família indica quem é o responsável familiar, sendo possível identificar que preponderantemente estas são pessoas do sexo feminino. A elaboração do cadastro privilegiando a identificação da pessoa do sexo feminino como responsável familiar é uma indicação da gestão do programa e tem como objetivo contribuir para a autonomia e protagonismo das mulheres na gestão dos benefícios e para a tomada de decisões que se fizerem necessárias, inclusive diante da ocorrência de situações de violência, fator que tem contribuído para gerar impactos protetivos importantes, como foi publicado no livro “Vozes do Bolsa Família” (2014).

Reconhece-se ao mesmo tempo que historicamente as pessoas que mais acionam os serviços públicos, principalmente da política de Assistência Social, são as mulheres, o que mantém relação com a perspectiva familista e as responsabilizações atribuídas a estas diante das tarefas domésticas não remuneradas e da função social de cuidado.

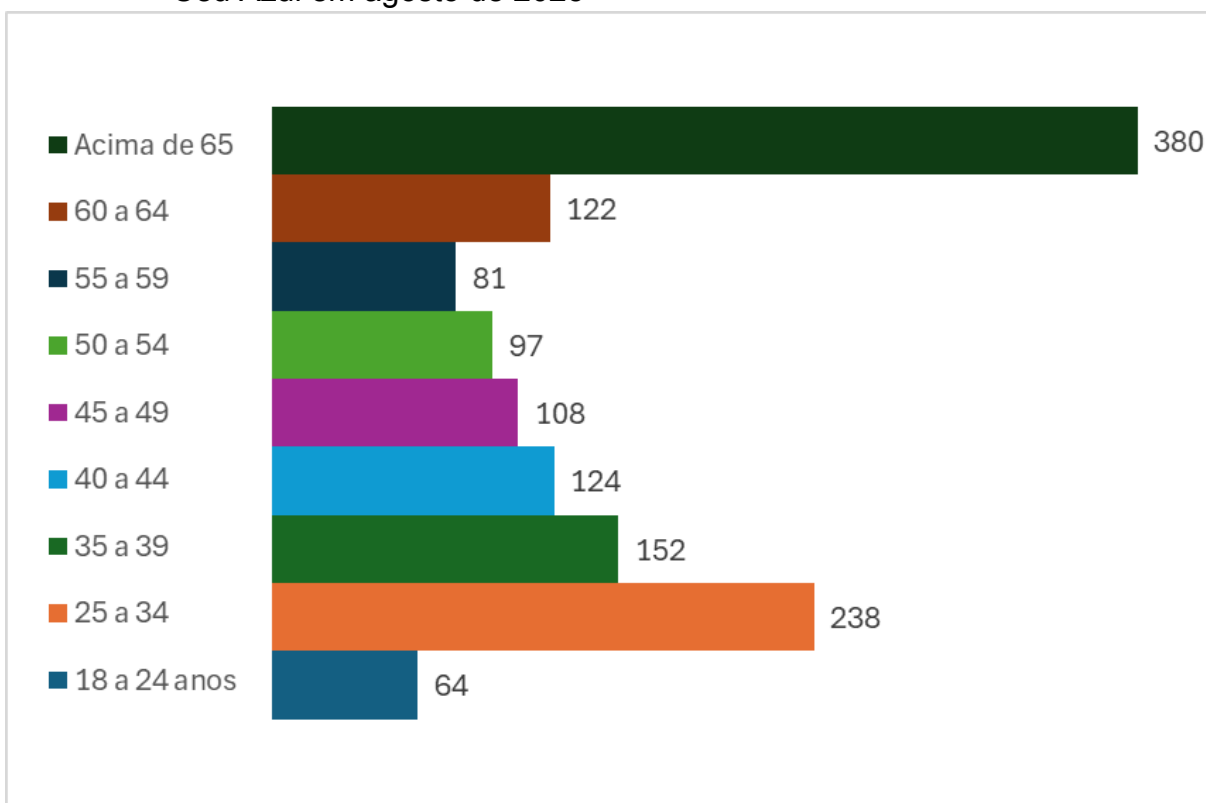
Gráfico 8 - Número de responsável familiar por sexo, inseridos no CadÚnico, por território de Céu azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, março de 2025.

Foram identificadas ao todo 1.652 responsáveis familiares, dos quais 83% são do sexo feminino, o que corresponde a 1.366 pessoas. Entre as responsáveis familiares do sexo feminino 864 eram pessoas adultas (63%) e 502 eram pessoas idosas (37%). Entre as pessoas idosas do sexo feminino identificadas como responsáveis familiares 232 viviam sozinhas, sendo 46% na referida condição.

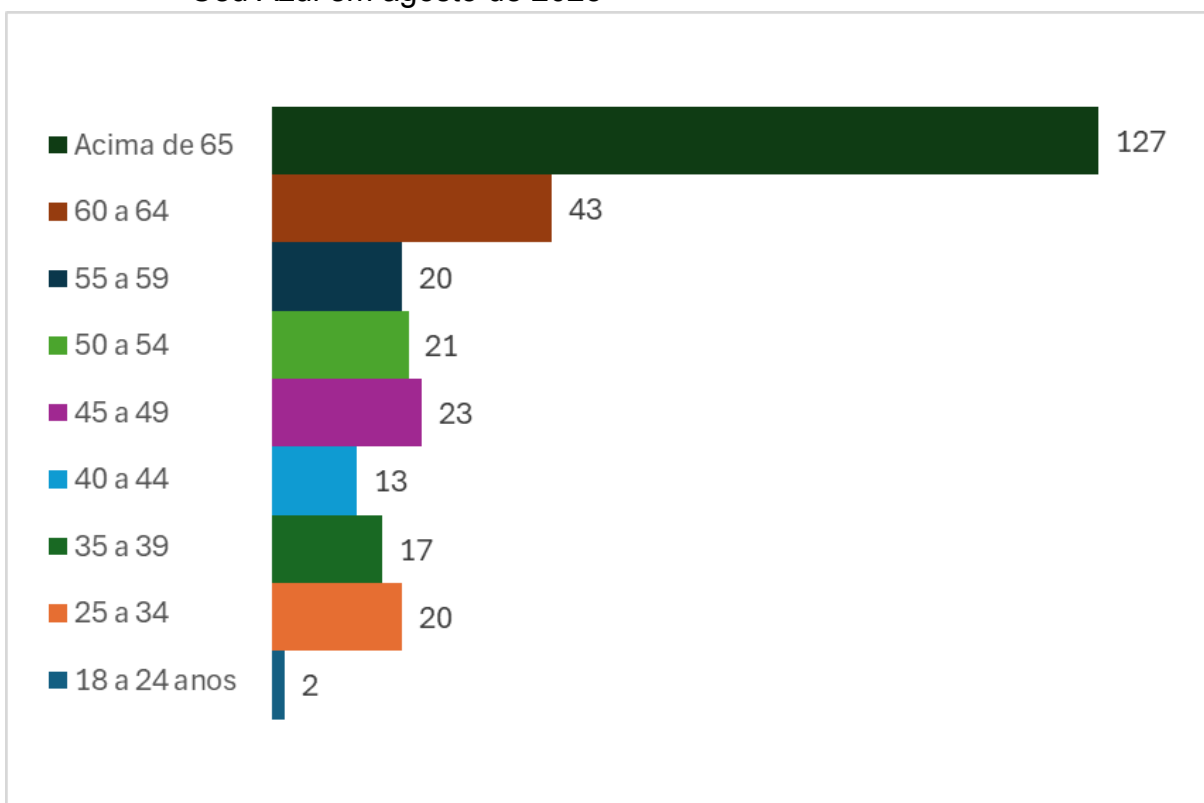
Gráfico 9 - Faixa etária do responsável familiar feminino inserido no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Entre os responsáveis familiares do sexo masculino 116 são pessoas adultas das quais 52 vivem sozinhos (45%) e 170 pessoas idosas das quais 79 (46%) vivem sozinhos.

Gráfico 10 - Faixa etária do responsável familiar masculino inserido no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025

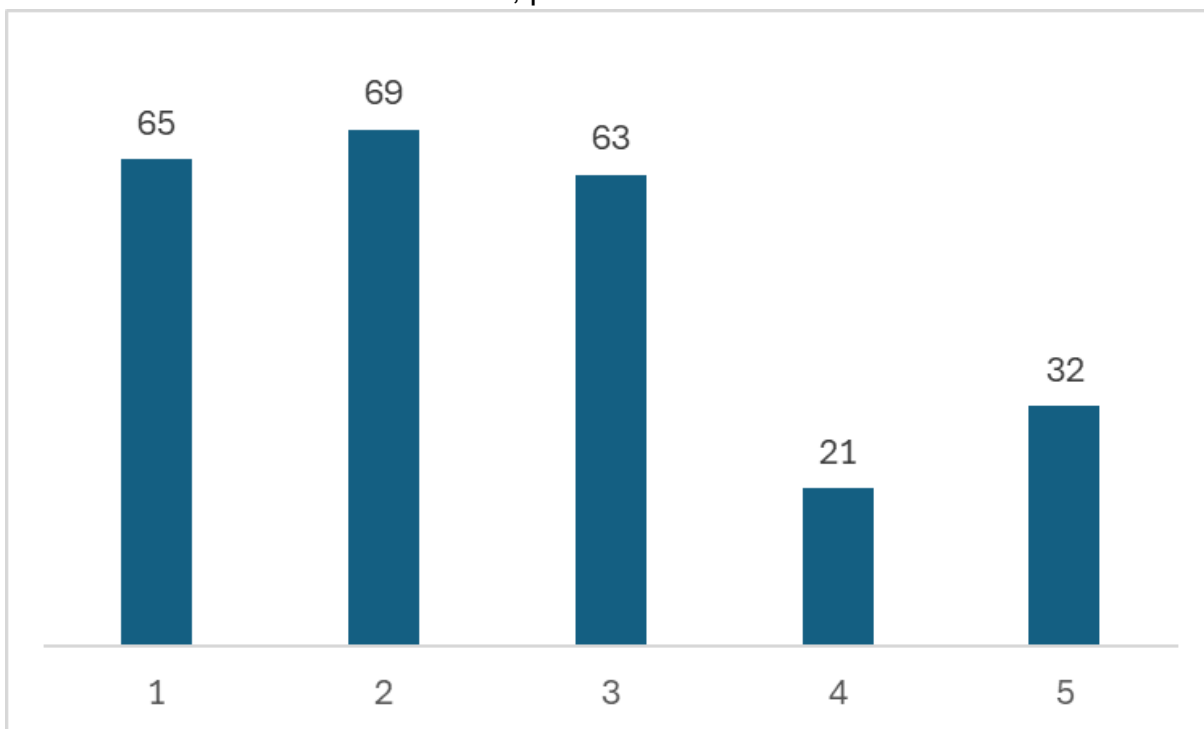


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

O nível de escolaridade e o analfabetismo apresentam-se como informações relevantes, pois podem impactar na vivência de situações de vulnerabilidade social. Foram identificadas 250 pessoas no CadÚnico do município com mais de 16 anos que não sabem ler e escrever.

Através do gráfico apresentado a seguir identifica-se a incidência de pessoas que não sabem ler e escrever por território.

Gráfico 11 - Número de pessoas que não sabem ler nem escrever acima de 16 anos inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em 2025

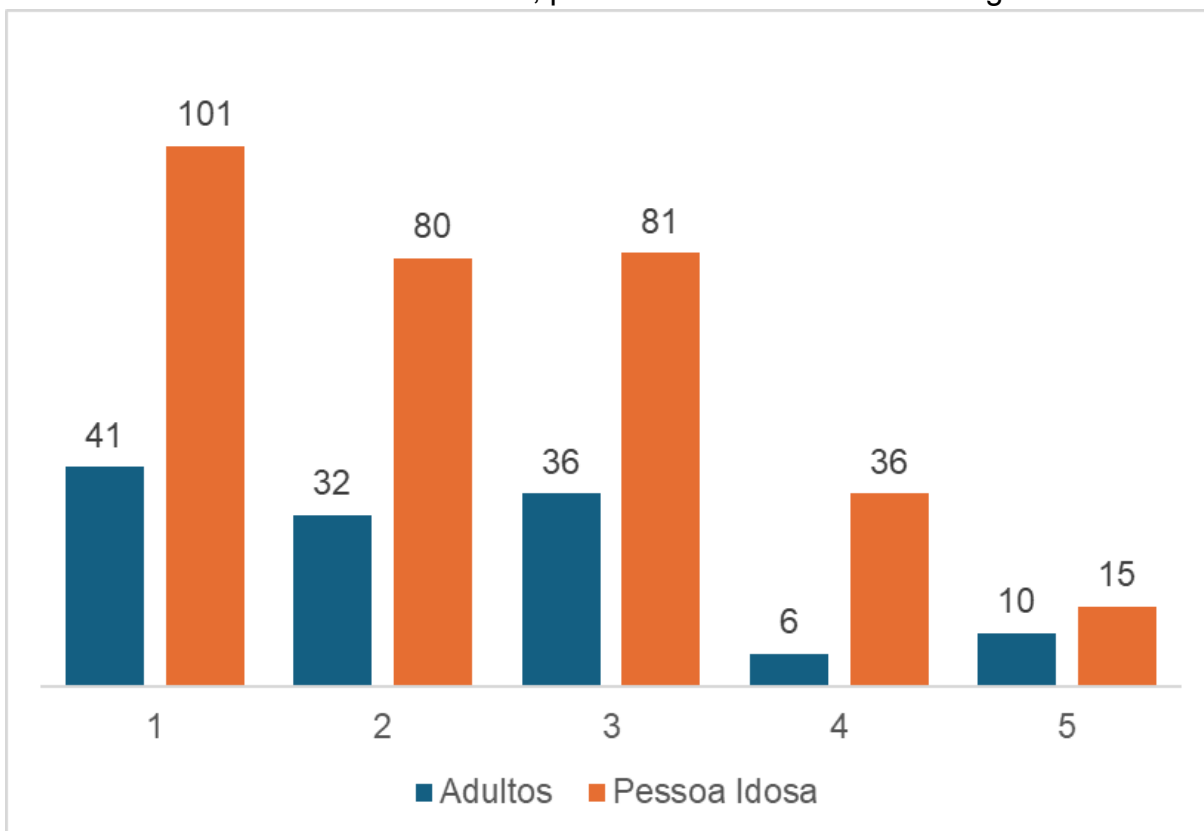


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

A identificação dos territórios com incidência de pessoas idosas e pessoas idosas que residem sozinhas tem sido uma pauta importante a ser considerada pelas políticas públicas.

Reconhece-se o aumento da expectativa de vida e a mudança do perfil das famílias, com a presença significativa de famílias unipessoais, o que está presente também em relação a pessoas em outras faixas de idade, o que pode ser identificado através do gráfico e do mapa apresentados na sequência, identificando-se 438 famílias unipessoais no CadÚnico de Céu Azul, das quais 29%(125) são pessoas adultas e 71% (313) são pessoas idosas. Entre a população idosa do município, 31% residem sozinha.

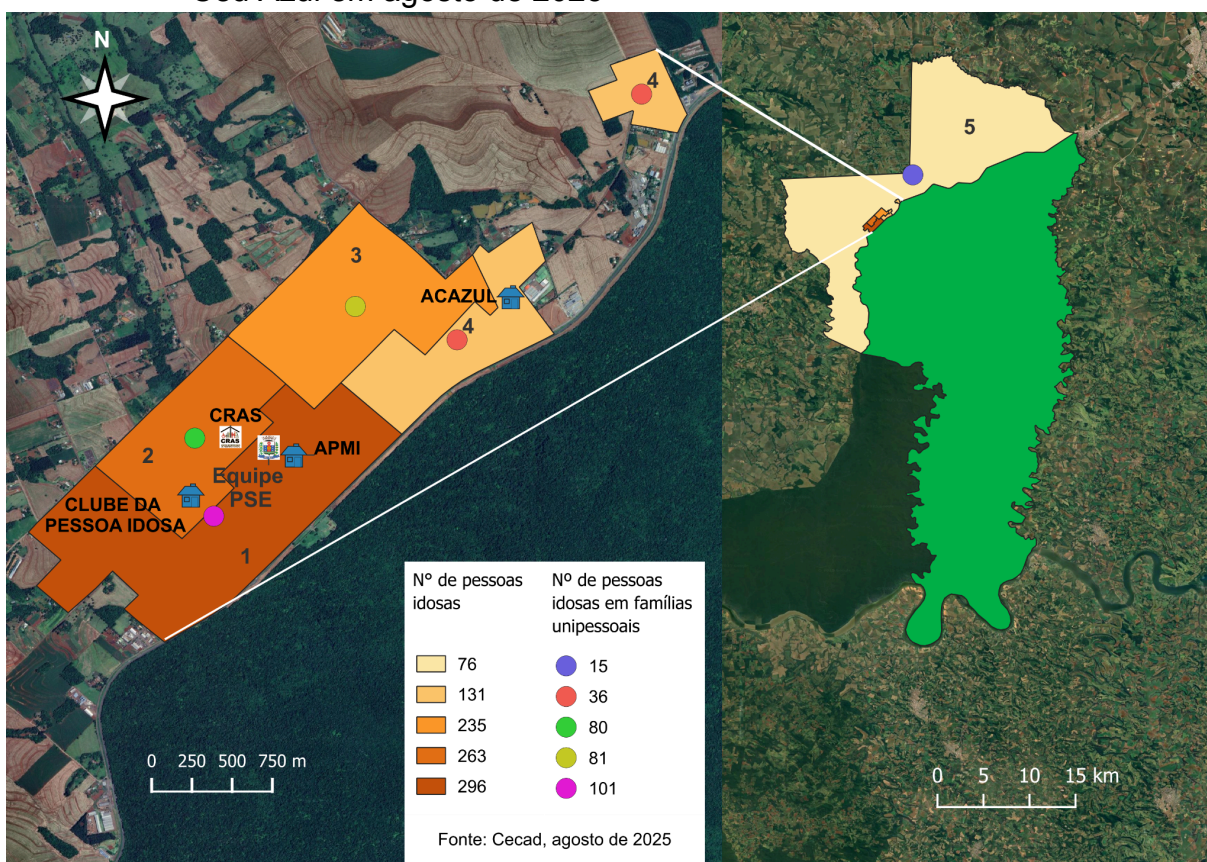
Gráfico 12 - Faixa etária das pessoas que compõem as famílias unipessoais inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

O mapa a seguir indica que os territórios 1, 2 e 3 apresentam a maior incidência de pessoas idosas e pessoas idosas residindo sozinhas inseridas no CadÚnico de Céu Azul.

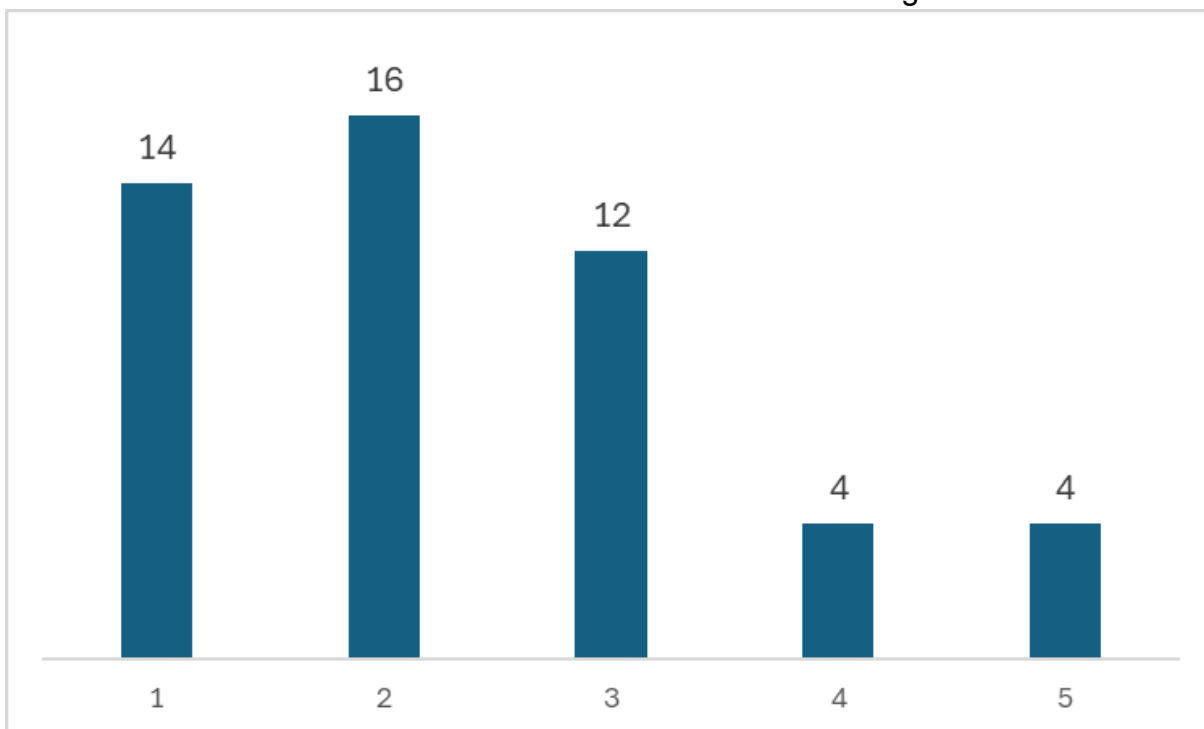
Figura 10 - Mapa com a identificação da incidência de pessoas idosas e pessoas idosas em famílias unipessoais, inseridas no CadÚnico por território de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Foram identificadas 50 pessoas idosas com deficiência residindo sozinhas em Céu Azul, realizar o mapeamento, busca ativa e referenciamento destas pessoas para a identificação de situações de risco podem ser estratégias protetivas importantes para garantir o acesso aos benefícios e serviços socioassistenciais e a articulação com as demais políticas públicas, neste sentido foi disponibilizado um formulário para as equipes de referência da rede socioassistencial e da atenção primária em saúde com questões que contribuíram para a identificação de pessoas idosas ou com deficiência em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo com a identificação e referenciamento das famílias aos serviços e políticas públicas. Os resultados do levantamento serão apresentados na sequência do diagnóstico.

Gráfico 13 - Número de pessoas idosas com deficiência, em famílias unipessoais por território inseridos no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025

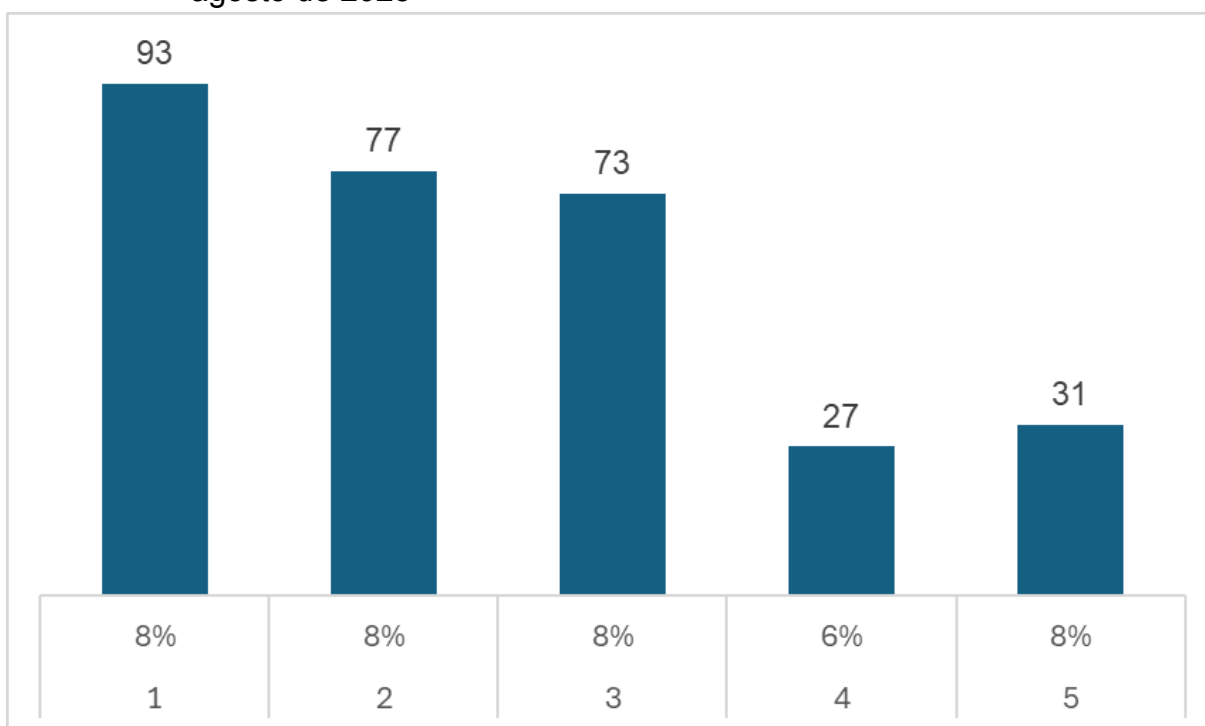


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Foram identificadas 301 pessoas com deficiência no CadÚnico do município, o que corresponde a 8% do total de pessoas inseridas. Entre os territórios, três apresentaram um percentual de inserção maior do que a média do município, com destaque para o território um (1), que apresentou 31% de todas as pessoas com deficiência inseridas no CadÚnico do município.

Identificou-se que em setembro de 2025, haviam 89 pessoas com deficiência recebendo BPC em Céu Azul, com o repasse mensal de R\$135.103,22 diretamente para as famílias no município.

Gráfico 14 - Número de pessoas com deficiência e porcentagem em relação ao total de pessoas inseridas no CadÚnico, por territórios de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

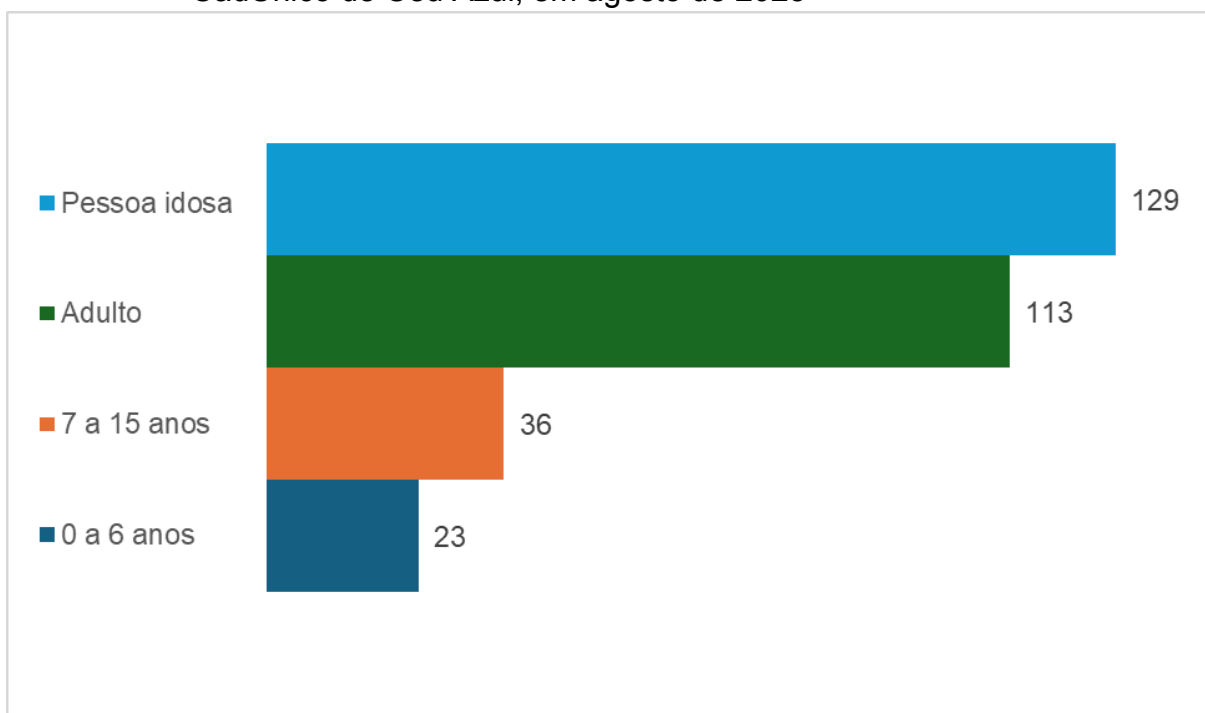
A deficiência física e na sequência a intelectual foram as que apresentaram a maior incidência entre as pessoas com deficiência identificadas através do CadÚnico. A deficiência visual apresentou a terceira maior incidência. Registra-se a identificação de 9 pessoas com surdez severa.

É relevante identificar se as pessoas com deficiência encontram-se referenciadas aos CRAS, bem como possíveis situações de risco e violações presentes, barreiras a serem rompidas para o acesso às políticas públicas e garantia dos direitos fundamentais.

Através dos dados do Atlas da Violência (2025) foi identificado que as crianças e adolescentes com deficiência têm 4 vezes mais chance de sofrer violência do que as demais e que as crianças e adolescentes com deficiência intelectual tem 4,6 vezes mais chances de sofrer violência do que as demais.

Em Céu Azul foram identificadas 59 crianças e adolescentes com deficiência no CadÚnico em agosto de 2025, sendo 17 crianças e adolescentes com deficiência física e 17 com deficiência intelectual.

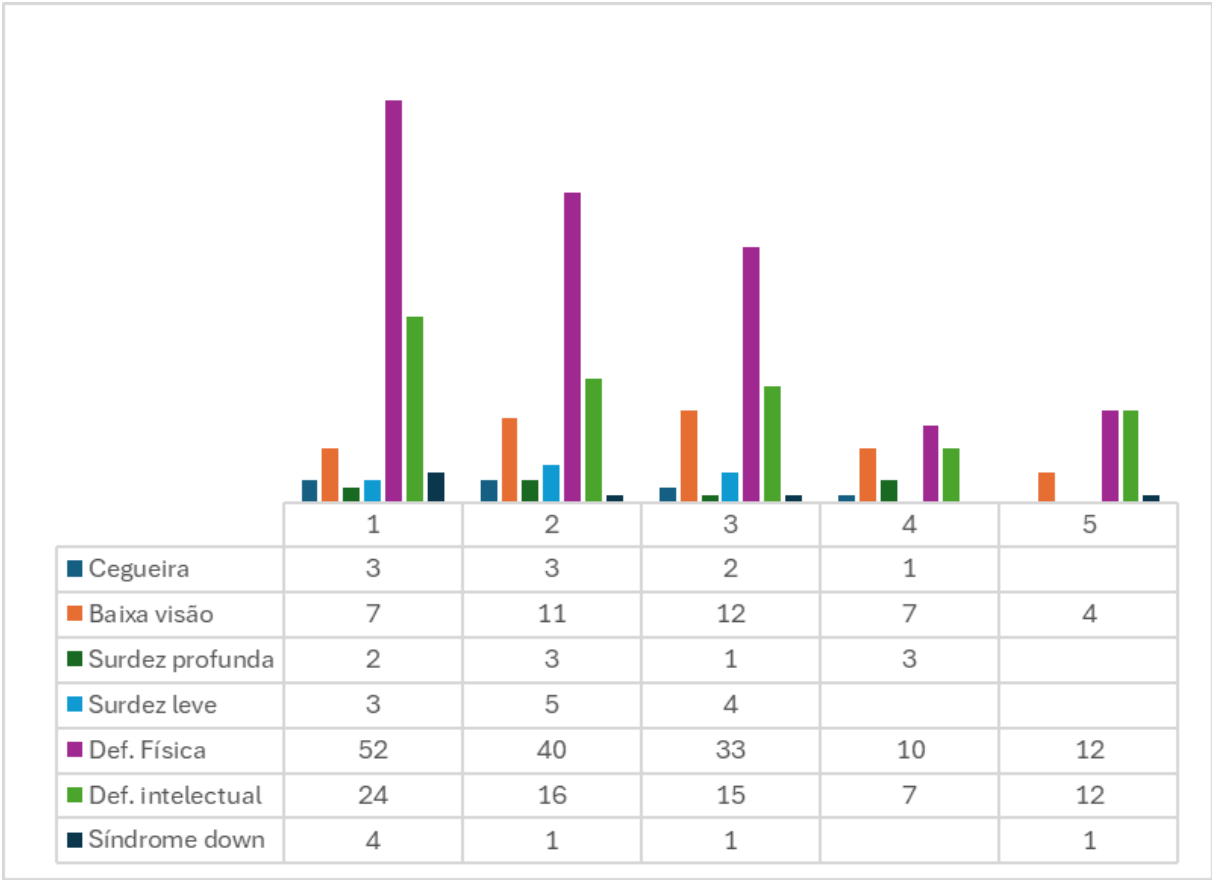
Gráfico 15 - Número de pessoas com deficiência por faixa de idade inseridas no CadÚnico de Céu Azul, em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025

A maior incidência entre as pessoas com deficiência inseridas no CadÚnico ocorreu entre as pessoas idosas e na sequência entre as pessoas adultas.

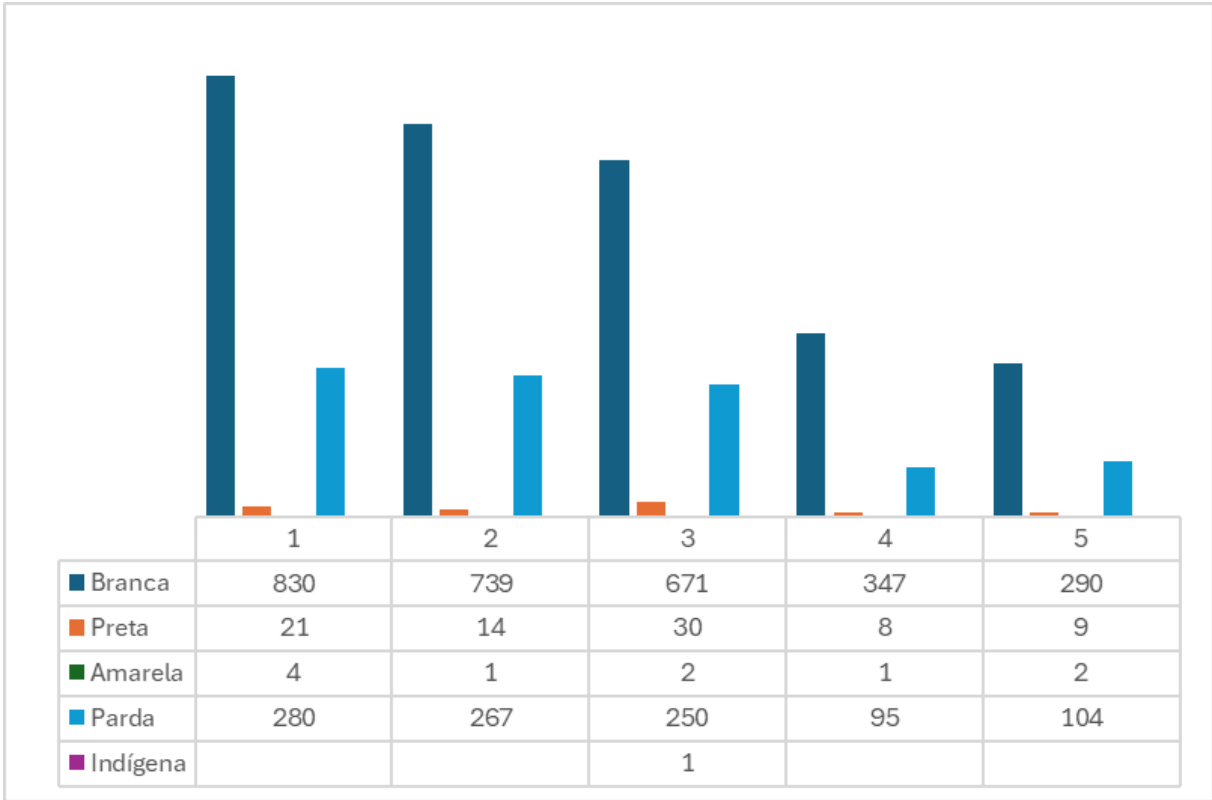
Gráfico 16 - Número de pessoas por tipo de deficiência inseridas no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025

Através da análise do recorte étnico-racial identificou-se que conforme os dados do Censo do IBGE (2022), 4% da população de Céu Azul era negra. No CadÚnico 2% das pessoas são negras e entre os beneficiários do Programa Bolsa Família 3% são pessoas negras.

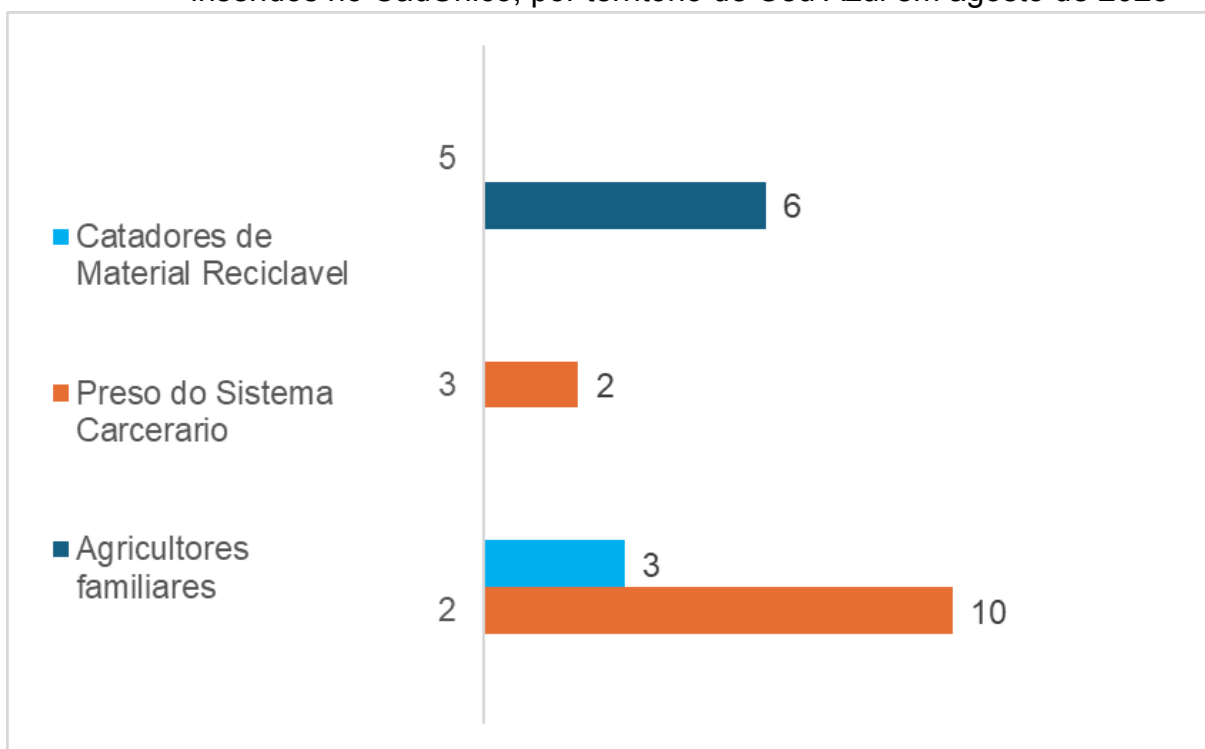
Gráfico 17 - Número de pessoas por raça ou cor, inseridas no CadÚnico, nos territórios de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Entre os grupos tradicionais e específicos, foram identificadas famílias com pessoas presas do sistema carcerário, que trabalham na coleta de materiais recicláveis e agricultores familiares.

Gráfico 18 - Número de famílias por grupos populacionais, tradicionais e específicos, inseridos no CadÚnico, por território de Céu Azul em agosto de 2025

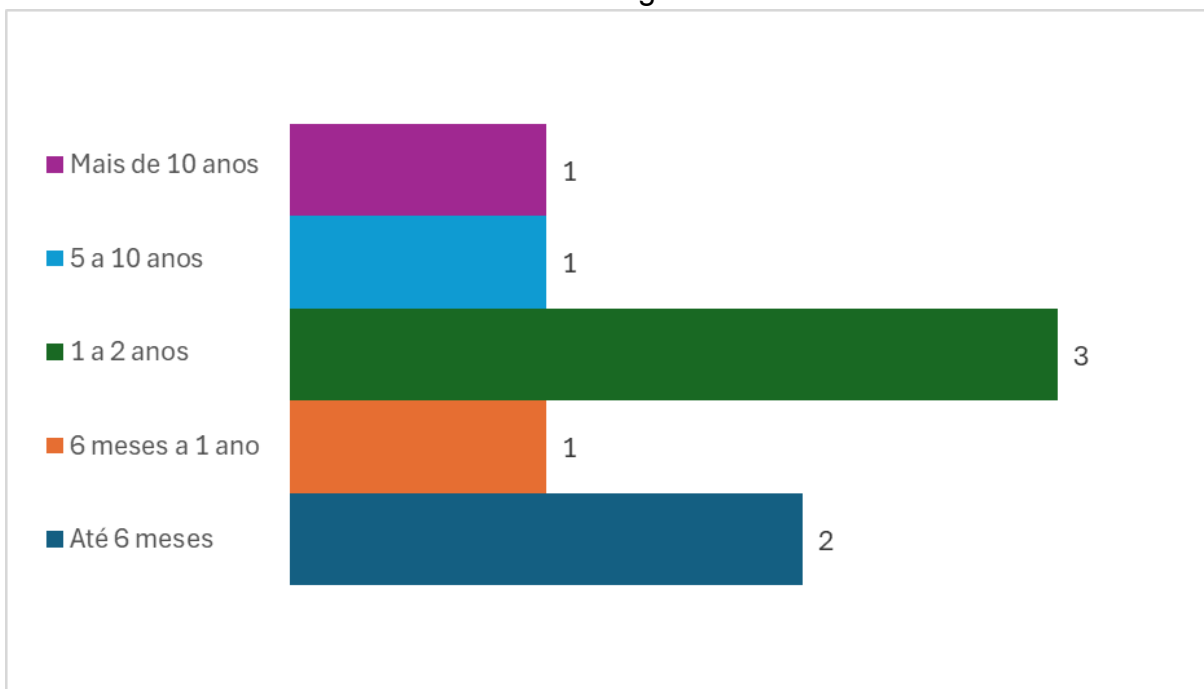


Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Através do CadÚnico é possível identificar as pessoas em situação de rua no município, sendo realizado o cadastro ou atualização cadastral de pessoas que residem em Céu Azul ou que permaneceram por um determinado período no município. Em agosto de 2025 haviam 7 pessoas do sexo masculino e 1 do sexo feminino em situação de rua identificadas através do CadÚnico. Todos foram identificados no território 1.

Entre as pessoas identificadas, duas (02) haviam nascido em Céu Azul, duas (02) em Cascavel, um (01) em Matelândia, um (01) em Foz do Iguaçu, uma (01) em Ubatã e uma (01) havia nascido em Entre Rios do Oeste.

Gráfico 19 - Tempo em que vivem na rua, as pessoas em situação de rua inseridas no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025



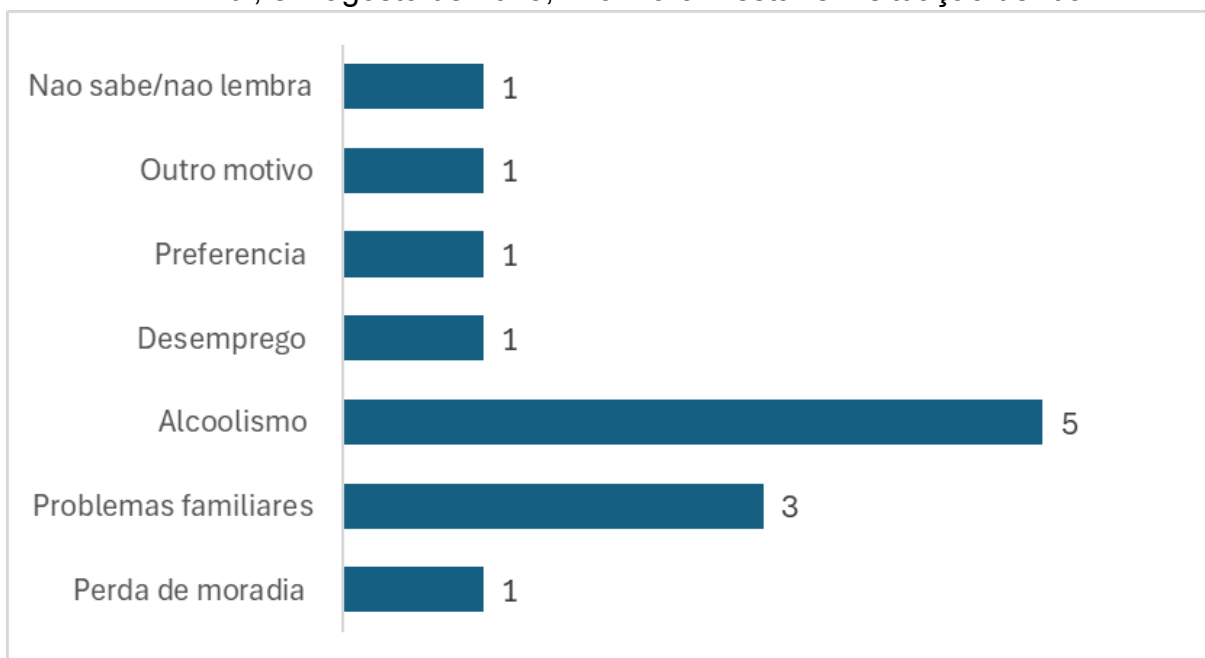
Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Entre as pessoas que estavam em situação de rua, quatro (04) dormiam frequentemente na rua e uma (01) dormia em albergue.

A idade das pessoas que estavam em situação de rua no referido período variou entre 37 e 54 anos. São ao todo cinco (5) pessoas brancas e uma (01) pessoas parda.

Através do gráfico apresentado na sequência é possível identificar os motivos para estarem em situação de rua, sendo percebido as maiores incidências relativas ao consumo de álcool e conflitos familiares.

Gráfico 20 - Motivo pelo qual as pessoas identificadas através do CadÚnico de Céu Azul, em agosto de 2025, informaram estar em situação de rua



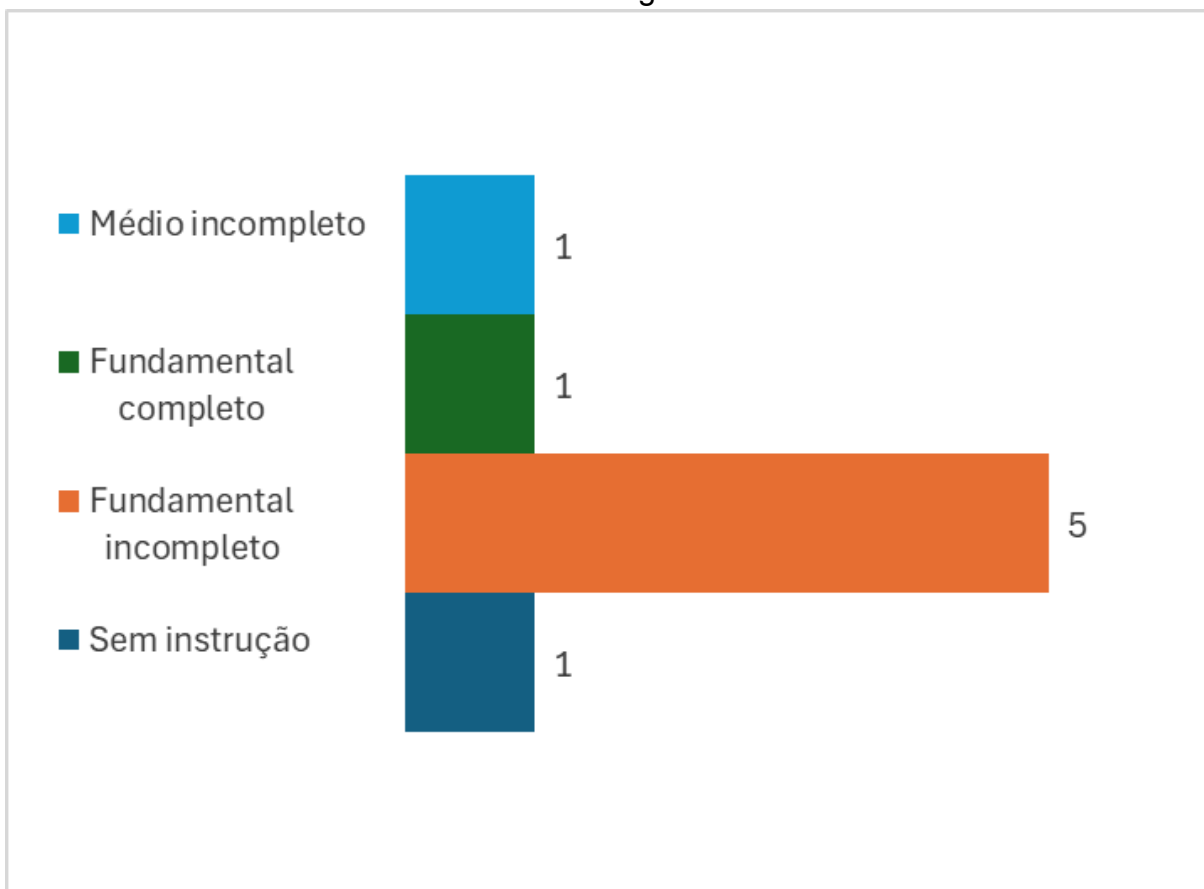
Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Importa analisar a partir das situações de risco e violação de direitos vivenciadas quais são as políticas públicas consideradas referência para as pessoas em situação de rua, identificando-se que os CRAS apresentou-se como a principal referência, tendo sido mencionado por 7 pessoas. O Centro POP foi mencionado duas (02) vezes, instituição governamental também foi mencionado duas (02) vezes. Hospital ou Clínica não foram mencionados, necessário articular a atuação da política de Assistência Social e da Saúde para acompanhamento e garantia de direitos a partir das necessidades de proteção apresentadas.

Entre os dados analisados através do Observatório do CadÚnico e correlações estabelecidas para a identificação do IVCAD são analisadas seis dimensões, sendo uma destas o “Trabalho e Qualificação dos Adultos”, sendo considerado nesta dimensão a escolaridade e condições de acesso a renda.

Através do gráfico a seguir é possível identificar que o ensino fundamental incompleto representa a maior incidência em relação a escolarização das pessoas em situação de rua no município. Entre estes, somente uma (01) pessoa não sabia ler e escrever.

Gráfico 21 - Número de pessoas em situação de rua por grau de instrução inseridas no CadÚnico de Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Cinco (05) pessoas tiveram emprego com registro na Carteira de Trabalho e um (01) não sabe se já teve.

Em agosto de 2025, um (01) morador de rua respondeu que ganha dinheiro com a construção civil, um (01) tinha acesso à renda através da coleta de materiais recicláveis, três (03) pedem dinheiro, quatro (04) ganha dinheiro de outra forma e um (01) não respondeu como ganha dinheiro. Ao todo, 06 pessoas em situação de rua recebem o benefício do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 75% das pessoas na referida situação.

Os dados apresentados contribuíram para o reconhecimento das situações de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos vivenciados em uma perspectiva contextualizada e territorializada. Apontam necessidades de proteção e contribuem para a correlação com a presença e padrão da oferta de serviços e benefícios executados através das equipes da política de Assistência Social em Céu Azul, sendo estes os aspectos a serem analisados na sequência do estudo.

4 PREVISÕES E REFLEXÕES SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Serão apresentados a partir deste momento as informações relativas aos processos de gestão, controle social e execução dos serviços e benefícios da política de Assistência Social em Céu Azul, estabelecendo-se a relação com os indicadores apresentados e com as atribuições da referida política pública, avaliando a capacidade de respostas e necessidades de reordenamento dos processos a serem considerados para o processo de planejamento.

4.1 A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CÉU AZUL

Imagem 1 - Foto da Secretaria Municipal de Assistência Social de Céu Azul/2025



Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço: Av. Nilo Umberto Deitos, 1426, Centro

Telefone: (45) 3121-1000

Email: assistenciasocial_ceuazul@hotmail.com

Horário de funcionamento: 8h às 12h, 13h30 às 17h30

Quadro 3 - Composição da equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social de Céu Azul em outubro de 2025.

Função	Tipo de vínculo	Carga horária
Secretário Municipal de Assistência Social	Cargo em comissão	40 horas
Diretora de Programas e Projetos Socioassistenciais	Cargo em comissão	40 horas
Diretora Executiva dos Conselhos Municipais	Cargo em comissão	40 horas
Auxiliar Administrativo	Estatutária	40 horas
Assistente Social atuando na gestão do SUAS	Estatutária	32 horas
Assistente Social atuando na Vigilância Socioassistencial	Estatutária	40 horas

Fonte: CadSUAS, outubro de 2025.

A gestão da política de Assistência Social em Céu Azul é realizada através de uma estrutura administrativa exclusiva para esta finalidade denominada como Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Secretaria está sediada em um espaço físico próprio, anexo à Prefeitura Municipal composto por recepção, sala do secretário municipal, sala da equipe técnica da proteção social especial, uma sala para a assistente social da gestão que atua com a gestão do SUAS e uma sala para atuação da profissional de referência da Vigilância Socioassistencial.

Destacando-se que o espaço que é utilizado também pela equipe técnica de referência da proteção social especial que atua na execução das ações para o acompanhamento de famílias em situação de violação de direitos, de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e para execução do Serviço de Acolhimento Familiar, demandando-se uma alteração em relação a referida estrutura para qualificação dos processos de trabalho.

Na estrutura da Secretaria realizam as reuniões dos Conselhos Municipais vinculados à política de Assistência Social, ocorrendo desta forma atividades coletivas e atendimentos junto às famílias que demandam uma estrutura física mais ampliada, acolhedora e que evite a exposição, principalmente em relação aos atendimentos realizados pela equipe da proteção social especial.

A equipe da Secretaria Municipal é composta por profissionais contratados através de cargo em comissão que cumprem com a função de gestor da política de Assistência Social e diretores de Programas e Projetos, que tem como atribuição o assessoramento às equipes que atuam na execução dos serviços e benefícios socioassistenciais, e diretoria executiva dos conselhos que atua na secretaria executiva e apoio técnico aos Conselhos vinculados à Secretaria.

Compõe ainda o quadro da Secretaria Municipal duas profissionais com nível superior, sendo estas assistentes sociais contratadas através de concurso público que, cumprem com as funções de gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial. Destacando-se que a implantação da Vigilância Socioassistencial foi realizada no mês de outubro de 2025, sendo este um importante avanço no município e que poderá contribuir para a qualificação dos processos de trabalho de modo condizente com as necessidades de proteção identificadas nos territórios do município.

Identifica-se a necessidade de formalizar a composição da equipe da gestão identificando-se a denominação, perfil e atribuições a serem cumpridas pelos profissionais nomeados. Devendo ser realizado planejamento para atuação articulada da equipe técnica de gestão junto às equipes da rede socioassistencial através da realização de reuniões, estudo de indicadores, processos formativos continuados, definição de fluxos e protocolos para a realização dos processos de trabalho de forma articulada.

Destaca-se a importância da atuação articulada entre a Chefe de Programas e Projetos Sociais, função vinculada a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social com a técnica de referência da Vigilância Socioassistencial para a definição de uma agenda sistemática de ações que contribuam para o apoio e assessoramento as equipes que fazem parte da rede socioassistencial, contribuindo para o planejamento, para a definição de fluxos, para o monitoramento e avaliação dos processos.

Estas ações devem considerar a necessidade de definição de estratégias para articulação e complementaridade para a oferta de serviços e de benefícios e para atuação integrada entre as equipes de referência da proteção social básica e proteção social especial, bem como, destas com a rede socioassistencial.

A partir do estudo para o dimensionamento da composição das equipes da política de Assistência Social no município, identificou-se a necessidade de

adequação da carga horária de atuação dos profissionais do Serviço Social de 40 para 30 horas semanais, considerando-se a Lei 12.317/2010.

A Lei Municipal 2.243 aprovada no dia 23 de junho de 2021 é a Lei do SUAS, através da qual foram definidos os objetivos da política de Assistência Social no município, os princípios, as diretrizes, as referências para a oferta dos serviços socioassistenciais nas unidades públicas de proteção social básica e proteção social especial e as competências do município. Previu-se as referências sobre o Plano Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social.

O município dispõe de Plano Municipal de Assistência Social elaborado com validade entre 2022 e 2025, tendo sido realizada a avaliação final da execução da execução do referido instrumento de planejamento através da Comissão Municipal constituída em outubro de 2025 para o monitoramento e avaliação do PMAS. Identificou-se uma fragilidade no processo de monitoramento do PMAS que ocorreu de maneira eventual durante os quatro anos de vigência do mesmo, devendo ser mantida de forma permanente e com agenda para a definição dos períodos para o monitoramento, avaliação e atualização do Plano.

A Comissão elaborou o relatório de avaliação que será submetido ao CMAS e disponibilizado no site da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O PMAS 2022 - 2025 foi elaborado a partir de nove eixos de referência com a previsão de 73 ações, identificando-se a partir do quadro abaixo o status de execução das ações por eixo.

Quadro 4 - Número total de propostas por eixo do PMAS de Céu Azul 2022/2025

Eixo	Nº total de propostas	Executadas	Parcialmente executadas	Ação contínua	Não executadas
Gestão	28 Ações Propostas	06 Ações	07 Ações	-	15 Ações
Controle Social	07 Ações Propostas	04 Ações	-	-	03 Ações
CRAS/PAIF	12 ações propostas	07 Ações	01 Ações	-	04 Ações
SCFV	05 ações propostas	04 Ações	-	-	01 Ação

Cadastro Único	04 Ações Propostas	04 Ações	-	-	-
Benefícios Assistenciais	01 Ação Proposta	01 Ação	-	-	-
SPSE para pessoas com deficiência, Idosos e suas Famílias	04 Ações Propostas	02 Ações	-	-	02 Ações
SPSE Para Adolescentes e Cumprimento de MSE de LA e PSC	06 Ações Propostas	04 Ações	-	-	02 Ações
Assistência Jurídica	02 Ações Propostas	01 Ação	-	-	01 Ação
Serviço de Acolhimento	04 Ações Propostas	03 Ações	-	-	01 Ação
Total	73	36	8	0	29

Fonte: PMAS de Céu Azul, 2022/2025.

Entre as ações propostas, 50% foram executadas, 10% foram executadas de forma parcial e 40% não foram executadas. As dificuldades identificadas em relação à execução do PMAS referem-se à composição reduzida das equipes, ausência de um Plano de Educação Permanente e fragilidade na execução das referidas ações. Entre os avanços ocorridos no período identificaram a construção da sede do CRAS e a realização de concurso público que permitiu a ampliação da equipe.

Os resultados da avaliação do PMAS de modo articulado aos resultados do diagnóstico socioterritorial e das deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social serão consideradas para a elaboração do novo PMAS 2026 - 2029. Registra-se que o município não dispunha de Diagnóstico Socioterritorial, sendo este o primeiro elaborado.

O município faz parte do Núcleo Regional de Cascavel, estrutura da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF, juntamente com outros 47 municípios da região Oeste do estado do Paraná.

Através do Núcleo Regional a equipe da gestão e da rede socioassistencial recebem apoio técnico para o cumprimento das atribuições do município em relação à política de Assistência Social, identificando-se que no decorrer de 2024 o município participou das seguintes ações realizadas pelo Estado:

- Participou de encontros de apoio técnico presenciais;
- Recebeu apoio técnico individualizado do estado;
- Enviou informações à Secretaria Estadual para monitoramento;
- Participou de seminários promovidos pelo estado;
- Recebeu visitas técnicas do estado;
- Entrou em contato com a Central de relacionamento do estado;
- Recebeu orientações técnicas e materiais informativos elaborados ou compartilhados pelo estado;
- Participou de videoconferências e transmissões ao vivo.

Em relação às situações de calamidade pública, identifica-se que o município não vivenciou situações que demandam a atuação das equipes nos últimos anos, sendo a pandemia o último registro. Identifica-se a necessidade de elaboração do Plano de Contingência para Calamidades Públicas e Situações de Emergências do município, prevendo as ações a serem realizadas pela política de Assistência Social de modo articulado à Defesa Civil e às demais políticas públicas.

Os Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social de Céu Azul são:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar;
- Conselho Municipal de Assistência Social que terá as informações apresentadas na sequência considerando-se os objetivos deste Diagnóstico Socioterritorial.

4.1.1 O Conselho Municipal de Assistência Social de Céu Azul

O Conselho Municipal de Assistência Social é a instância de controle social da política de Assistência Social de Céu Azul, foi instituído em 1995 e teve a sua

regulamentação alterada pela Lei Municipal Nº 2.243 de 23 de junho de 2021 e pela Lei Municipal Nº 2.636 de 08 de julho de 2025. Registra-se que o CMAS não possui Regimento Interno até o presente momento, sendo este um aspecto a ser realizado e que pode contribuir para o fortalecimento da atuação do conselho.

O CMAS está constituído por seis membros governamentais sendo três titulares e três suplentes e seis membros não governamentais sendo três titulares e três suplentes designados através do Decreto Nº 7.693 de 17 de setembro de 2025 para atuação no biênio 2025-2027.

O CMAS tem reuniões ordinárias uma vez ao mês conforme o cronograma aprovado em plenária e publicado no Diário Oficial através da Resolução Nº 49 de 06 de dezembro de 2024 e extraordinariamente sempre que se fizer necessário. As reuniões ocorrem na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sido realizadas no decorrer de 2024 conforme as informações registradas no Censo SUAS um total de 16 reuniões que tiveram como pautas principais o plano de ação, demonstrativos sintéticos, o PMAS, acompanhamento de benefícios eventuais, BPC e do Programa Bolsa Família e inscrição de entidades e/ou organizações da sociedade civil.

Em sua composição organizacional conta com a mesa diretiva instituída através da Resolução Nº 48/2025 de 10 de outubro de 2025 e também conta com a secretária executiva vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, que entre as suas funções realiza as convocações das reuniões, a organização de pautas, os protocolos de documentos, a confecção de ata das reuniões, bem como elaboração das Resoluções e suas publicações e demais atos administrativos do conselho.

O CMAS conta com duas comissões permanentes, a comissão permanente de assuntos ligados a inscrição, renovação, e monitoramento de entidades de Assistência Social, instituída através da Resolução Nº 43/2025 e comissão permanente de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social, instituída através da Resolução Nº 452/2025. Além das comissões permanentes, o CMAS institui comissões temporárias a depender das pautas e demandas existentes, o que ocorre por exemplo para a organização da Conferência Municipal de Assistência Social.

Foram previstos recursos orçamentários para o funcionamento do CMAS, garantindo-se estrutura para a atuação da secretária executiva e para ocorrência

das reuniões, inclusive com vinculação de 3% dos recursos do IGD-SUAS para o fortalecimento da atuação do CMAS, no entanto, não pagam através dos referidos recursos as despesas para a participação em atividades descentralizadas, reuniões e/ou cursos, identificando-se a necessidade da realização de tal adequação.

Em 2017 a Secretaria Nacional de Assistência Social apresentou uma Nota Técnica que foi pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT, com uma metodologia de cálculo do Indicador de Desenvolvimento do CMAS - IDConselho, sinalizando para os aspectos a serem considerados para o aprimoramento dos conselhos.

Através da Nota Técnica foram identificadas três dimensões, sendo cada uma destas avaliada entre 1 e 5 e gerando em conjunto o ID Conselho, o que ocorre tendo como base as respostas do Censo SUAS respondidas anualmente.

Quadro 5 - ID Conselho do CMAS de Céu Azul em 2024

Dimensão	Aspectos a serem considerados	Conceito obtido
Estrutura administrativa	Possui previsão de recursos específicos na Lei Orçamentária Anual; Utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD; Uma ou mais salas de uso exclusivo; Possui Secretaria Executiva; Kit equipamento (veículo exclusivo ou compartilhado; mais de um computador conectado à internet); Telefone de uso exclusivo ou compartilhado.	3,00
Dinâmica de funcionamento	Realizou 10 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias); Possui Regimento Interno; Deliberou sobre o orçamento do executivo; Deliberou sobre o Plano de Assistência Social; É instância de Controle Social do Bolsa Família; Acompanha o cumprimento de deliberações da Conferência Municipal; Fiscaliza os serviços, programas e projetos da rede pública e privada (OU fiscaliza somente a rede pública quando não existe rede privada); Realiza reuniões/ações de mobilização ou descentralizadas e ampliadas.	2,0

Composição do conselho	Mínimo de 8 conselheiros titulares; Representantes da sociedade civil eleitos por assembleias constituídas para esse fim; Presença de pelo menos um conselheiro titular representante de usuários ou organização de usuários; Presença de pelo menos um conselheiro titular representante de trabalhadores do setor; Alternância na presidência entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil; Presidente e Vice-Presidente eleitos em plenária; Conselheiro pode ser reconduzido uma única vez; Representação governamental da área de assistência, saúde e educação.	3,00
IDConselho de Céu Azul/2024		2,67

Fonte: Nota Técnica ID Conselho, 2017; Indicador de desenvolvimento do conselho, 2024.

A Secretaria Municipal de Assistência Social nomeou uma profissional para atuação como secretária executiva do CMAS, o que não ocorre de forma exclusiva.

Identifica-se alguns desafios a serem considerados para o fortalecimento do CMAS que referem-se a ampliação da participação dos usuários, com a necessidade de realização de mobilizações de forma mais sistemática, ações para divulgação do CMAS, inclusive através de reuniões descentralizadas e a elaboração de uma agenda para acompanhamento e fiscalização da atuação das equipes nos processos de gestão e execução dos serviços e benefícios da política de Assistência Social, no âmbito governamental e da sociedade civil.

4.2 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM CÉU AZUL

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do *desenvolvimento de potencialidades e aquisições*, e o *fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*. (BRASÍLIA, 2004).

Os processo voltados para a gestão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica devem ocorrer de modo a considerar as diferentes dimensões das vulnerabilidades e ativos sociais presente nos territórios, no que refere-se:

- A dimensão material;
- A dimensão relacional;

- A perspectiva territorial;
- O suportes de proximidade;
- A estrutura de oportunidades.

Considerando-se as dimensões mencionadas as ações desenvolvidas devem ter caráter:

- Preventivo: ação antecipada, baseada no conhecimento das características das famílias e do território, a fim de evitar a ocorrência ou o agravamento da situação.
- Protetivo: centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar, defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos.
- Proativo: intervir nas circunstâncias que originaram as situações de vulnerabilidade e risco social, possibilitando a criação de instrumentos que permitam prever ocorrências futuras.

-

Quadro 6 - Unidades através das quais são executados serviços e benefícios vinculados à Proteção Social Básica em Céu Azul

Unidade	Serviços e benefícios executados	Característica	Data de implantação	Território em que está inserida a unidade
CRAS	PAIF, CadÚnico, benefícios eventuais e SCFV para crianças, adolescentes e para pessoas idosas	Governamental	10/07/2010	2
Centro de Convivência ACAZUL	SCFV para crianças com idade entre 6 e 14 anos	Organização da Sociedade Civil	26/10/1995	4
Centro Multi Uso	SCFV para pessoas idosas	Organização da Sociedade Civil	10/09/1976	2
APMI	SCFV para crianças com idade entre 0 e 6 anos	Organização da Sociedade Civil	25/07/1972	1

O CRAS e os Centros de Convivência são unidades de referência da proteção social básica, através destes são executados serviços e benefícios socioassistenciais voltados para as famílias e para alguns públicos específicos como crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de risco social e violação de direitos.

Identifica-se a necessidade de inserção das informações relativas às unidades da organização da sociedade civil que fazem parte da rede socioassistencial do município no CadSUAS, considerando-se que foram inseridas somente as informações relativas às unidades governamentais, sendo esta parte das ações a serem realizadas pela técnica de referência da Vigilância Socioassistencial.

Serão apresentadas na sequência informações relativas aos processos de gestão e de execução dos serviços e benefícios em cada uma das unidades.

4.2.1 A Execução do PAIF e a Gestão Territorial no CRAS de Céu Azul

Imagem 2 - Foto do CRAS de Céu Azul/2025



- Nome: Centro de Referência de Assistência Social
- Endereço: Rua Irmã Carmelita Maria Cecília de Jesus, 1452, Bairro São Lucas
- Telefone: (45) 3121 1088
- Email: cras_ceu@hotmail.com
- Horário de funcionamento: 7h30 às 11h30 e 13h às 17h

Quadro 7 - Composição da equipe do CRAS de Céu Azul

Função	Tipo de vínculo	Carga horária
Coordenadora	Estatutária	40 horas
Psicóloga	Estatutária	24 horas
Assistente Social	Estatutária	40 horas
Entrevistadora e operadora do Cadastro Único	Estatutária	40 horas
Entrevistadora e operadora do Cadastro Único	Estatutária	40 horas
Recepcionista	Cargo em comissão	40 horas

Fonte: CadSUAS, outubro de 2025.

O CRAS é uma unidade de referência da Proteção Social Básica para as famílias em situação de vulnerabilidade social e para as demais equipes que atuam na rede socioassistencial do município, devendo atuar para o referenciamento dos serviços de modo a contribuir para a divulgação dos serviços executados, acolhida, busca ativa, definição de fluxos e para o planejamento, de modo a contribuir para a atuação articulada e complementar entre as equipes e de modo condizente com as demandas apresentadas pelas famílias, considerando-se a perspectiva territorial.

O CRAS tem duas funções essenciais, sendo estas a execução do PAIF e a gestão territorial. As duas funções devem ocorrer de modo articulado e complementar, contribuindo para que os objetivos da proteção social básica possam ser atingidos, bem como, para que o referido processo de trabalho ocorra de forma integrada aos demais níveis de complexidade da política de Assistência Social, aos demais órgãos e políticas públicas e de modo vinculado e dialogado aos territórios e famílias referenciadas.

O PAIF é um dos três serviços de proteção social básica tipificados através da Resolução 109/2009 do CNAS.

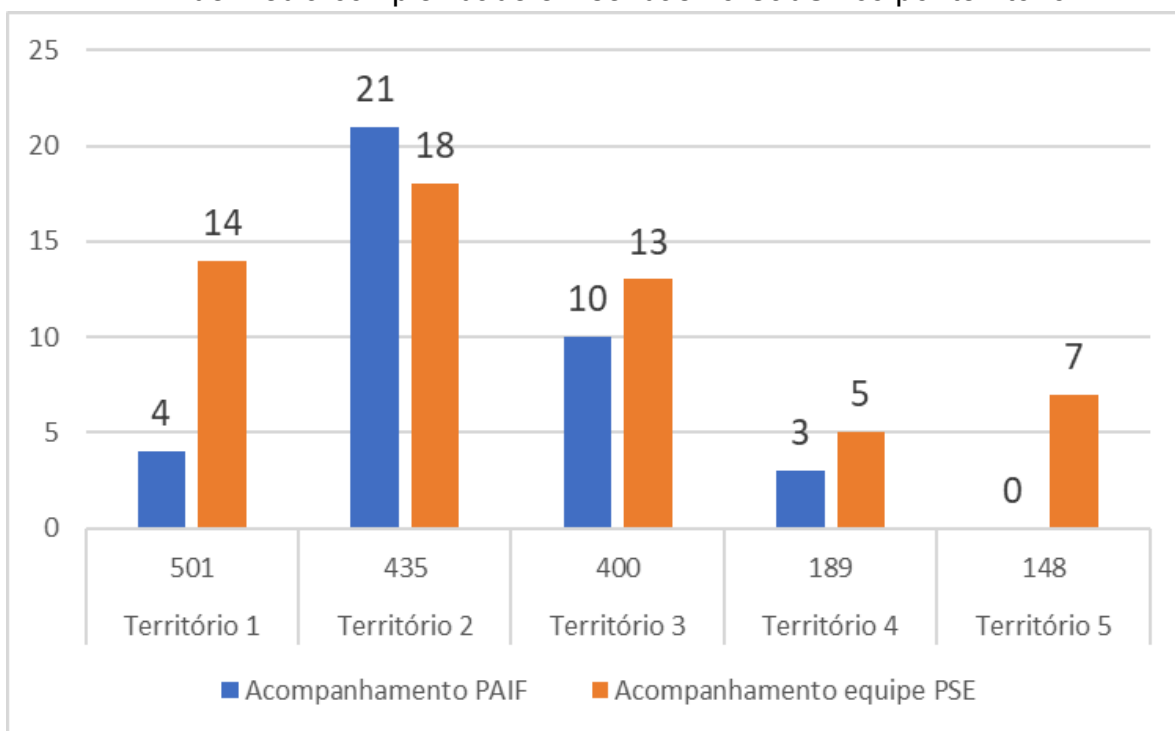
Os objetivos do PAIF são:

- Fortalecer a função protetiva da família;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;

- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASÍLIA, 2009).

Através do gráfico apresentado a seguir é possível identificar o número de famílias em acompanhamento através do PAIF, da equipe da proteção social especial e inseridas no CadÚnico por território do município, estabelecendo-se uma correlação entre as informações para a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social e violações de direitos acompanhadas pelas equipes das unidades de referência da política de Assistência Social.

Gráfico 22 - Número de famílias em acompanhamento através do PAIF, em acompanhamento através da equipe da proteção social especial de média complexidade e inseridas no CadÚnico por território



Fonte: CECAD, agosto de 2025; Registro do CRAS e da equipe da PSE de MC em setembro de 2025.

Em setembro de 2025 havia 38 famílias em acompanhamento através do PAIF no Cras de Céu Azul e 57 famílias referenciadas para acompanhamento através da equipe da PSE de média complexidade. Destaca-se o fato de que no

período mencionado havia um número maior de famílias referenciadas para acompanhamento através da equipe da PSE de média complexidade do que do PAIF. Destaca-se também que o número de famílias em acompanhamento identificado no período em que o diagnóstico foi elaborado é menor do que a média mensal identificada em 2024, conforme apresentado na sequência.

Os territórios 2 e 3 foram os que apresentaram o maior número de famílias em acompanhamento através do PAIF, destacando-se que o CRAS está implantado no território 2. Em relação ao acompanhamento através da PSE os territórios 1, 2 e 3 apresentaram as maiores demandas, no entanto, haviam famílias de todos os territórios referenciadas.

Para atingir os objetivos previstos as ações a serem realizadas pela equipe através PAIF são:

- Acolhida;
- Ações particularizadas: atendimento e acompanhamento;
- Oficinas;
- Ações comunitárias;
- Encaminhamentos.

A acolhida é realizada no CRAS de forma particularizada a partir das demandas espontâneas apresentadas pelas famílias, ocorrendo no próprio CRAS ou no domicílio da família. A acolhida é realizada pelo profissional de nível superior de forma particularizada junto a família. Pretendem iniciar a realização de acolhidas coletivas a partir de 2026, trazendo a referida pauta para o planejamento das equipes.

Os atendimentos ocorrem diariamente no CRAS ou no domicílio da família a depender das demandas apresentadas, ocorrendo a atuação da equipe técnica na execução das ações de atendimento e para o acompanhamento familiar.

Para as famílias que estão em acompanhamento familiar a equipe dispõe de um instrumento para o registro do plano de acompanhamento, o que vem sendo utilizado como referência para este processo de trabalho. A Prefeitura vem planejando a contratação de um sistema que contribua para o registro das informações e comunicação entre as equipes, registrando a manifestação do estado diante da possibilidade de aprimoramento de um sistema que seja utilizado pelos municípios, diminuindo os custos realizados pela contratação individual e permitindo a comunicação entre os serviços sempre que necessário.

Um dos desafios identificados em relação a atuação da equipe do CRAS referem-se a composição da equipe de uma forma ainda bastante fragilizada, sendo necessário garantir a contratação de uma profissional da psicologia que atue especificamente para a execução do PAIF, considerando-se que atualmente esta atua de forma compartilhada com a equipe da PSE de média complexidade. Existe a necessidade de contratação de um orientador social para atuar do CRAS com carga horária de 40 horas semanais para atuar no SCFV que é executado dentro do CRAS. Estão sem administrativo no CRAS para atuar na recepção e na elaboração de documentos que acabam sobrecarregando a coordenadora e equipe técnica.

Outro desafio que acaba impactando nas possibilidades de atuação da equipe do CRAS refere-se às demandas de outros órgãos e políticas públicas que acabam impactando na atuação das equipes, como a fragilidade de atuação do INSS, com muitas demandas apresentadas pelas famílias.

Em relação às oficinas e ações comunitárias identificam a necessidade de realizarem o planejamento a partir dos indicadores de violações de direitos e violências presentes nos territórios do município propondo ações preventivas e proativas que possam impactar na proteção social das famílias.

Tabela 12 - Tipo de ação e quantitativo de ações realizadas no âmbito do PAIF no 1º e no 2º semestre de 2024 através da equipe do CRAS

	Nº médio mensal de famílias em acompanhamento	Nº médio mensal de famílias inseridas em acompanhamento	Nº médio mensal de atendimentos particularizados	Nº médio mensal de famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
1º semestre de 2024	88	4	767	88
2º semestre de 2024	152	4	467	128

Fonte: RMA do CRAS, janeiro a dezembro de 2024

A média mensal de famílias em acompanhamento através do PAIF variou nos dois semestres de 2024, com um aumento da incidência no 2º semestre. Ressalta-se que em setembro de 2025 haviam 38 famílias em acompanhamento através do PAIF no CRAS de Céu Azul, com uma diminuição do número de famílias em acompanhamento, o que conforme indicado pela equipe ocorreu devido ao fato

de adequarem a forma de registro, tornando as informações mais condizentes a realidade.

Conforme os dados do RMA disponibilizados através do Monitora SUAS, em 2024, a média de acompanhamento através do PAIF por CRAS no Brasil foi de 154 famílias, se considerarmos somente os CRAS de municípios de pequeno porte I, a média em 2024 foi de 131 famílias em acompanhamento, sendo importante considerar que o CRAS está constituído por 1 psicóloga com carga horária reduzida compartilhada com a equipe da PSE e 1 assistente social.

Em 2015 a Secretaria Nacional de Assistência Social publicou a Nota Técnica nº 27 que apresenta as dimensões para avaliação do CRAS e do CREAS, indicando como um dos aspectos a serem considerados os “Serviços e benefícios”. Neste quesito estabeleceram que para municípios de pequeno porte I a quantidade de famílias em acompanhamento por mês através do PAIF dividido pela equipe técnica, assistente social mais psicólogo, não deve ser inferior a 20 ou superior a 100, sendo o quantitativo de 38 famílias considerado adequado, considerando-se a referência indicada.

Quadro 8 - Número de famílias acompanhadas através do PAIF por território no CRAS

Território 1	Território 2	Território 3	Território 4	Território 5
Iguaçu - 4 famílias	São Cristóvão - 15 famílias São Lucas - 6 famílias	União - 4 famílias Parque Verde - 6 família	Industrial - 2 famílias Primavera - 1 família	-----
MÉDIA DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO PAIF POR TERRITÓRIO				
4 famílias	21 famílias	10 famílias	3 famílias	

Fonte: Registro das famílias em acompanhamento através do PAIF de Céu Azul, setembro de 2025.

Identifica-se que o território 2 apresentou o maior número de famílias em acompanhamento através do PAIF, sendo este o território em que o CRAS está inserido. Importa considerar se existem famílias a serem acompanhadas que não vem sendo referenciadas devido a fragilidades na composição da equipe ou a partir de processos de busca ativa e atuação na perspectiva territorial.

Foram realizados ao todo 4.606 (767 por mês) atendimentos particularizados no âmbito do PAIF no 1º semestre em Céu Azul e 2.804 (467 por mês) no 2º semestre. Os atendimentos realizados com maior incidência foram os encaminhamentos para inserção e atualização do CadÚnico, visitas domiciliares e para o acesso a benefícios eventuais. (RMA do CRAS, janeiro a dezembro de 2024). Foram realizados em média 1.019 atendimentos particularizados por CRAS de municípios de pequeno porte I no Brasil em 2024.

Em relação aos atendimentos coletivos registrados, a equipe indica que no 1º semestre todas as famílias acompanhadas participaram regularmente de grupos no âmbito do PAIF e que 84% das famílias acompanhadas participaram regularmente de grupos no âmbito do PAIF no 2º semestre. Indicam ainda a execução de SCFV no CRAS, sendo este executado para crianças e adolescentes nas diferentes faixas de idade, pessoas adultas e pessoas idosas, com maior incidência entre as crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos e entre as pessoas idosas.

Identifica-se a necessidade de planejamento e execução de ações por parte da Vigilância Socioassistencial de modo articulado às equipes que executam os serviços e benefícios socioassistenciais para o estudo dos manuais orientativos que refere-se ao preenchimento do RMA e demais sistemas utilizados para o registro do processo de trabalho como o SISC e SICON. A partir da realização dos estudos sugere-se a avaliação dos processos já realizados pelas equipes e identificação de ações que precisam ser realizadas ou reordenadas. As referidas ações podem contribuir para um alinhamento do processo de trabalho em cada unidade e para atuação articulada entre as equipes.

Não foram registradas ações coletivas de caráter não continuado no âmbito do PAIF no 1º semestre de 2024, como oficinas, palestras ou campanhas, o que no 2º semestre ocorreu nos meses de agosto a novembro. Sugere-se que de modo articulado a equipe da Vigilância Socioassistencial e a equipe da proteção social especial de média complexidade sejam sistematizados e analisados os indicadores de violência e violações de direitos ocorridos, o que deve ser realizado de modo a considerar a característica das situações e perspectiva territorial. Os resultados da análise devem ser utilizados para o planejamento de ações preventivas e proativas através da proteção social básica, inclusive de modo articulado às demais políticas públicas e representações comunitárias, o que deve ser mediado pelas ações de gestão territorial.

O resultado dos indicadores deve ser utilizado também para o planejamento dos percursos a serem executados através do SCFV, contribuindo para que as equipes realizem a execução dos serviços socioassistenciais de modo mais assertivo e intencional diante das situações de risco social e violações presentes no município.

Tabela 13 - atendimentos particularizados realizados no 1º e no 2º semestre de 2024 através da equipe do CRAS .

	Nº de famílias encaminhadas para inclusão no CadÚnico	Nº de famílias encaminhadas para atualização do CadÚnico	Encaminhamentos para acesso ao BPC	Encaminhamentos ao CREAS
1º semestre de 2024	181	376	18	0
2º semestre de 2024	216	380	15	1

Fonte: RMA do CRAS, janeiro a dezembro de 2024

Os benefícios eventuais estão regulamentados no município através das Leis Nº 2.243/2021 e 2.487/2023, possibilitando o acesso aos benefícios eventuais de auxílio natalidade, por situação de morte e em decorrência de outras situações de vulnerabilidade acessadas através de cestas básicas.

Tabela 14 - Benefícios eventuais acessados no 1º e no 2º semestre de 2024 através da equipe do CRAS de Céu Azul

	Auxílio funeral	Passagem	Cesta básica	Reforma da residência
1º semestre de 2024	5	212	329	3
2º semestre de 2024	6	269	331	5

Fonte: Registro dos benefícios eventuais dispensados através do CRAS de Céu Azul, 1º e 2º semestre de 2024.

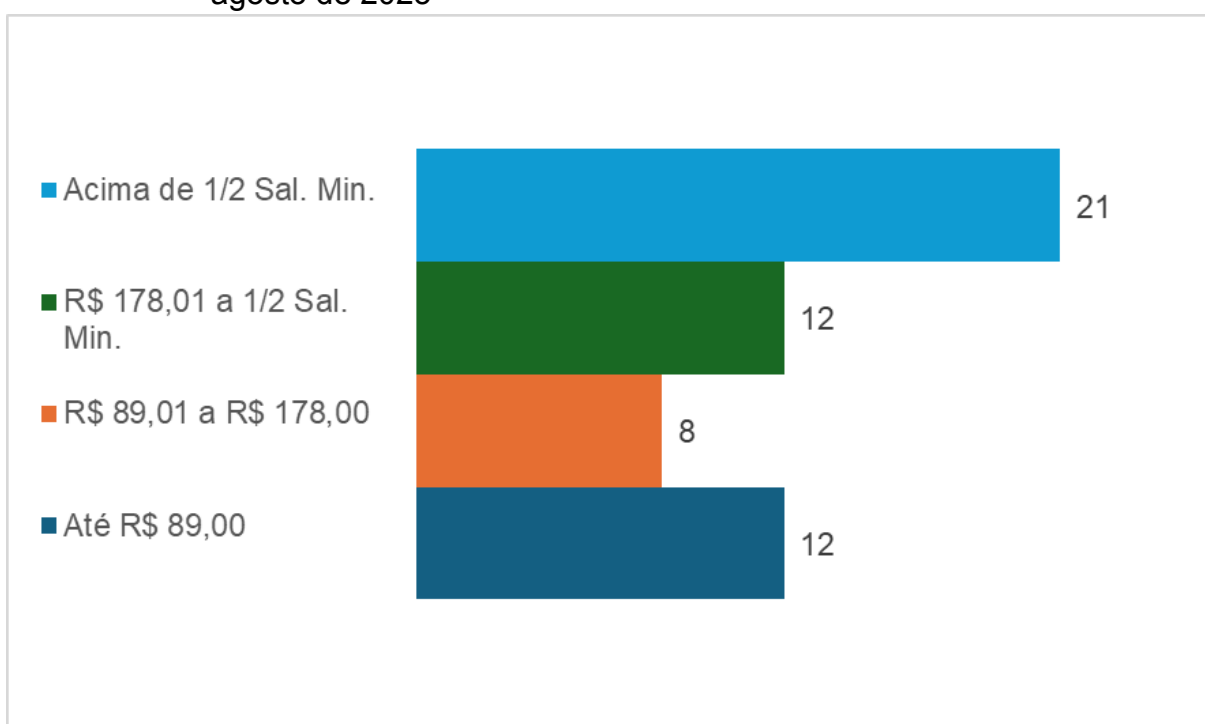
Identificou-se que em julho de 2025, 54 famílias acessaram o benefício eventual de cesta básica através do CRAS. Destas, 53 estavam inseridas no CadÚnico.

Entre as famílias que acessaram a cesta básica no referido período, 11 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Entre as famílias que acessaram o

benefício de cesta básica e que estão no CadÚnico, 29 (53%) pagam aluguel, e 60% têm renda familiar per capita inferior de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Em relação ao perfil da composição das famílias que acessaram o referido benefício eventual e que estavam inseridas no CadÚnico, 21 eram unipessoais, 13 tinham crianças e adolescentes em sua composição e 31 tinham pessoas idosas em sua composição.

Gráfico 23 - Renda familiar per capita das famílias inseridas no CadÚnico que acessaram o benefício eventual de cesta básica em Céu Azul em agosto de 2025



Fonte: CECAD, agosto de 2025.

Identifica-se a importância de articulação da atuação da equipe que executa o PAIF com algumas das ações da política de Segurança Alimentar, diante das situações de vulnerabilidade que impactam em relação a este direito fundamental.

A Política de Segurança Alimentar deve ser planejada e executada de forma intersetorial, considerando-se a diversidade de ações a serem realizadas, no entanto, como face das situações de vulnerabilidade relativas a ausência ou fragilidade de acesso a renda, em conjunto com outros aspectos a exemplo das características da composição familiar e o número de pessoas com necessidade de cuidado, condições de saúde e despesas existentes como o pagamento de aluguel por exemplo, expressam de modo conjunto a necessidade de avançarmos para a

proposição de ações que vão para além da atenção da política de Assistência Social na perspectiva dos benefícios eventuais

Em setembro de 2025 haviam 22 famílias com repercussão diante do não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família no município, todas em decorrência de evasão ou baixa frequência escolar, sendo ao todo 26 crianças e adolescentes identificados na referida situação.

Foram 10 situações por frequência escolar abaixo de 75% por adolescentes que tinham acesso ao Benefício Variável Adolescente BVA e 16 situações por frequência escolar abaixo de 75% entre crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos. Diante destas situações as equipes do CRAS e da proteção social especial devem identificar se as famílias estão referenciadas aos serviços e definir estratégias planejadas para a busca ativa, acolhida, identificação das situações que podem estar contribuindo para o não cumprimento da condicionalidade, ou seja, que vem impactando na fragilização da garantia dos direitos fundamentais.

A partir da identificação das situações de vulnerabilidade ou violações vivenciadas as equipes devem fazer um planejamento para execução dos serviços e benefícios socioassistenciais de modo coerente as necessidades de proteção apresentadas pelas famílias, indicando através do SICON as informações sobre o processo de acompanhamento. A gestora do CadÚnico pode e deve atuar de modo articulado às equipes neste processo, registrando no SICON os recursos apresentados pelas famílias.

É necessário que as equipes atuem de modo organizado e articulado nestes processos para a proteção e garantia dos direitos das famílias, registrando-se que o não acompanhamento das famílias e a não inserção das informações no SICON podem acarretar no cancelamento do acesso ao Programa Bolsa Família.

Tabela 15 - Tipo de repercussão diante do não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em Céu Azul em setembro de 2025

Tipo de repercussão e quantitativo	Efeitos
13 advertências	No primeiro registro de não cumprimento, o benefício é recebido normalmente, porém a família recebe um alerta/mensagem comunicando sobre o não cumprimento.

6 bloqueios	No segundo registro, o benefício é bloqueado no mês da repercussão, porém a parcela é gerada, podendo ser sacada no mês seguinte.
6 suspensões	A partir do terceiro registro, o benefício é suspenso por dois meses, nesse caso as parcelas não são geradas. Em caso de reiterados não cumprimentos são aplicadas novas suspensões. Quando o benefício da família é suspenso pelo Programa Bolsa Família, a família entra na chamada “fase de suspensão”, que pode levar ao cancelamento do benefício. (Informe do PBF, março de 2025)

Fonte: Relatório de repercussão das condicionalidades do Programa Bolsa Família de Céu Azul setembro de 2025; Informe do PBF, março de 2025.

Registra-se que o município realizou a contratação de uma empresa para oferta do ACESSUAS trabalho, com possibilidade de início da execução ainda em dezembro de 2025, com ações a serem realizadas com pessoas a partir de 16 anos de idade, o que contribuirá para a ampliação da cobertura de atendimento e universalização da proteção.

A gestão territorial constitui-se juntamente com o PAIF como uma das funções do CRAS. Entre as ações que vêm sendo realizadas através do CRAS considerando-se a referida função registra-se o início em 2025 dos processos de mobilização para a construção de uma agenda de diálogo entre os representantes das políticas públicas que tem como objetivos a divulgação do CRAS, a identificação de famílias em situação de vulnerabilidade social nos territórios e a atuação articulada entre as políticas públicas.

Procuram Realizar a divulgação dos serviços ofertados através do CRAS utilizando-se do site da Prefeitura, redes sociais e através de materiais impressos, sendo importante a elaboração através da Vigilância Socioassistencial de um folder que possa contribuir para a divulgação sistemática dos serviços e benefícios oferecidos através do CRAS.

As ações de busca ativa, que fazem parte da gestão territorial, vem ocorrendo de forma pontual no CRAS, principalmente a partir da aproximação com a agenda de acompanhamento de famílias em não cumprimento das condicionalidades, sendo a demanda espontânea a principal forma de acesso aos serviços e benefícios e

apresentando-se estes aspecto como uma ação a ser fortalecida considerando-se a perspectiva territorial e objetivos a serem atingidos através do PAIF.

O referenciamento dos serviços de proteção social básica ao CRAS vem ocorrendo de maneira pontual, com encontros e diálogos estabelecidos pelos técnicos de referência através de alguns encontros agendados e de demandas apresentadas pelo próprio CRAS ou pelas equipes que executam o SCFV ou o serviço de proteção social básica no domicílio. Identificando-se a necessidade de fortalecimento destas ações considerando-se as previsões existentes para o referenciamento do SCFV ao CRAS que envolvem:

- Porta de entrada;
- Definição de fluxos para inserção e gestão de vagas;
- Receber orientações e informação de forma vinculada ao suas;
- Gestão de informações;
- Técnico de referência - complementaridade da oferta dos serviços socioassistenciais;
- Orientador Social ser referência e acompanhar o SCFV;
- Planejamento, cobertura e capacidade protetiva para oferta; e
- Avaliação e monitoramento das ações
- Planejar junto com a vigilância socioassistencial as ações com foco territorial e em evidências.

Considerando-se os aspectos apresentados em relação a execução das ações através da equipe do CRAS, serão analisadas na sequência as informações relativas ao SCFV executadas através das organizações da sociedade civil conveniadas.

4.2.2 A execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento Céu Azul

O SCFV é um dos serviços de proteção social básica estabelecidos através da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instrumento em que se prevê que este será “[...] realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.” (BRASÍLIA, 2009, p.16).

Os objetivos do SCFV previstos através da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) são:

- Complementar o trabalho social com famílias;
- Prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais;
- Promover acessos a serviços setoriais
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais. (BRASÍLIA, 2009).

Em 2013 foi proposto em âmbito nacional o reordenamento do SCFV, propondo-se ações que tinham como objetivo adequar a execução do referido serviço aos objetivos da política de Assistência Social, garantir a execução articulada e complementar entre os serviços e realizar a inserção dos usuário da política de Assistência Social, identificando-se como público prioritário, crianças, adolescentes e pessoas idosas nas seguintes em situações de risco social e violação de direitos conforme apresentado na sequência:

- I – em situação de isolamento;
- II – trabalho infantil;
- III – vivência de violência e, ou negligência;
- IV – fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V – em situação de acolhimento;
- VI – em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII – egressos de medidas socioeducativas;
- VIII – situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- IX – com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- X – crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI – vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASÍLIA, 2013).

O município tem a meta de inclusão de 150 crianças, adolescentes ou pessoas idosas no SCFV considerando-se o financiamento recebido através de recursos do Governo Federal. Visando a busca ativa e inclusão do público prioritário,

ao realizar a pactuação para o financiamento, o Governo Federal e o CNAS indicaram que ao menos metade das metas deveriam ser utilizadas em relação ao público prioritário, induzindo o reconhecimento das violações de direitos e a definição de fluxos que pudessem contribuir para o acesso dos usuários da política de Assistência Social. Em outubro de 2025, identificou-se que haviam inserido 370 pessoas no SCFV do município, dos quais 153 eram prioritários e 217 não prioritários, com inclusão superior da meta pactuada com o município.

O referido serviço pode ser executado diretamente através do CRAS, caso este possua espaço físico e equipe suficiente para executar o SCFV sem causar prejuízos à execução do PAIF, ou de outras unidades governamentais ou organizações da sociedade civil oficialmente e regularmente constituídas.

Em Céu Azul o SCFV é executado para os diferentes ciclos de vida, e ocorre através do CRAS e de organizações da sociedade civil conveniadas, sendo estas a APMI, a ACAZUL e o Centro Multi Uso conforme apresentado a seguir.

Tabela 16 - Capacidade de atendimento e usuários inseridos por ciclo de vida das unidades que executam SCFV em Céu Azul em outubro de 2025

Unidade	Serviços e benefícios executados	Capacidade de atendimento	Usuários inseridos
CRAS	SCFV para crianças e adolescentes	155	119
	SCFV para pessoas adultas	20	20
	SCFV para pessoas idosas	30	45
Centro de Convivência ACAZUL	SCFV para crianças com idade entre 6 e 15 anos	150 a 160	143
Centro Multi Uso	SCFV para pessoas idosas	50 a 60	51
APMI	SCFV para crianças com idade entre 0 e 6 anos	20 a 30	47

Unidade: CRAS de Céu Azul

Endereço: Rua Irmã Carmelita Maria Cecilia de Jesus, 1452, Bairro São Lucas

Dias e horários de funcionamento: De segunda a sexta feira das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h

Imagem 3 - Foto do CRAS de Céu Azul/2025



O CRAS executa o SCFV através de oficinas, sendo estas: Artes circenses, artes visuais, manuais e recreação, artes marciais, yoga e teatro. Encontram dificuldade para a inclusão do público prioritário do SCFV e de realização de percursos conforme os eixos previstos para a execução do serviço, apesar disso identificam que as oficinas contribuem para o referenciamento das famílias ao CRAS e constituem-se como espaços de contribuem para o fortalecimento de vínculos comunitários.

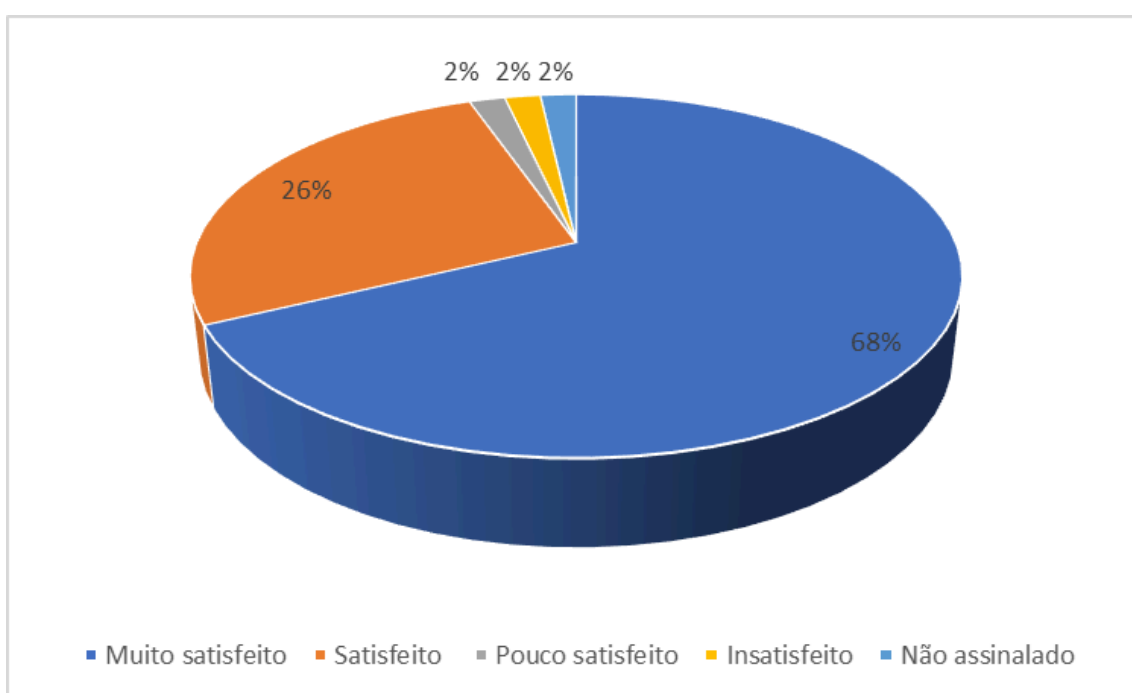
Outro desafio em relação a oferta do SCFV através do CRAS refere-se a composição reduzida da equipe, identificando-se a necessidade de ampliação desta inclusive com a contratação de educadores sociais caso a decisão a curto e médio prazo seja pela manutenção da execução do SCFV na referida unidade.

Destaca-se que o CRAS está inserido no território 2, com bairros e localidades que apresentaram a segunda maior incidência de crianças e adolescentes com idades entre 07 e 17 anos de idade. O território 2 fica próximo ao território 1, onde os bairros e localidades apresentaram a maior incidência de crianças e adolescentes com a referida faixa de idade.

Caso as crianças e adolescentes não acessem as oficinas oferecidas através do CRAS, o acesso ao SCFV se dá através da ACAZUL, unidade localizada no território 4, a 2,5 km do CRAS, o que é facilitado considerando-se a oferta de transporte para acesso ao serviço. No entanto, identifica-se como um aspecto a receber maior investimento a oferta do SCFV para adolescentes, com a necessidade de adequar a composição de equipe com perfil para o trabalho com o referido público e com metodologia adequada.

Como resultado da avaliação dos serviços realizada junto aos usuários do CRAS identificou-se o nível de satisfação indicado diante da participação no SCFV.

Gráfico 24 - Nível de satisfação geral com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido no CRAS de Céu Azul em outubro de 2025



Fonte: Formulário de avaliação do CRAS de Céu Azul, outubro de 2025.

Na avaliação questionou-se as crianças e adolescentes sobre o significado que o SCFV possuía para eles, o que foi representado abaixo através de uma nuvem de palavras identificando-se aspectos que destacaram-se.

Figura 12 - Sugestões apresentadas pelos usuários para melhorar o SCFV/CRAS - Faixa etária de adultos e de pessoas idosas



Fonte: Formulário de avaliação do CRAS de Céu Azul, outubro de 2025.

Entre as crianças e adolescentes as sugestões variaram entre as atividades realizadas, investimento em novas ações, lanche, manutenção e cuidado com o espaço físico, estrutura e horário das atividades.

Figura 13 - Sugestões apresentadas pelos usuários para melhorar o SCFV/CRAS- crianças e adolescentes



Fonte: Formulário de avaliação do CRAS de Céu Azul, outubro de 2025.

Unidade: Centro de Convivência ACAZUL

Endereço: Rua: Paulo Wichoski, 1500 - Bairro Industrial

Dias e horários de funcionamento: De segunda a sexta feira das 7h30 às 11h45 e das 12h15 às 16h30

Imagem 4 - Foto do Centro de Convivência ACAZUL de Céu Azul/2025



A ACAZUL atuava executando ações de contra turno escolar e desde janeiro de 2025 a partir do chamamento público executa o SCFV para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos.

O serviço está referenciado ao CRAS, realizando-se ações que contribuam para o reordenamento e para a oferta do serviço, identificando-se a importância da equipe avançar no entendimento sobre os objetivos a serem atingidos e sobre as metodologias e previsões técnicas a serem consideradas para a execução do SCFV, garantindo-se a inclusão do público prioritário e oferta condizente com o previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Unidade: Centro Multi Uso

Endereço: Rua Colombo, nº 458 - Bairro São Cristóvão

Dias e horários de funcionamento: Segunda e quarta-feira das 14h às 16h

Imagem 5 - Foto do Centro Multi Uso de Céu Azul/2025



O Clube da Pessoa Idosa de Céu Azul, em parceria com o município, desenvolve o Serviço De Convivência e Fortalecimento De Vínculos (SCFV), para pessoas idosas. O convênio é correspondente ao atendimento de 50 a 60 usuários, sendo que no presente momento a instituição atende 51 pessoas idosas.

O Clube da Pessoa Idosa está localizado no território 2, sendo identificado que o maior número de pessoas idosas inseridas no CadÚnico do município estão inseridos no território 1, onde também estão o maior número de pessoas idosas em famílias unipessoais. O território 2 é o 2º em incidência de pessoas idosas inseridas no CadÚnico do município.

Identifica-se desta forma que Clube da Pessoa Idosa encontra-se em um local estratégico que contribui para o acesso ao SCFV. Registra-se, no entanto, a importância da descentralização da oferta do SCFV ou estratégias para contribuir com o deslocamento de pessoas idosas com dificuldade de locomoção que residem em territórios mais distantes do serviço.

Através dos resultados da avaliação dos serviços identificou-se o que o SCFV significa para os usuários.

Figura 15 - Descrição do que significa para as pessoas idosas o SCFV do CPI de Céu Azul em outubro de 2025



Fonte: Avaliação do SCFV do CPI de Céu Azul em outubro de 2025.

As expressões contribuem para a identificação de possíveis impactos gerados em relação às pessoas idosas que frequentam o SCFV.

Identifica-se que as sugestões realizadas pelos usuários do SCFV para pessoas idosas referem-se ao investimento, materiais utilizados, lanche, horários de funcionamento e atividades realizadas, sendo aspectos a serem considerados para o planejamento a qualificação da oferta.

Figura 16 - Descrição das sugestões para melhorias no SCFV do CPI de Céu Azul em outubro de 2025



Fonte: Avaliação do SCFV do CPI de Céu Azul em outubro de 2025.

É importante que a equipe procure divulgar os objetivos do SCFV junto aos usuários, enquanto um serviço público que deve garantir o caráter laico das ações realizadas.

Unidade: APMI

Endereço: Rua Arnaldo Busato, 1270 - Centro

Dias e horários de funcionamento: Terças e quintas feiras das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30

Imagem 6 - Foto da APMI de Céu Azul/2025



A APMI realizava a oferta de serviços para gestantes, ocorrendo a alteração para a execução do SCFV recentemente, a partir de janeiro de 2025 visando a adequação da oferta e o reordenamento para o cofinanciamento do serviço.

A execução do SCFV para crianças de 0 a 6 anos duas vezes por semana, nas terças e quintas feiras de manhã e à tarde e tem contribuído para a proteção das famílias e ampliação da capacidade de referenciamento e cobertura no município.

Registra-se através da figura apresentada abaixo a manifestação das famílias sobre o significado do SCFV para crianças com idade entre 0 e 6 anos, sendo possível identificar impactos do acesso ao serviços que mostram-se coerentes com os objetivos previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais como o vínculo, o apoio, o cuidado, a expressão e o acesso à informação.

violações de direitos e que constituem-se como público prioritário para o SCFV. Fortalecer as ações para o referenciamento contribuem para que ocorra a complementaridade na oferta dos serviços socioassistenciais, a busca ativa e inserção do público prioritário e o planejamento para que tanto o SCFV quanto o PAIF ocorram de forma condizente com as necessidades de proteção apresentadas.

Observam a rotatividade da composição das equipes que atuam nas entidades com fragilização dos serviços executados, o que ocorre por fragilidade das condições de salário e algumas dificuldades relacionadas à atuação da equipe, gestão e equipe técnica.

4.2.2 A execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio

A APAE vem executando desde 01 de janeiro de 2025 o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, com capacidade de atendimento/acompanhamento de 30 a 40 usuários, meta pactuada através da contratação realizada via chamamento público.

No decorrer da Conferência Municipal de Saúde realizada em 2025, a comissão organizadora apresentou um dado referente a existência de 347 pessoas idosas acamadas no município, indicando uma grande demanda para o serviço de proteção social básica no domicílio e para a atuação conjunta das políticas públicas no apoio às famílias, prevenindo inclusive a ocorrência de situações de violência.

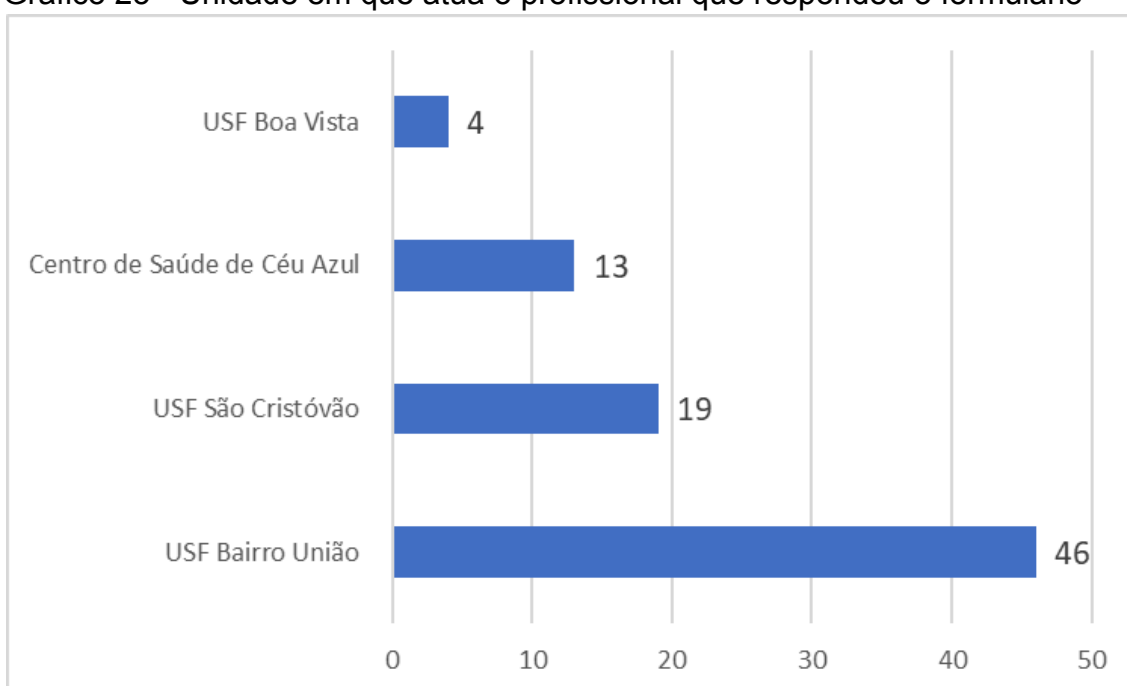
Para a identificação das demandas de cuidado identificadas nos territórios elaborou-se um formulário que foi compartilhado com as equipes da política de Assistência Social e da atenção primária em Saúde para a identificação de pessoas idosas ou pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social e violações de direitos com as seguintes características:

- Em situação de isolamento (não conseguem sair de casa ou acessar serviços públicos devido a condição de saúde, localização do domicílio de difícil acesso ou por impedimento de convivência);
- Vivência de situação de violência;
- Com perda de autonomia por agravamento da condição de saúde;
- Com fragilidade/rompimento ou ausência de vínculos familiares;
- Com dificuldade de acesso aos serviços públicos.

O formulário ficou disponível para o preenchimento entre os dias 29/10/2025 e 10/11/2025 e contribuiu para o mapeamento das demandas de proteção presentes, sendo disponibilizadas para que as equipes realizem a busca ativa e referenciamento das famílias, tendo sido identificadas 84 pessoas idosas ou pessoas com deficiência com o perfil mencionado.

As agentes comunitárias de saúde foram responsáveis por 98% das respostas.

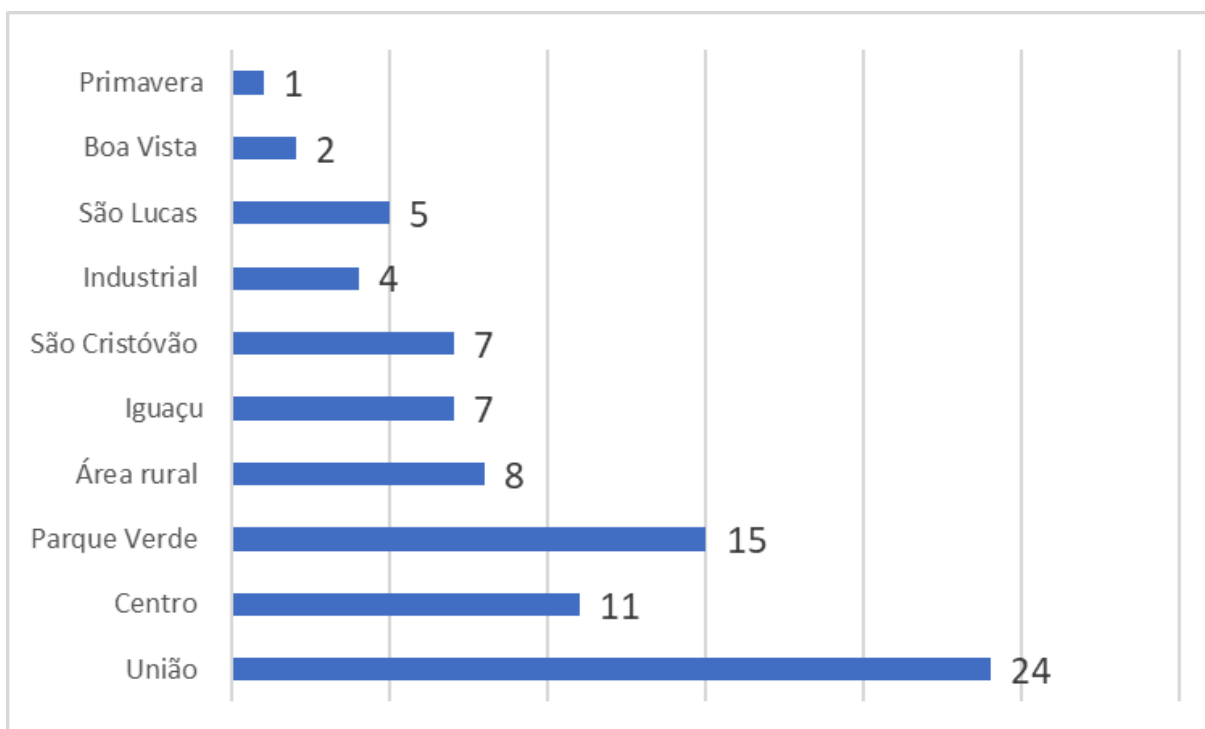
Gráfico 25 - Unidade em que atua o profissional que respondeu o formulário



Fonte: Formulário para a identificação de pessoas idosas e com deficiência em situação de risco social e com dificuldade de mobilidade/acesso às políticas públicas em Céu Azul, novembro de 2025.

As unidades de atuação das profissionais que responderam o formulário indicam a incidência dos bairros e localidades de moradia das pessoas idosas ou com deficiência com demanda de proteção, identificando-se que os bairros União, Parque Verde (território 3) e Centro (território 1) os que apresentaram a maior incidência de ocorrência.

Gráfico 26 - Bairro de moradia da pessoa idosa ou com deficiência

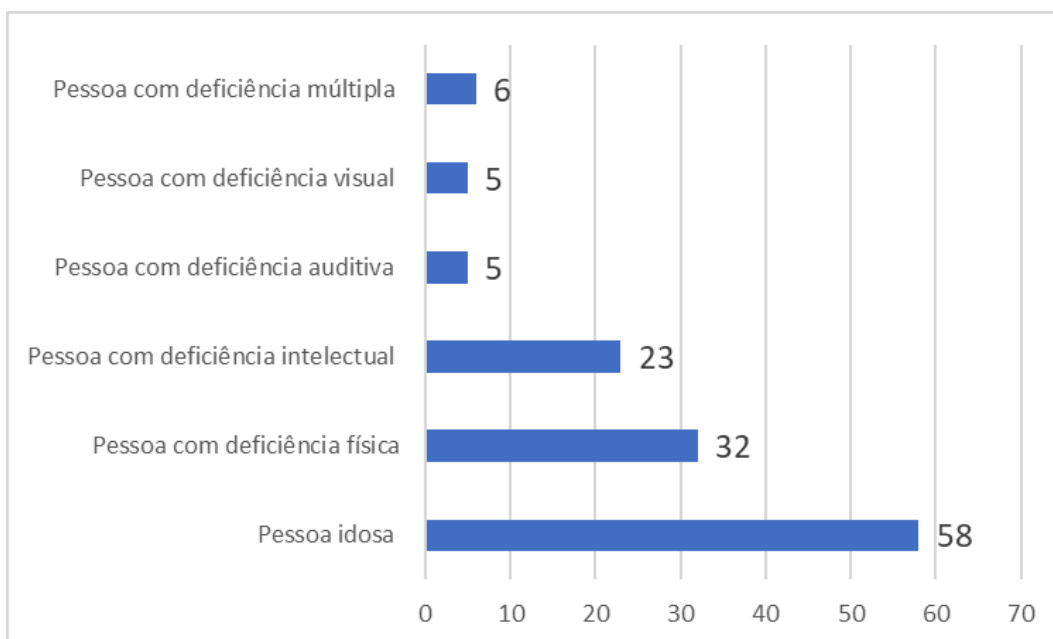


Fonte: Formulário para a identificação de pessoas idosas e com deficiência em situação de risco social e com dificuldade de mobilidade/acesso às políticas públicas em Céu Azul, novembro de 2025.

Entre as características identifica-se predominância de pessoas idosas, 51% são do sexo masculino, com recorrência de pessoas com deficiência física e intelectual com dificuldade de acesso às políticas públicas e com perda de autonomia em decorrência do agravamento da condição de saúde.

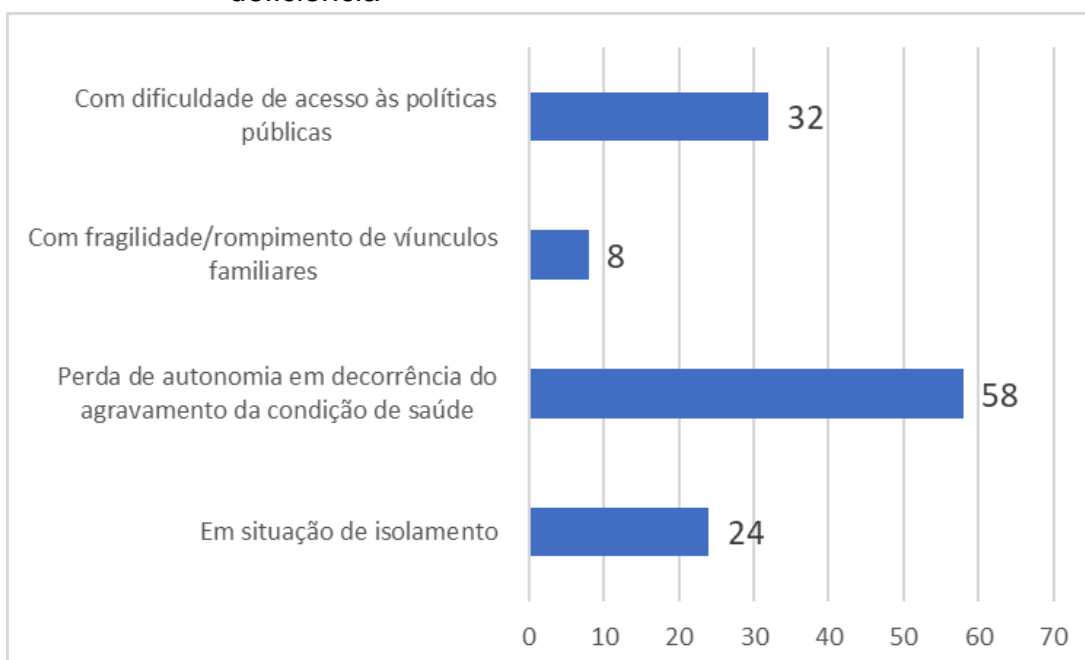
Somando-se aos fatos mencionados, identificou-se que 43% das pessoas vivem em famílias unipessoais.

Gráfico 27 - Característica da pessoa idosa ou com deficiência



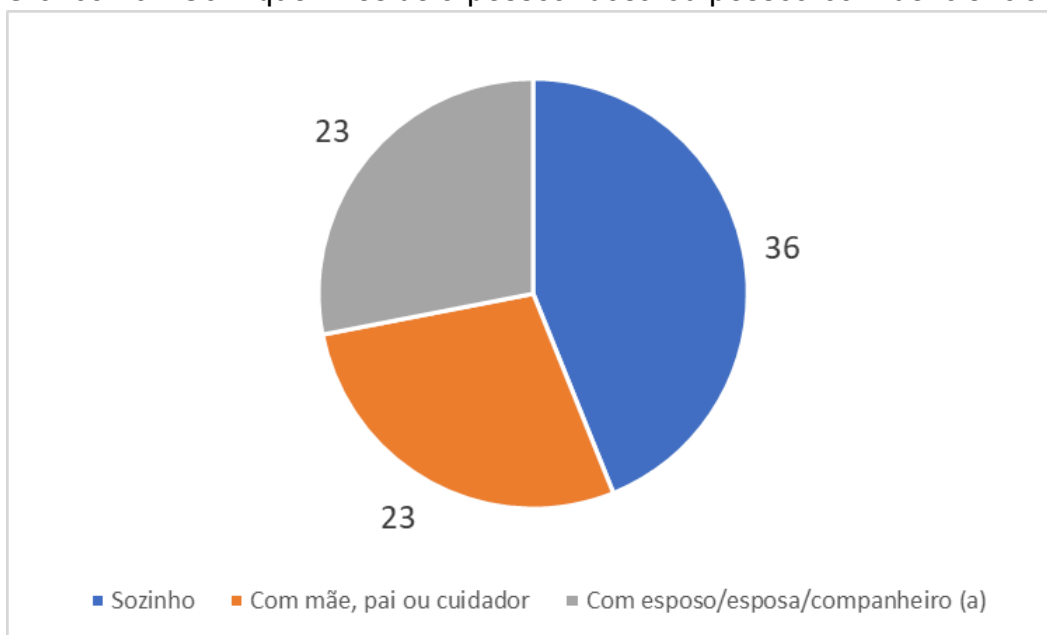
Fonte: Formulário para a identificação de pessoas idosas e com deficiência em situação de risco social e com dificuldade de mobilidade/acesso às políticas públicas em Céu Azul, novembro de 2025.

Gráfico 28 - Característica da situação de vulnerabilidade/violação de direito identificada em relação à pessoa idosa ou da pessoa com deficiência



Fonte: Formulário para a identificação de pessoas idosas e com deficiência em situação de risco social e com dificuldade de mobilidade/acesso às políticas públicas em Céu Azul, novembro de 2025.

Gráfico 29 - Com quem reside a pessoa idosa ou pessoa com deficiência



Fonte: Formulário para a identificação de pessoas idosas e com deficiência em situação de risco social e com dificuldade de mobilidade/acesso às políticas públicas em Céu Azul, novembro de 2025.

Identifica-se desta forma a necessidade de ampliação do cofinanciamento e consequentemente da composição da equipe do serviço para que possa ser garantida a cobertura de atenção para os referidos usuários.

Identificou-se a necessidade de oferta deste serviço considerando-se o aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população com a identificação da vivência de situações de risco social.

Identificaram alguns desafios para a implantação do serviço e início da realização do processo de trabalho, com impactos já observados no encaminhamento das famílias.

As equipes vêm procurando estabelecer um processo de trabalho articulado entre o CRAS e a equipe do serviço de proteção social básica no domicílio, identificando-se a necessidade de realização de um planejamento para o encaminhamento, visando uma atuação complementar planejada e sistemática.

4.2.3 A gestão do CadÚnico e o acesso ao Programa Bolsa Família

Os processos de trabalho da equipe para a gestão e inclusão das famílias no CadÚnico passou por diversas alterações no decorrer dos anos. Identificam que

inicialmente não possuíam muitas demandas de trabalho, o que alterou-se muito a partir da pandemia, momento em que ampliou-se a demanda para acesso ao Programa Bolsa Família, ao Auxílio Emergencial e também para o reconhecimento do papel das equipes na gestão do CadÚnico de forma intersetorial.

Identificam como fatores determinantes para a qualificação dos processos de trabalho a ampliação da composição da equipe do CadÚnico do município e a normatização/orientações por parte da gestão nacional, o que contribui para que as equipes reconheçam as atribuições que possuem e a importância de avançarem para atuação na perspectiva intersetorial.

Como desafios identificam a necessidade de ampliação da composição da equipe do CadÚnico para atuação de forma sistemática, planejada e considerando as especificidades territoriais. Atualmente a equipe é composta por duas profissionais, sendo a gestora do CadÚnico e uma operadora e entrevistadora, sendo necessário contratar mais uma profissional para a referida função. Destaca-se que a Prefeitura realizou concurso público e tem profissionais habilitados para serem nomeados.

O processo de formação continuado para as equipes mostra-se também como uma ação essencial considerando-se a complexidade e importância dos processos de trabalho, as alterações legais e de orientações técnicas ocorridas, a mudança da composição das equipes e o reconhecimento de estratégias metodológicas coerentes com as funções da proteção social e de garantia de direitos.

A equipe vem realizando algumas articulações para fortalecer a atuação intersetorial entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação para o diálogo, definição de uma agenda de encontros e construção de um plano de trabalho intersetorial que possa contribuir para que os objetivos do trabalho sejam atingidos.

Em relação ao acompanhamento das famílias em não cumprimento de condicionalidades, as equipes do CRAS em conjunto com a equipe do CadÚnico iniciaram em setembro de 2025 a identificação das situações registradas e que geraram repercussão para as famílias beneficiárias, o que ganhou pauta de maneira mais fortalecida no município a partir da implantação da Vigilância Socioassistencial, identificação das atribuições das equipes e de que o SICON não estavam sendo alimentadas. As ações estão em fase inicial e precisam ser realizadas de forma

sistemática e planejada de modo a garantir a articulação entre a atuação das equipes do CadÚnico, do PAIF, das equipes da PSE e destes com a rede de proteção social.

Com as ações iniciais realizadas identifica-se a necessidade de fortalecimento da atuação da escola nos processos de busca ativa e atuação protetiva junto às famílias com definição de estratégias a partir das situações de risco identificadas.

Os atendimentos da equipe do CadÚnico ocorrem no CRAS, com 2 salas disponíveis para atendimento de modo a garantir o sigilo em relação às informações prestadas, o que foi garantido a partir da reforma da estrutura física do CRAS ocorrida em março de 2025.

O atendimento ocorre a partir das demandas espontâneas das famílias para a elaboração ou atualização cadastral ou quando a equipe identifica a necessidade de atualização para beneficiários do BPC, o que é realizado anualmente ou de famílias que possuem o Cadastro e que está sem atualização há mais de 2 anos.

As visitas domiciliares são realizadas para busca ativa de famílias que precisam ter o seu cadastro atualizado e que não realizaram o processo diretamente no CRAS, que tem dificuldade de locomoção e acesso ao equipamento, diante da ocorrência de denúncias e para averiguação cadastral.

O CMAS é a instância de controle social do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, apresentam o REAGI mensalmente com as informações básicas relativas aos processos de trabalho realizados e número de famílias inseridas, no entanto, percebe-se que o referido controle social poderia ocorrer de maneira mais efetiva, com maior proximidade e articulação, conhecendo as atribuições que possuem enquanto instância de controle social, contribuindo para o fortalecimento das ações a serem realizadas pela equipe da política de Assistência Social e desta com as demais políticas públicas.

4.3. A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM CÉU AZUL

Considerando-se os níveis de complexidade definidos como referência para a gestão e execução dos processos de trabalho na política de Assistência Social, foram constituídas as definições para a Proteção Social Especial, descrita através do Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (2011), como:

[...] organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, assim, trabalho social especializado. (BRASÍLIA, 2011, P, 17).

Considerando-se o conceito apresentado que refere-se a Proteção Social Especial, importa estabelecer a relação entre os indicadores para o reconhecimento das situações de risco social e violações de direitos que apresentam-se como demandas para atuação das equipes da PSE em Céu Azul de modo articulado aos demais serviços socioassistenciais, órgãos e políticas públicas.

São apresentados através da tabela abaixo as unidades, serviços e ações executadas através da PSE no município.

Tabela 17 - Unidades e serviços de Proteção Social Especial em Céu Azul

Unidade	Serviços e ações executadas	Data de implantação
Equipe técnica de referência para a Proteção Social Especial de média e de alta complexidade	Atendimento e acompanhamento de famílias em situação de violência e violação de direitos	fevereiro de 2025
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	
	Serviço de Acolhimento Familiar	2017

A equipe de referência da Proteção Social Especial vinculada a gestão é a única equipe que atua na execução de ações e de serviços de Proteção Social Especial no município, sendo referência para a média e alta complexidade no que refere-se ao Serviço de Acolhimento Familiar.

Não executam diretamente e também não estabeleceram convênio para a execução do Serviço de acolhimento Institucional para pessoas com deficiência, para mulheres vítimas de violência ou para pessoas idosas, identificando-se esta como uma necessidade a ser planejada e pactuada considerando-se que eventualmente identificam demandas para os referidos serviços no município.

4.3.1 A Equipe de Referência para a Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade em Céu Azul

Endereço: Avenida Nilo Umberto Deitos, 1426

Telefone: (45) 3121-1030

Email: protecaoesspecialceuazul@gmail.com

Horário de funcionamento: 8h às 12h e das 13h30 às 17h30

Quadro 9 - Composição da equipe da PSE de média e alta complexidade de Céu Azul

Função	Tipo de vínculo	Carga horária
1 Psicóloga	Estatutária	16 horas
1 Assistente Social	Estatutária	40 horas

Fonte: CadSUAS, outubro de 2025.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004), a proteção social especial de média complexidade prevê serviços que “[...] oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos”. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado” (BRASIL, 2004, p. 36).

Trata-se de um serviço de proteção social especial de média complexidade cuja unidade para execução é o CREAS.

Alguns serviços socioassistenciais podem ser executados em diferentes tipos de unidade, este não é o caso do PAEFI. A única unidade para execução deste

serviço é o CREAS, sendo obrigatória a oferta deste serviço inclusive para que se constitua como CREAS.

No Paraná contamos com 209 CREAS implantados em 187 municípios, nenhum CREAS regional. No Brasil são 2.970 CREAS, sendo 36 regionais. (RELATÓRIO DE PROGRAMAS DE AÇÕES, agosto de 2025). Conforme os dados apresentados pela SEDEF, 212 municípios não possuem CREAS no estado, o que representa 53% dos municípios paranaenses.

Alguns municípios de pequeno porte que não implantaram CREAS contam com equipe interdisciplinar de referência para atuação diante das situações de violação de direitos, estas equipes comumente permanecem na estrutura da gestão da política de Assistência Social, sendo este o caso de Céu Azul, que desde fevereiro de 2025 conta com uma profissional de nível superior graduada em Serviço Social para atuar na equipe de referência da PSE, executando ações para o atendimento e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de violência, execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e do Serviço de Acolhimento Familiar.

A partir de setembro de 2025 a psicóloga do CRAS passou a cumprir a carga horária de trabalho de forma compartilhada com a PSE, permanecendo duas vezes por semana (16 horas semanais) junto a referida equipe de referência, o que representou um avanço considerando-se que até fevereiro de 2025 um assistente social atuava com as funções compartilhadas da gestão e da proteção social especial, com sobreposição das funções descritas.

Identifica-se no entanto que as alterações realizadas não são suficientes para garantir a execução das ações de forma planejada e coerente com as demandas apresentadas, sendo necessário prever a ampliação da equipe, com a contratação de um profissional da psicologia para atuar de forma exclusiva na proteção social especial, um profissional nível médio e para a coordenação dos serviços.

A sala de atendimento da equipe da PSE fica em espaço físico junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Trata-se de uma sala com capacidade para até cinco pessoas, não dispondo de espaço físico para o desenvolvimento de reuniões com grupos de famílias.

O atendimento e acompanhamento dos indivíduos e famílias em situação de violência e violação de direitos ocorrem a partir dos encaminhamentos realizados

pela rede socioassistencial, pelas demais políticas públicas, Poder Judiciário ou Ministério Público.

Quadro 10 - Quantitativo de encaminhamentos recebidos por órgão entre fevereiro e junho de 2025.

Órgão	Quantidade de encaminhamentos
Conselho Tutelar	16
Ministério Público	08
Poder Judiciário	04
Delegacia	15
Demais serviços	03
Disque denúncia	05
Referência	06

Fonte: Dados quantitativos da PSE de média e alta complexidade de Céu Azul, fevereiro a setembro de 2025.

Eventualmente realizam os atendimentos diante de demandas espontâneas, no entanto, as famílias não conhecem o trabalho da proteção social especial e por isso não procuram pelo serviço, ao mesmo tempo, a equipe não realiza a divulgação destes processos de trabalho por não terem equipe suficiente para o encaminhamentos de todas as famílias que estão em situação de violência e violação no município.

Quadro 11 - Quantitativo de casos por violação de direitos e quantitativo de atendimentos realizados pela equipe da PSE de Céu Azul entre fevereiro e junho de 2025

Violação de direito	Quantidade de Casos	Quantidade de atendimentos realizados pela equipe da PSE
Violação de direitos a crianças e adolescentes	28	96
Violação de direitos contra a mulher	10	15
Violação de direitos contra a PCD	01	12

Violação de direitos contra a pessoa idosa	03	11
Violação de direitos contra a pessoa adulta com comorbidades	08	49
Total	50	183

Fonte: Dados quantitativos da PSE de média e alta complexidade de Céu Azul, fevereiro a setembro de 2025.

Através do quadro identificou-se que as crianças e adolescentes constituíram-se como os usuários que tiveram a maior incidência de encaminhamento para acompanhamento no período analisado.

Conforme os dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, entre janeiro e fevereiro de 2025 foram realizados os registros de 27 situações de violência doméstica contra mulheres em Céu Azul. (SESP - PR, 2025).

Diante do contexto de atuação com uma equipe reduzida e com muitas demandas de trabalho, realizam o acompanhamento de forma pontual e fragilizada, sem a possibilidade de realização do trabalho interdisciplinar, considerando-se que a psicóloga atua de forma compartilhada com o CRAS.

A partir dos encaminhamentos recebidos realizam visitas domiciliares, contato com a rede socioassistencial e demais políticas públicas se necessário e elaboram relatórios para o Ministério Público.

Através do quadro a seguir foram apresentadas as informações relativas ao número de famílias em acompanhamento através da equipe da Proteção Social Especial por localidade e por território, identificando-se que em setembro de 2025 haviam 57 famílias em acompanhamento, com incidência nos territórios 2, 1 e 3, nesta sequência. O bairro São Cristóvão foi o que apresentou o maior registro de famílias em acompanhamento em decorrência de violações de direitos no período analisado.

Quadro 12 - Número de famílias em acompanhamento por território na PSE

Território 1	Território 2	Território 3	Território 4	Território 5
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Iguaçu 5 Centro 9	São Cristóvão 13 São Lucas 5	Parque Verde 4 Carumbé 3 Bairro União - 6	Boa Vista 4 Industrial 1	Rural 7
MÉDIA DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS POR TERRITÓRIO				
14	18	13	5	7

Fonte: Registro da atuação da equipe de PSE de Céu Azul, setembro de 2025.

Identifica-se uma fragilidade em relação à atuação da rede de proteção social no que se refere às suas responsabilidades enquanto órgãos de Promoção dos Direitos, ocorrendo a inversão dos fluxos com encaminhamentos realizados ao Ministério Público diante das situações de risco social e violações de direitos identificadas. Outro aspecto percebido como uma fragilidade refere-se ao entendimento de que a equipe da PSE de média complexidade é o único órgão de atendimento e de referência diante das referidas situações.

É necessário definir os fluxos para atuação da Rede de Proteção Social, reconhecendo-se as atribuições que possuem para atuação na perspectiva protetiva diante das situações de violação vivenciadas, e como parte deste a atuação da equipe da Proteção Social Especial.

Identificam demandas para o trabalho com mulheres vítimas de violência e de pessoas em situação de rua e que estão sem atendimento em decorrência da ausência de equipe para acolhida e encaminhamento, inclusive de modo articulado às demais políticas públicas.

Identificam também a necessidade de realização de um trabalho preventivo com as crianças e com os adolescentes que estão sendo aliciados ao tráfico de drogas e envolvendo-se com o uso de substâncias psicoativas, sendo necessário fortalecer o acompanhamento familiar e realizar a inserção no SCFV sugerindo-se o reordenamento da oferta serviço através do Centro de Convivência ACAZUL como um potencial importante em relação a isto.

Executam o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o que ocorre a partir da aplicação das medidas socioeducativas via determinação judicial.

Trata-se de um dos serviços de PSE de média complexidade tipificados. Entre janeiro e setembro de 2025 foram inseridos 4 adolescentes em cumprimento de

medida socioeducativa de meio aberto no município, sendo todos para o cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade. Os atos infracionais praticados estavam relacionados com situações de lesão corporal e desacato a agentes públicos, em algumas situações estes fatos estavam relacionados com a equipe das escolas.

A partir da determinação do cumprimento da MSE em meio aberto realizam a busca ativa do adolescente e o primeiro contato com a família, o que ocorre através de uma visita familiar. Agendam um atendimento para a elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, o que ocorre com a participação do adolescente e da família.

De forma prévia, a equipe realiza o contato com a instituição em que o adolescente irá cumprir a PSC. O processo de acompanhamento do adolescente e o cumprimento da PSC ocorre de modo articulado, buscando identificar as dificuldades presentes e apoiá-los no referido processo.

Identificam a partir do cumprimento da MSE situações que contribuem para o reconhecimento do objetivo socioeducativo e situações em que os adolescentes relatam que o processo não teve qualquer tipo de impacto em suas vidas, reconhecendo-se a necessidade de qualificar o acompanhamento do adolescente e da família e de realizarem capacitações junto às equipes que recebem os adolescentes para o cumprimento da PSC, para que entendam quais são os objetivos e a forma como a acolhida e inserção dos adolescentes devem ser realizadas gerando os impactos previstos.

Identificam dificuldades para a realização de encaminhamentos dos adolescentes para o acesso a outros serviços e políticas públicas, diante do uso de substâncias psicoativas, evasão escolar e defasagem idade e série por exemplo, o que tem relação com as ações pontuais que são realizadas junto ao adolescente e a família, em decorrência da equipe estar muito reduzida, pela fragilidade de atuação das políticas de atenção básica e para a garantia dos direitos fundamentais.

Outro aspecto que poderia contribuir seria a atuação articulada das políticas públicas para o trabalho com as famílias e não somente pela equipe da PSE de média complexidade da política de Assistência Social.

4.3.2. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serão apresentadas na sequência algumas previsões em relação a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004), prevê serviços que “[...] garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.” (BRASÍLIA, 2004).

Em agosto de 2025 identificou-se 771 unidades de acolhimento no Paraná e 7.819 no Brasil. (RELATÓRIO DE PROGRAMAS DE AÇÕES, agosto de 2025).

Os Serviços de Acolhimento Institucional são serviços da PSE de alta complexidade que podem atuar com usuários nos seguintes ciclos de vida:

- Crianças e adolescentes;
- Adultos e famílias;
- Mulheres em situação de violência;
- Jovens e adultos com deficiência;
- Pessoas idosas. (BRASIL, 2009).

Em Céu Azul foi implantado em 2017 o Serviço de Acolhimento Familiar através da Lei Municipal 1.860.

Contam com uma família cadastrada e capacitada, habilitada para o acolhimento familiar, no entanto, identificam um grande desafio no que se refere às possibilidade de realização dos processos de trabalho devido à composição reduzida da equipe da proteção social especial que está compartilhada entre a média e alta complexidade e com a equipe do CRAS.

O trabalho social com as famílias que estão realizando o acolhimento familiar, bem como, com as famílias de origem acaba sendo realizado de forma pontual e fragilizada.

Estão realizando processo para a identificação de novas famílias a serem cadastradas, com ações de mobilização que ensejaram na identificação de mais duas famílias com perfil, a serem inseridas no processo de capacitação.

Identificam a necessidade de ampliação do número de famílias cadastradas diante de possíveis situações de acolhimento de famílias que estão em acompanhamento e a necessidade de atualização da Lei Municipal com ampliação do valor da bolsa a ser repassado para as famílias, considerando-se as características das crianças e adolescentes acolhidas e as demandas de cuidado apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se os resultados do Diagnóstico Socioterritorial de Céu Azul, instrumento que contribuiu para a sistematização de indicadores e análises na perspectiva territorial, contribuindo para o reconhecimento das demandas de proteção presentes a partir das situações de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos vivenciadas e da capacidade protetiva expressa através da atuação das equipes que materializam a execução de serviços e benefícios socioassistenciais no município.

Através do Diagnóstico foi possível registrar a trajetória percorrida até o presente momento em relação à política de Assistência Social no município, o que se dá de modo articulado e contextualizado ao contexto estadual e nacional, mas, expressa as particularidades locais para a tomada de decisão e implementação de ações que vem contribuindo com importantes avanços como a implantação da vigilância socioassistencial como parte da gestão, a reforma do CRAS do município com estrutura física adequada para a execução do PAIF e para o referenciamento dos demais serviços do território e o estabelecimento de parcerias firmadas através de editais de chamamento público, reconhecendo-se as necessidades de proteção presentes e buscando estratégias para a universalização do SUAS e reordenamento da oferta.

Destaca-se neste sentido o início da execução do SCFV para crianças e adolescentes de 0 a 6 anos, do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio e das oficinas do ACESSUAS Trabalho que apresentam-se como estratégias protetivas importantes no contexto municipal.

Ainda como resultados do Diagnóstico Socioterritorial indica-se aspectos a serem considerados para o planejamento da atuação da gestão municipal, a fazerem parte do PMAS 2026/2029, considerando-se que apresentam-se como ações necessárias:

- Fortalecer a atuação do CMAS, realizando capacitação para os conselheiros e garantido a utilização do uso do IGD para o pagamento de despesas de capacitação para conselheiros governamentais e da sociedade civil;

- Realizar concurso público adequando a composição das equipes da gestão e das unidades da rede socioassistencial considerando-se os resultados do estudo para o dimensionamento da composição das equipes;
- Atuação da equipe da gestão conforme as funções estabelecidas, garantindo-se a articulação e apoio para as equipes que atuam na rede socioassistencial;
- Adequar a estrutura física para atuação da equipe da gestão, da proteção social especial e dos Conselhos Municipais;
- Elaborar e executar o Plano de Educação Permanente dos trabalhadores do SUAS;
- Elaborar protocolos e fluxos para execução dos serviços de proteção social básica e especial e para atuação articulada da rede socioassistencial e demais políticas públicas;
- Planejamento e execução de ações por parte da Vigilância Socioassistencial de modo articulado às equipes que executam os serviços e benefícios socioassistenciais para o estudo dos manuais orientativos que refere-se ao preenchimento do RMA e demais sistemas utilizados para o registro do processo de trabalho como o SISC e SICON. A partir da realização dos estudos sugere-se a avaliação dos processos já realizados pelas equipes e identificação de ações que precisam ser realizadas ou reordenadas;
- Inserir as informações sobre as unidades não governamentais da política de Assistência Social no CADSUAS;
- Definir um sistema a ser utilizado para o registro das informações relativas ao atendimento e acompanhamento das famílias, sendo uma das possibilidades o Prontuário SUAS;
- Ampliar a equipe do CadÚnico contratando mais uma profissional com a função de entrevistadora;
- Garantir capacitação continuada para a equipe do CadÚnico;
- Fortalecer a atuação do CMAS enquanto instância de controle social do CadÚnico e do Programa Bolsa Família;
- Fortalecer a agenda de atuação intersetorial entre as políticas de Saúde, Educação e Assistência Social para a gestão do CadÚnico e do Programa Bolsa Família;

- Deixar de realizar as ações que não são da política de Assistência Social, realizando reuniões e articulações para que os órgãos e secretarias responsáveis realizem este processo e que aturem de modo articulado com a política de Segurança Alimentar, INSS e com o Poder Judiciário;
- Ampliar a equipe do CRAS, garantindo-se que os profissionais não atuem com sobreposição de funções;
- Qualificar a execução do PAIF, realizando planejamento para que todas as ações previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em relação a este serviço sejam executadas, bem como, que isto ocorra de modo articulado as características dos territórios;
- Qualificar as ações para o acompanhamento de famílias através do PAIF;
- Fortalecer o referenciamento dos serviços de proteção social básica ao CRAS, instituindo um processo planejado e sistemático de trabalho que contribua para a atuação articulada e complementar entre as equipes e a inserção dos usuários do SCFV através do CRAS, realizando a busca ativa e inserção do público prioritário;
- Planejar e executar ações coletivas de caráter não continuado no âmbito do PAIF como oficinas, palestras ou campanhas. Sugere-se que de modo articulado entre a equipe do CRAS, da Vigilância Socioassistencial e equipe da proteção social especial de média complexidade sejam sistematizados e analisados os indicadores de violência e violações de direitos ocorridos, o que deve ser realizado de modo a considerar a característica das situações e perspectiva territorial. Os resultados da análise devem ser utilizados para o planejamento de ações preventivas e proativas através da proteção social básica, inclusive de modo articulado às demais políticas públicas e representações comunitárias, o que deve ser mediado pelas ações de gestão territorial;
- Ampliar a carga horária e dias de execução do SCFV para crianças com idade entre 0 e 6 anos;
- Investimento para a oferta do SCFV para adolescentes, com a necessidade de adequar a composição de equipe com perfil para o trabalho com o referido público e com metodologia adequada;

- Ampliar a oferta do Serviço de Proteção Social Básica para pessoas idosas e com deficiência no domicílio considerando-se a demanda apresentada;
- Garantir o transporte para acesso das pessoas idosas com dificuldades de mobilidade ao SCFV ou de pessoas idosas residentes em territórios distantes do Centro de Convivência;
- Ampliar os dias de oferta do SCFV para pessoas idosas, descentralizando a execução do serviço;
- Realizar acompanhamento das famílias em situação de violência e violação de direitos através da equipe da proteção social especial de média complexidade;
- O resultado dos indicadores de violência e violação de direitos deve ser utilizado para o planejamento dos percursos a serem executados através do SCFV, contribuindo para que as equipes realizem a execução dos serviços socioassistenciais de modo mais assertivo e intencional diante das situações de risco social e violações presentes no município;
- É necessário definir os fluxos para atuação da Rede de Proteção Social, reconhecendo-se as atribuições que possuem para atuação na perspectiva protetiva diante das situações de violação vivenciadas, e como parte deste a atuação da equipe da Proteção Social Especial;
- Identificam demandas para o trabalho com mulheres vítimas de violência e de pessoas em situação de rua e que estão sem atendimento em decorrência da ausência de equipe para acolhida e encaminhamento, inclusive de modo articulado às demais políticas públicas;
- Realizar um trabalho preventivo com as crianças e com os adolescentes que estão sendo aliciados ao tráfico de drogas e envolvendo-se com o uso de substâncias psicoativas, sendo necessário fortalecer o acompanhamento familiar e realizar a inserção no SCFV sugerindo-se o reordenamento da oferta serviço através do Centro de Convivência ACAZUL como um potencial importante em relação a isto;
- Realizar o acompanhamento das famílias em não cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família através das equipes do CRAS e da PSE de média complexidade, inserindo as informações através do SICON;

- Registrar no SICON os recursos apresentados pelas famílias através da gestão do CadÚnico;
- Ampliação da equipe da proteção social especial, com a contratação de um profissional da psicologia para atuar de forma exclusiva na proteção social especial, um profissional nível médio e para a coordenação dos serviços;
- Qualificar o acompanhamento do adolescente em cumprimento de MSE em meio aberto e de suas famílias;
- Realizar capacitações junto às equipes que recebem os adolescentes para o cumprimento da PSC, para que entendam quais são os objetivos e a forma como a acolhida e inserção dos adolescentes devem ser realizadas gerando os impactos previstos;
- Instituição da Comissão Municipal de Socioeducação e elaboração do Plano Municipal de Socioeducação de modo a reconhecer as demandas apresentadas pelos adolescentes e suas famílias e garantir a atuação articulada das políticas públicas para garantia dos direitos fundamentais e de modo especial diante das situações de risco e violação vivenciadas, a exemplo do uso de substâncias psicoativas, evasão escolar e defasagem idade e série;
- Estabelecer convênio para a execução do Serviço de acolhimento Institucional para pessoas com deficiência, para mulheres vítimas de violência ou para pessoas idosas;
- Ampliar o número de famílias cadastradas no Serviço de Acolhimento Familiar;
- Qualificar o trabalho com as famílias acolhedoras e com as famílias de origem das crianças e adolescentes;
- Atualizar a Lei do Serviço de Acolhimento Familiar ampliando o valor da bolsa a ser repassada para as famílias.

Finaliza-se desta forma o Diagnóstico Socioterritorial de Céu Azul, registrando-se que trata-se de uma aproximação com um contexto geograficamente e temporalmente situado, o que deve ocorrer de forma constante contribuindo para a atuação mais assertiva das equipes e respostas mais protetivas e condizentes com as demandas de proteção apresentadas pela população nos territórios do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/apenas-3-dos-paises-terao-taxa-de-fertilidade-suficiente-ate-2100>. Acesso em: 08/06/2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/17-o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2023/#:~:text=O%20Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a,oficiais%20dos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20p%C3%ABlicos%20respons%C3%A1veis>.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Coordenadores Daniel Cerqueira; Samira Bueno. IPEA. Brasília. FBSP. 2025. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/15cca7c1-2a6d-4b43-98eb-7bf4f53744a9/content>. Acesso em: 11/08/2025.

BRASÍLIA. Lei 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASÍLIA. Política Nacional de Assistência Social. 2004.

BRASÍLIA. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. 2009.

BRASÍLIA. Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social. 2009b.

BRASÍLIA. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 11/08/2025.

BRASÍLIA. Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. 2012. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/Orientacoes%20Tecnicas%20da%20Vigilancia%20Socioassistencial.pdf>. Acesso em: 11/08/2025.

BRASÍLIA. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146/2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASÍLIA. Resolução 119 de 2023 do CNAS que dispõe sobre os parâmetros para atuação do SUAS com a rede socioassistencial, Sistema de Justiça e outros Órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2023/09/RESOLU%C3%87%C3%83O-CNASMDS-N%C2%BA-119-de-04-de-setembro-depois-da-publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11/08/2025.

BRASÍLIA. Resolução 01/2013 do CNAS. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-1-de-21-de-fevereiro-de-2013/>. Acesso em: 11/08/2025.

BRASÍLIA. Programa Bolsa Família. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 11/08/2025.

CADERNOS ESTATÍSTICOS MUNICÍPIO DE CÉU AZUL. IPARDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em: 11/08/2025.

DELGADO, Paulo Roberto; SOUZA, Leonildo Pereira de. Crescimento populacional do Paraná: A contribuição dos componentes demográficos no período 2020/2022. In Análise Conjuntural, Curitiba: Iparades, v.45, n.4, jul./ago. 2023. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_45_4_c.pdf. Acesso em 11/08/2025.

HONORATO, Vitor Barbato. O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: PERSPECTIVAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE USO PÚBLICO UTILIZADOS PELO ICMBIO.

TCC apresentado para conclusão do curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2022.

IDCRAS e IDCREAS. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>. Acesso em 11/08/2025.

MULHERES NO PARANÁ. IPARDES. Disponível em:
<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Mulheres-do-Parana>. Acesso em 11/08/2025.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 11/08/2025.

PARANÁ. CENTRO DE ANÁLISE, PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<https://bi2.pr.gov.br/single/?appid=058d7d0b-7d95-4ada-b6dd-81f50b47e814&sheet=fc3a54ff-985d-4411-9fe0-2ffada12993b&opt=ctxmenu>. Acesso em: 11/08/2025.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). A arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia (Org.) Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1998.

SESP - PR. Disponível em:
<https://bi2.pr.gov.br/single/?appid=058d7d0b-7d95-4ada-b6dd-81f50b47e814&sheet=f8a1f5f6-7a01-4513-9c8f-cccc4ebb4754&opt=ctxmenu>. Acesso em: 14/10/2025.

SIPIA. Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em:
<https://sipiaconselho.tutelar.mdh.gov.br/relatorio/direito-violado-por-localidade>. Acesso em 11/08/2025.